

SANDRA REGINA DO NASCIMENTO SANTOS

VOZES DO QUILOMBO:
História e Narrativas Contemporâneas

Tese apresentada à
Área de Concentração Jornalismo da
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo,
como exigência parcial para a obtenção
do título de Doutor em Ciências da Comunicação.
Sob a orientação da **Profa. Dra. Cremilda Celeste de Araújo Medina.**

São Paulo
2006

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Defesa da Tese **Vozes do Quilombo: História e Narrativas Contemporâneas**, de Sandra Regina do Nascimento Santos.

Comissão Julgadora

Profa. Dra. Cremilda Celeste de Araújo Medina.
(orientadora)

São Paulo, 27 de setembro de 2006.

Resumo

O alvo deste trabalho são as Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira, região sul do Estado de São Paulo, e sua relação com os meios de comunicação.

Surgidos no período da escravidão, estes grupos permaneceram distantes dos poderes políticos até a Constituição Federal de 1988 lhes permitir a legalização das terras ocupadas há séculos.

Associações, criadas para contatos com o governo, realizaram também resgate histórico que permitiu a ampliação dos debates sociais, reivindicação de benefícios públicos e aumento da participação política das comunidades

Palavras-chave: Remanescentes de quilombo; comunicação; educação; direitos humanos tradições; comunidades negras; televisão.

Abstract

The relationship between Reminiscent Communities of Quilombos from Vale do Ribeira (São Paulo, Brazil) and Communications are the principal subject of this Thesis.

Since slavery period, these groups remained far from politics power. In 1988, when a new Brazilian Federal Constitution was voted, some Quilombos communities had their land legalized. However, it was necessary to create Associations (Non governmental organizations) to establish contacts with the Governmental power.

These groups have made a historical remind about their existence and the Reminiscent Communities of Quilombos shown to Brazilian society their demands: land, education, human rights.

Key-words: Reminiscent Communities of Quilombos; communications; education; human rights; tradition; black communities; television.

INTRODUÇÃO:	
Na beira do Rio	04
Cultura	19
1º. CAPÍTULO:	
Pelos caminhos da História.....	34
Quilombos	42
Liberdade	49
Remanescentes de quilombos	53
2º. CAPÍTULO:	
... E fui ao Vale do Ribeira	59
Era uma vez no Vale do Ribeira	61
Ouro	68
Rizicultura	71
3º. CAPÍTULO:	
Matutando na Vida	78
Como se formam os bairros rurais.....	91
4º. CAPÍTULO:	
Tradições e Juventude	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	
Terra da Liberdade	143
BIBLIOGRAFIA	
Ecos de Zumbi	149

INTRODUÇÃO – Na beira do Rio

Exterior. Tarde do dia 12 de junho de 2003. 16h30. O sol já queria descer para trás dos morros do Vale. A aventura já durava mais de cinco horas. Sede (eu) e fome (a Joyce) – as bananas do caminho não podiam ser colhidas, estavam verdes. O Rio corria à esquerda. Lembrei da história do Marinho. No fundo do Rio Ribeira de Iguape vivem os Negros d'água. Algo assim como a Iara? Mais ou menos, só que negros e sem o rabo de peixe. Ah! A lenda é antiga, se perdeu na noite dos tempos. Muita gente conta, jura de pés juntos que é verdade, que conhece descendentes desse povo. Tem quem diga que é parente do Marinho. Escurece. Talvez apareça algum deles na superfície. Acho melhor apertar o passo. Não tem perigo ele não é ruim não, só meio brincalhão!

Há muitos e muitos anos, foi tirado das águas do Rio Ribeira um ser diferente, mágico, do povo dos Negros d'água. Seu nome era Marinho. De baixa estatura, ele não era ruim, mas muito nervoso. Os pescadores o retiraram – alguns dizem que ele veio grudado na rede de pesca e foi arrastado para fora – e criaram ele ali mesmo no povoado. Hoje, vários quilombolas se dizem descendentes dos negros d'água. Existe mesmo uma Família Marinho que habita, principalmente, a comunidade Ivaporunduva (segundo crença local).

Estamos perto da casa de D. Antônia. Eu a conheço da outra vez que estive no Nhunguara. Vamos pedir água e esperar a hora do ônibus. D. Antônia e Seu José são hospitaleiros.

Na manhã do dia 2 de maio de 1997, D. Antônia saiu de casa, como faz costumeiramente de 15 em 15 dias, e foi até a cidade de Eldorado resolver alguns problemas gerais – fazer comprar, contatos com a Casa Paroquial e com outras pessoas. Na volta, levou consigo, além das compras, quatro negras paulistanas que se diziam pesquisadoras e que nunca sequer haviam visto uma plantação de arroz em pé. Dois grupos afrodescendentes, separados histórica e geograficamente, haviam se reencontrado...¹

O meu primeiro contato com quilombo foi assim. Numa época em que estava na *moda* falar e escrever sobre Remanescentes de Comunidades Negras. No ano seguinte a Abolição da Escravidão completaria 110 aniversários e a Nova Constituição Brasileira (que prevê a demarcação e titulação das terras Remanescentes de Quilombos) uma década.

Os meios de comunicação estavam atentos à movimentação dos militantes urbanos que discursavam em nome dos antepassados que precisavam ser lembrados e dos descendentes destes, companheiros do campo, que necessitavam ter seus direitos reconhecidos.

O Governo do Estado de São Paulo, através do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"), organizou seminários; nomeou grupos de estudo e trabalho; publicou textos como o livro **Quilombos em São Paulo** do qual participei, como todos então, sem bem saber o que era, mas com grande necessidade de descobrir.²

¹ SANTOS, Sandra. *Fogo do caos* in MEDINA, C. e GRECO, M. (orgs.) **Planeta Inquieto**. São Paulo, ECA-USP, 1998. pp. 59-72.

² SANTOS, Sandra. *Herdeiros de Zumbi* in **Quilombos em São Paulo**; tradições, direitos e lutas.(vários autores) São Paulo, Conselho da Comunidade Negra/ITESP/Governo do Estado de São Paulo, 1998. pp. 72-80.

Jornais e revistas, grandes e médios, descobriram o Vale do Ribeira e o Quilombo Ivaporunduva acabou se tornando o mais famoso – **A Folha de S. Paulo** publicou uma série de reportagens sobre a população daquela comunidade: o que comiam; o que cantavam; como dançavam; o que faziam as crianças, os jovens, os velhos; educação; religiosidade etc, etc, etc. **A Isto É** também, a **Caros Amigos** idem, o **Estado de S. Paulo** seguiu o ritmo e outras empresas aproveitaram o filão, a época, o interesse ³.

Nos seus núcleos, a militância do Movimento Negro Organizado fazia a sua parte. Discussões, reuniões, tentativas de definir: afinal, o que é remanescente de Quilombo? Como vamos considerar os agrupamentos para a demarcação e titulação das terras?

Naquele ano, eu recém-iniciara o mestrado (defendido em 1999) e a questão negra para mim era tão cotidiana, tratava com ela e a vivenciava todos os dias, que nem cogitei tratar especificamente do assunto na minha dissertação. Problemas. Alguns amigos, que na época ocupavam posições militantes junto ao Movimento Negro (e ainda hoje alguns o fazem), me cobravam por ser a única participante da Organização Estadual de Universitários Negros (que até meados da década de 90 se reunia na FATEC e participava de eventos para a organização, entrada e manutenção de afrodescendentes nas Escolas Superiores) que

³ **Folha de S. Paulo: 30/03/1997** – Quilombos ainda resistem em São Paulo/p. 1-17.

Fazendeiro tem gleba na região/idem

Personagens reforçam elo entre as comunidades/idem

Benedita, 84, se tratou até os 60 com ervas/idem

Agricultura tem restrição/idem

Cronologia desde o século XVIII – tempo do ouro/idem

Hidrelétrica ameaça terras/idem.

do, “enviado especial a Eldorado”, **João Batista Natali**.

14/05/1997: Grupo vai identificar morador de quilombo/3-7.

do, “enviado especial a Eldorado”, **João Batista Natali**.

22/03/1998: Quilombo ainda existem em São Paulo/1-18

Luis Henrique Amaral

15/08/1998: Moradora de quilombo ainda espera título de propriedade/3-2

Eunice Nunes.

30/11/1998: Região da caverna abriga o passado e uma flora típica/8-19.

da editoria de **Turismo**.

Revista **IstoÉ: 20/05/1998:** Quilombo ameaçado; comunidade negra do Vale do Ribeira vive isolada como no tempo da escravidão e sofre com o descaso.

Luiza Villaméa.

Revista **Caros Amigos: maio/1998:** Terra de Preto (sobre quilombos no Maranhão)/pp: 19-23

texto: **Marina Amaral** // fotos: **Miguel Boyayan**.

Outros quilombos/pp: 24-25

ensaio fotográfico de **Ricardo Telles**.

efetivamente não realizava pesquisa com "recorte étnico" (cheguei a comentar isso na banca de avaliação do mestrado).

Não era, então, o momento para abordar essa discussão porque, a pesquisa – **Vídeo Popular e Democracia; estudo comparativo de dois casos (Brasil e Chile)** – tentava compreender a realidade de grupos sociais que buscavam educar, elaborar discussões e tentar soluções de problemas através da utilização da tecnologia do vídeo aplicada às organizações populares que se formaram a partir do final das ditaduras chilena e brasileira. Era uma pesquisa comparativa entre dois países latino-americanos com especificidades histórico-sociais que não permitiam "recorte étnico afro". Estaria em dívida com meus ancestrais?

*Ao longo da pesquisa, travamos contato com gente dos mais variados patamares sociais e níveis de escolaridade. Algumas pessoas que, imbuídas da mais canhestra noção de corporativismo, tentam evitar a socialização das tecnologias da comunicação e outras que, como se a vida dependesse disso (e às vezes depende mesmo), queriam, a qualquer custo, conhecer e tomar posse dessa tecnologia da comunicação que detém o poder de torná-las mais próximas do mundo, da política, de si mesmas.*⁴

Povos coloridos, mestiços, negros, indígenas, brancos, de todas as religiões, culturas, profissões, posturas, partidos... e não me preocupei em especificar uma etnia em particular. Mas combinei, comigo mesma, que ao voltar à **Academia** seria também para reencontrar as minhas origens.

⁴ SANTOS, Sandra R. do N. **Vídeo popular e democracia; estudo comparativo de dois casos (Brasil e Chile)**. São Paulo, Mestrado/PROLAM-USP, 1999. p. 196.

Exterior. No mesmo dia 12 de junho 2003. Voltamos para a estrada. Legal o pessoal da D. Antônia e do Seu José. O doce de laranja estava ótimo. Pensamos que fosse de banana apesar do leve sabor cítrico, estávamos ficando condicionadas. Bananas, bananas, bananas...

O alto dos morros estava sendo encoberto, aos poucos, por uma névoa densa. Esfriava e começou a garoar. Garoa mesmo, daquelas que os mais velhos dizem que havia na capital paulista antigamente.

Conhecemos um verdadeiro descendente do Marinho. Será verdade? Não convém duvidar. Mesmo que não seja, e daí? Já conhecia o Sr. José de Paula, mas só agora ele revelou esse parentesco. Procurei algum traço de brincadeira na conversa, mas, se foi um chiste, ele disfarçou muito bem. "O bisavô do meu pai foi pego nas águas do Ribeira. Levaram para casa e amansaram. Segundo minha avó, agradaram ele com sal até amansar. Ele ficou vivendo lá. Ficou forte, cresceu, casou e teve filhos." Tem que jogar sal para amansar? "Não, tem que dar sal para comer. Comida de sal. Porque ele não está acostumado."

Você tem alguma comida de sal, aí? Está escurecendo e o ônibus, pelo jeito, demora.

Fala Sério!

Isso pode render ao longo deste trabalho: apesar da TV imponente em sua cozinha e da antena parabólica vigiando a entrada da casa, o hábito das histórias e tradições não foi totalmente perdido. Pelo menos na casa de D. Antônia.

A proposta deste trabalho é praticamente a continuação da discussão organizada na dissertação de mestrado. Após estudar os grupos urbanos que aprenderam a utilizar a tecnologia a favor de suas lutas e reivindicações, e que já possuem no mínimo vinte anos de produção, o diálogo agora é com os que começam a travar, ainda, os primeiros contatos com a recepção de imagens eletrônicas.

Vídeo popular e democracia trata de grupos que, "a partir do trabalho dirigido com o vídeo comunitário, (...) se tornam sujeitos de seus discursos e necessidades a partir do encontro, da busca conjunta." A apropriação dos meios eletrônicos surgiu de trabalhos de resistência e conscientização feitas por intelectuais vindos de partidos da esquerda tradicional, que foram às periferias com o firme propósito de cooptarem (palavra muitas vezes ouvida durante a pesquisa) militantes para as causas democráticas, contra as ditaduras instauradas entre as décadas de 60 e 70. Porém, o que estes intelectuais (estudantes, professores, jornalistas, cineastas, enfim, proprietários do saber formal e 'racional') encontraram foi uma outra possibilidade de participação social, organizada nas pequenas estratégias cotidianas levadas a cabo por donas-de-casa, trabalhadores braçais ou especializados, enfim, por pessoas que criavam, inventavam suas próprias vidas.⁵

Muitas vezes eram grupos que, apesar e/ou independentemente do governo ou regime implantado no momento, queriam suprir necessidades imediatas de sobrevivência - saúde, transporte, água, esgoto; denunciar

⁵ SANTOS, mestrado, p. 208.

*violências; reivindicar maiores salários; pedir maior segurança etc. - ou simplesmente obter maior visibilidade artística - mostrar trabalhos de grupos culturais; filmar histórias de suas concepções e às vezes, até mesmo, imitando a estética da TV comercial. Por que não?*⁶

Dessa vez, saindo do universo urbano, o foco recai sobre aqueles lugares onde a luz elétrica é novidade e a possibilidade da compra de TV só se tornou realidade recentemente.

No caso agora abordado, não é a apropriação, ainda, da tecnologia de produzir diálogos sociais (confeção dos próprios programas de TV), mas a descoberta da possibilidade de ver/assistir e discutir as produções e ações que acontecem pelo mundo. Gostar ou não gostar. Pensar na contribuição que isso pode dar à comunidade: auxílio às crianças em idade escolar? Diversão para as donas-de-casa e idosos que aguardam, em casa, a volta dos que foram ao trabalho na cidade ou à roça? Lazer nas horas de folga? Substituto dos serões familiares do final de noite? Vitrine do mundo e de novas possibilidades e buscas?

Essa discussão, que parece velha e datada para acadêmicos urbanos que já nasceram sob a hegemonia da energia elétrica e dos meios eletrônicos de comunicação (TV, vídeo, internet) se faz necessária quando se pretende tocar e entender grupos abrigados em região tão "distante" (sul de São Paulo), tão "pobre" (caíças, indígenas, principalmente guaranis, e quilombolas) e tão "isolada" (Mata Atlântica) que, há menos de 40 anos, foi escolhida pelo guerrilheiro Carlos Lamarca⁷ para abrigar sua base rebelde que pretendia derrubar a ditadura militar implantada no país em 1964. Representantes do governo (ITESP), de maneira mais comedida, ONGs (MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens) e alguns moradores, abertamente, reconhecem que as autoridades só começaram a "prestar mais atenção" na região após este episódio.

Até hoje, o único acesso à região é a conhecida "rodovia da morte", a BR-116 (Régis Bittencourt), que cobre um percurso de 408 Km entre São Paulo-SP e Curitiba-PR.

⁶ Idem, ibidem.

⁷ O capitão Carlos Lamarca, em janeiro de 1969, desertou do quartel do exército localizado em Quitaúna, São Paulo, levando armas e munições. Após dez meses vivendo clandestinamente na capital paulista, seguiu para o Vale do Ribeira, com mais 16 militantes, a fim de realizar um treinamento em guerrilha. Lá permaneceu até maio de 1970, quando a região foi cercada por tropas do Exército e da Polícia Militar. Houve combates, mas Lamarca conseguiu romper o cerco ao lado de dois companheiros, após a retirada de vários outros. A 'Operação Registro', como a denominou o II Exército, durou 41 dias e resultou na prisão de quatro guerrilheiros. MIRANDA, Oldack e JOSÉ, Emiliano. **Lamarca, o capitão da guerrilha**. São Paulo, Global, 1980.

Esta estrada, aberta na década de 1950, foi reestruturada durante o governo militar para aproximar os habitantes do Vale do Ribeira da "civilização" e desencorajar outras aventuras como a do Capitão. Naquela época, outras iniciativas também surgiram como a implantação de empresas de beneficiamento de palmito e incremento de ações que visassem o progresso, como o projeto de represamento e construção de hidrelétricas que incentivassem a aproximação de grandes empresas. No entanto, o progresso não chegou de forma satisfatória à região que, ainda no início do século XXI, continua sendo a mais pobre do Estado de São Paulo e sobrevive basicamente de turismo e bananicultura. As tabelas abaixo, ajudam a demonstrar:

Eldorado

PIB: 24.080 mil reais.

Habitantes: 14.134

(Fonte: IBGE – ano base: 2003)

Lavoura permanente:

	Quantidade produzida (t)	Área plantada (hec.)	Área colhida (hec.)	Rendimento médio (kg/hec.)	Valor da produção (R\$)
BANANA	84.000	4.000	4.000	21.000	18.480
BORRACHA	102	41	41	2.487	9.000
GOIABA	240	6	4.000	40.000	51.000
MARACUJA	598	30	30	19.933	122.000
PALMITO	125	50	50	2.500	103.000
TANGERINA	1.801	63	63	28.587	380.000

Lavoura temporária:

	Quantidade produzida (t)	Área plantada (hec.)	Área colhida (hec.)	Rendimento médio (kg/hec.)	Valor da produção (R\$)
ARROZ EM CASCA	236	220	220	1.072	105.000

Extração Vegetal / silvicultura

	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$)
PALMITO	22 toneladas	44.000
LENHA	2.846 metros cúbicos	6.000
TORA	164 metros cúbicos	3.000

Pecuária:

	cabeças	produção
BOVINOS	19.266	
VACAS ORDENHADAS	800	730 mil litros de leite
GALOS FRANGOS(AS) E PINTOS	8.000	
GALINHAS	5.000	15 mil dúzias de ovos
SUÍNOS	6.650	
EQÜINOS	650	

Serviços:

(Fonte: IBGE – ano base: 2003)

Frota automotiva:

AUTOMÓVEIS	758
CAMINHÕES	167
TRATORES	3
MOTOCICLETAS	374
MICROÔNIBUS	5
MOTONETAS	12
ÔNIBUS	29
CAMINHONETES	44
TRATOR DE RODAS	1

Comércio:

Padarias	2
Agências bancárias	2
Hotéis	2

Com apenas um estabelecimento de saúde pública e outro privado, o município conta com 34 leitos disponíveis para internação que, segundo informa a página do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ibge.com.br/cidades - 15/12/2005), são disponibilizados pelo SUS (Sistema Único de Saúde). Existem dezesseis postos de trabalho para médicos, o que não quer dizer que todos estejam sempre preenchidos.

Numa área de 1.656,73 Km², entre a parte urbana e rural, vive uma população de 14.134 habitantes (estimativa de 2005 – IBGE). São 7.337 homens e 6.797 mulheres distribuídos entre a área urbana, 6.974, e a rural, 7.160 moradores. Desse total, estima-se que 4.255 sejam jovens em idade escolar, assim distribuídos:

Entre 5 e 6 anos	608 habitantes
Entre 7 e 14 anos	2.660 habitantes
Entre 15 e 17 anos	987 habitantes

Os estabelecimentos de ensino, todos públicos, estão com suas vagas preenchidas da seguinte maneira: 588 crianças matriculadas na pré-escola; 3.008 jovens matriculados no curso fundamental (da 1^a. à 8^a. série) – o que faz supor que alunos de outras faixas etárias, ou outras cidades menores da região, se alocam nestas vagas. No ensino médio (correspondente a três anos) há 819 jovens matriculados.

Muitos desses estabelecimentos estão em áreas de comunidades quilombolas. Segundo o engenheiro agrônomo Sidney Santana e Silva, analista de desenvolvimento agrário do escritório regional do ITESP (Av. Castelo Branco, 150 – Centro) em Eldorado, todas as comunidades, hoje, contam com serviço de pré-escola municipais. As comunidades têm pleiteado a construção de uma escola de nível médio mais próxima, o que permitiria a frequência mais fácil para os jovens quilombolas. “Talvez na Comunidade Pedro Cubas. A mais central das comunidades localizadas entre as cidades de Eldorado e Iporanga.”

Não existem escolas superiores na região. As mais próximas estão em registro (**Scelisul** – Sociedade de Cultura e Educação do Litoral Sul – com os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis, Educação Física, Letras, Matemática, Pedagogia, Processamento de Dados, Química, Gestão Ambiental – e **UNESP** – agronomia). Mas a **Educafro** promove, em parceria com a Igreja Católica (inclusive utilizando espaço da casa paroquial), um cursinho pré-vestibular com a presença de quilombolas (não foram apresentadas estatísticas oficiais, mas as estimativas oferecidas informam cerca de trinta jovens das comunidades frequentando Universidades públicas e privadas do Estado de São Paulo – que oferecem bolsas de estudo para carentes).

Segundo ainda o IBGE, para um total de 14.134 habitantes, apenas 165 possuíam, em 2001, quinze anos ou mais de estudo e 1.360 habitantes não tiveram acesso algum ou menos de um ano de frequência aos bancos escolares.

Iporanga

PIB: 2.407 mil reais

Habitantes: 4.562

(Fonte: IBGE – ano base: 2003)

Lavoura permanente:

	Quantidade produzida (t)	Área plantada (hec.)	Área colhida (hec.)	Rendimento médio (kg/hect.)	Valor da produção (R\$)
BANANA	216000	12	12	18.000	57.000

Lavoura temporária:

	Quantidade produzida (t)	Área plantada (hec.)	Área colhida (hec.)	Rendimento médio (kg/hect.)	Valor da produção (R\$)
ARROZ EM CASCA	189	90	90	2.100	95.000
FEIJÃO EM GRÃOS	107	160	160	668	122.000
MANDIOCA	150	10	10	15.000	29.000
MILHO EM GRÃOS	300	200	200	1.500	150.000

Extração Vegetal / silvicultura:

	Quantidade produzida	Valor da produção (R\$)
PALMITO	1 tonelada	1.000
LENHA	1.050 metros cúbicos	8.000
TORA	640 metros cúbicos	14.000
CARVÃO VEGETAL	64 toneladas	19.000

Pecuária:

	cabeças	produção
BOVINOS	2.700	
VACAS ORDENHADAS	480	322 mil litros de leite
GALOS FRANGOS(AS) E PINTOS	18.700	
GALINHAS	1.800	6 mil dúzias de ovos
SUÍNOS	1.400	
EQÜINOS	315	

Serviços:

(Fonte: IBGE – ano base: 2003)

Frota automotiva:

AUTOMÓVEIS	173
CAMINHÕES	24
TRATORES	3
MOTOCICLETAS	57
MICROÔNIBUS	1
MOTONETAS	12
ÔNIBUS	7
CAMINHONETES	14

Comércio:

PADARIAS	2 (mercearia, bar, padaria, sorveteria)
AGÊNCIAS BANCÁRIAS	1
HOTÉIS	4 campings/ 22 hotéis, pousadas, pensões

São três os estabelecimentos públicos de saúde, porém sem vagas para internação. A cidade mais próxima, com esse benefício, é Eldorado (cerca de 75 quilômetros de distância). Existem, também trabalhando para o SUS, cinco médicos, três enfermeiros, cinco odontólogos e cinco auxiliares de enfermagem (www.ibge.com.br/cidades - 15/12/2005).

Numa área de 1.160 Km² vivem 4.562 pessoas. São 2.370 homens e 2.192 mulheres, distribuídos entre as áreas urbana (2.076) e rural (2.486). Desse total, 1364 são jovens em idade escolar. Assim distribuídos:

Entre 5 e 6 anos	161 habitantes
Entre 7 e 14 anos	898 habitantes
Entre 15 e 17 anos	305 habitantes

Segundo o que se pode apurar, todos os jovens se encontram amparados pela educação formal que está, também, presente em áreas de quilombos. Na comunidade Praia Grande, cujo acesso é feito apenas por barco, os docentes e crianças – a comunidade é servida por curso fundamental (1^a. a 4^a. séries) e pré-escola – sofrem a ponto de ter as aulas interrompidas durante o período de chuvas. O tempo médio de viagem entre a comunidade e

o centro do município é de aproximadamente uma hora e quinze minutos com a corrente a favor.⁸

Segundo ainda o IBGE, para um total de 4.562 habitantes com mais de dez anos de idade, havia, em 2001, 517 com menos de um ano ou sem nenhum estudo.

* * *

Além do exposto acima, o IBGE informa que não há estimativas sobre distribuição de luz elétrica. Depoimentos afirmam que algumas comunidades só receberam iluminação em 2002, como o quilombo Maria Rosa, e outros ainda permanecem totalmente no escuro – como a comunidade Praia Grande.⁹

As duas cidades, como os números mostram (principalmente com relação à Iporanga e sua quantidade de hotéis e *campings*), são consideradas centros de lazer (Eldorado está registrada como Estância Turística na Embratur), pontos de partida para caminhadas ecológicas, pescarias, esportes aquáticos e tem incorporado, aos poucos, a história dos quilombos em seu roteiro turístico. Nos finais de semana, feriados ou férias, a população se multiplica em pousadas, *campings* e hotéis.

Ironia, ou não, duas opções de "aventura" oferecida por agências de viagens exploram o que antigamente gerou medo na população. A "trilha do capitão Lamarca" é um passeio agradável em que, segundo o guia da agência, se pode percorrer os mesmos caminhos dos guerrilheiros e seus perseguidores, além de aproveitar a natureza em forma de riachos, cachoeiras, cavernas... locais isolados da Mata Atlântica que serviram de esconderijo também para outros fugitivos: os quilombolas – que já iniciam um processo de aproveitamento e exploração turística de suas terras. Os quilombolas de Ivaporunduva, em parceria com empresas públicas e privadas, constroem, em suas terras, uma pousada turística para receber os visitantes, excursões escolares e demais interessados que queiram conhecer um pouco melhor a história da resistência negra na região.

⁸ Fiz o percurso de ida e volta no dia 13 de novembro de 2005, num pequeno barco a motor (bote de metal). Estavam também na excursão: Pe. João, pároco da Igreja local, duas noviças alemãs em missão na região, a Profa. Dra. Antonia Quintão e o barqueiro Antonio, quilombola da comunidade em questão.

⁹ Na viagem citada acima, o retorno foi antecipado para que chegássemos à sede do município ainda com os últimos raios de sol.

Exterior. As árvores escondem o sol. Maio de 1997. Sapatu. Trilha na mata Atlântica não é difícil, é trabalhosa. Se o tempo estiver úmido, e o indivíduo for um urbanóide inveterado, é melhor desistir. Houve uma época em que, para completar o orçamento, acompanhava excursões de estudo do meio (caminhadas na Mata da Cantareira e os mais de cem degraus para atingir o Pico do Jaraguá...). Bons tempos!

A trilha do Lamarca fica pra lá da Queda de Meu Deus, que é uma cascatinha que fica um tantinho atrás do Sapatu – um quilombo que também tem cachoeira. Caminhando por lá percebe-se que a natureza foi generosa com o Vale do Ribeira e como era fácil se esconder por aqui – e ainda é. Cachoeiras, trilhas largas e trilhas estreitas, muita umidade, excesso de oxigênio – meu pulmão paulistano até estranha – talvez por isso meu pensamento viaja...

Os outros caminhantes, provavelmente, estão pensando no capitão Lamarca, com a cara do Paulo Betti, caminhando e comandando seus guerrilheiros, furando o cerco da polícia. Mas eu fui mais longe no tempo... deixei o século XXI... passei pelo século XX... e cheguei ao final do século XVIII.

Alguém entrou na mata... está só e com medo. Seu companheiro morreu no caminho. Ainda está muito perto da vila de Xiririca...¹⁰ é preciso continuar, atravessar o mato, chegar à liberdade.

Seu nome é José, como vários outros josés-escravizados do país.

¹⁰ Xiririca é o antigo nome do atual município de Eldorado.

Ao longo do trabalho, foram anotadas opiniões e discussões, algumas até um tanto fora de “moda” entre os acadêmicos. Existem ainda, dentro e fora das comunidades, pessoas abertamente contra o acesso dessas comunidades aos meios de comunicação eletrônicos que, calorosamente, debatem com grupos favoráveis.

Na ala dos contrários mais radicais, está Sidney (funcionário do ITESP-Eldorado): "É um absurdo o que acontece, a cultura está dando lugar ao consumismo, as comunidades estão sendo descaracterizadas! Muitos não tem nem banheiro em casa, mas se endividam para comprar uma parabólica". (entrevistado em junho de 2003)

Da mesma instituição, uma Antropóloga, que trabalha no escritório da capital (Av. Brigadeiro Luís Antonio, 554 – Bela Vista), afirma que "não se pode barrar o progresso. O ser humano busca aprimoramento, conforto, e tem o direito para si e para sua família. Por que nós podemos e eles não? Porque são pobres?" (entrevistada em dezembro de 2003)

O que se percebe é que o senso comum parece estar pautado por uma leitura deficiente da Teoria Crítica. A epistemologia da complexidade, a transdisciplinaridade, a busca de contextualização histórico-social, de que muito se fala em sala de aula e se tenta praticar no dia-a-dia, ainda não chegaram ao domínio público. A idéia do mais capaz (no caso o estudioso, intelectual, ou o político posto em situação mais privilegiada) como "salvador" do menos possibilitado (o mais humilde, o menos escolarizado), ditando, inclusive, as regras do que é bom, serve ou não serve para a sociedade, ainda está muito presente.

Militantes como o Sidney (e muitos dos que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho), embora bem intencionados, escudam-se na "solução romântica" descrita por Canclini: "(...) isolar o criativo e o artesanal, a beleza e a sabedoria do povo, imaginar de modo sentimental comunidades puras, sem contato com o desenvolvimento capitalista, como se as culturas populares não fossem o resultado da absorção das ideologias dominantes e das contradições entre as próprias classes oprimidas" ¹¹.

"Cientistas" e "políticos" se pautam em discussões ainda muito comuns em grande parte das escolas superiores do país – não só as privadas, mas as públicas também incluindo esta – cuja tentativa é de delineamento da sociedade, visando campanhas políticas e publicitárias ou outros interesses (resquício do Positivismo, do cartesianismo ou mesmo do nacionalismo romântico de que, ainda, fala Canclini), a partir de seu conjunto, de forma superficial, onde as carências das populações são vistas de forma descontextualizada. A arrogância dogmática dos "doutores", muitas vezes, contamina militantes que, por sua vez, passam a discursar a favor da "conscientização dos receptores", sobre o perigo que correm devido às influências exercida pelos meios de comunicação, sem sequer tentar entender o perfil e interesse da comunidade.

Cultura

Cultura, numa definição antropológica, a princípio é “(...) tudo aquilo que foi produzido por algum ser humano, não importando o seu grau de complexidade e de desenvolvimento (...)” ¹²

Toda atividade humana, material e ideal, portanto é cultura e culturalmente definida. Inclusive as práticas ou crenças antes desqualificadas, tidas como “ignorância”, superstições, além de usos, costumes e técnicas simples dos que vivem mais próximos da natureza do que da alta tecnologia.

Todas as culturas, (...) são dotadas de estrutura, possuem no seu interior coerência e sentido. Inclusive as práticas que nos desconcertam ou que nós rejeitamos (a antropofagia, a poligamia) possuem uma lógica no

¹¹ CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 11.

¹² Idem, p. 19.

*interior das sociedades que as adotam, são funcionais para a sua existência.*¹³

Partindo dessa lógica de Canclini, pode-se tentar entender o que o funcionário do ITESP quis dizer ao afirmar que “os quilombolas estão perdendo a sua cultura”. Porém não se pode aceitar sem discussões, posto que a cultura é dinâmica, dialogada cotidianamente entre pessoas habitantes e participantes de um mundo cada vez mais globalizado (para usar uma palavra da moda, já exaustivamente utilizada). Não se pode isolar grupos, não há como relativizar as culturas, pois isso, de forma radical, implicaria no etnocentrismo que já causou e causa tantos danos às sociedades e ao planeta.

*As afirmações a respeito da igualdade do gênero humano, da relatividade das culturas e do direito de cada uma delas de desenvolver a sua forma própria, são inconsistentes se nós não a situamos no interior das condições atuais onde vigoram a universalização e a interdependência. (...) A multinacionalização do capital, que é acompanhada pela transnacionalização da cultura, impõe uma troca desigual tanto aos bens materiais quanto aos bens simbólicos. Mesmo os grupos étnicos mais remotos são obrigados a subordinar a sua organização econômica e cultural aos mercados nacionais, e estes transformam-se em satélites da metrópole, de acordo com uma lógica monopolística.*¹⁴

Se, como afirma o analista do ITESP, está “morrendo” uma cultura, ela está sendo também, aos poucos, substituída por outras que servirão aos interesses e necessidades do grupo que a está (re)elaborando no dia-a-dia. Mas, ao mesmo tempo em que há uma aproximação dos gostos, das preferências – a partir da propaganda, das telenovelas, da imagem de *glamour* que chama a atenção – nunca ocorre uma igualdade de fato, pois como Canclini afirma:

A homogeneização das aspirações não significa que os recursos são iguais. Não são eliminadas as distâncias entre as classes nem entre as sociedades no aspecto fundamental – a propriedade e o controle dos meios de produção –, mas se cria a ilusão de que todos podem desfrutar, real ou virtualmente, da superioridade da cultura dominante.

A vontade de ter (o carro e a roupa da moda, a comida diferente, o creme X ou o perfume Y) não se transforma automaticamente em possibilidade de obter. A frustração se

¹³ Idem, Ibidem.

¹⁴ Idem, p. 26.

converte, muitas vezes superficialmente, na luta política pela melhoria da comunidade, na organização social/popular para apoio ao aumento das roças, colocação dos produtos no mercado, campanha pela não destruição da floresta; na luta do **Educafro** (Educação e cidadania de afrodescendentes e carentes) que, a cada ano, coloca mais jovens quilombolas nas Universidades. Mas, muitas vezes, a frustração leva a um triste quadro: surgem casos de prostituição entre as jovens quilombolas e o tráfico de drogas já adentrou a mata, seduzindo os incautos e desesperando os mais velhos...

Essa situação, muitas vezes, leva aos discursos dos que imaginam que, impedindo as imagens de chegar, eliminam a possibilidade de sedução. Cometem, inclusive, o discurso do isolamento dos grupos para garantia de sua pureza original. Preservar a sua “ingenuidade” da “brutal realidade” do mundo. Isso se traduz, muitas vezes, segundo o autor, em situações de radicalização de grupos oprimidos que acreditam que “só podem libertar-se por intermédio de uma enérgica auto-afirmação da sua soberania econômica e da sua identidade cultural.”¹⁵ Dessa forma, torna-se difícil não pensar em uma reação através do discurso da valorização étnico-cultural – que, na realidade, aparece como única alternativa.

Para estas últimas o relativismo cultural, no que possa ter de positivo, não é apenas a consequência filosófica do conhecimento produzido pelas ciências sociais, mas uma exigência política indispensável para que consigam o auto-reconhecimento e o crescimento com autonomia. Devido a isto, a superestimação da própria cultura – como acontece nos movimentos nacionalistas, étnicos e de classe em sua luta pela libertação – não é o cometimento de um erro ou de uma parcialidade a ser lamentado, mas um momento necessário do processo de negação da cultura dominante e de auto-afirmação cultural.¹⁶

É o que se vê, hoje, no Vale do Ribeira. Com apoio dos Movimentos Negro, religioso e políticos – após a promulgação da Constituição – os quilombolas perceberam que a única forma de garantirem a posse da terra era a união e valorização cultural e histórica. Hoje, frente às dificuldades e preconceitos, a solução é fincar o pé no passado e exaltar as origens – única alternativa, imposta pela própria lei – para conquistarem seu pedaço de chão e a dignidade e segurança conferidas por este pedaço de papel. O autor mesmo afirma que

¹⁵ Idem, p. 27.

¹⁶ Idem, p. 28.

“uma maior universalização do conhecimento, liberto de todo etnocentrismo, só será possível com o advento da superação das contradições e das desigualdades.”¹⁷ O que está, ainda, muito longe de acontecer no Brasil.

Por outro lado, o discurso de alguns políticos, militantes e estudiosos beira o escândalo. Se alguns se prendem à solução “romântica”, outros são tão práticos ao ponto de vislumbrarem cifrões todas as vezes que olham para um mato intacto ou matuto mascando fumo de rolo. O que ocorre é que a cultura, muitas vezes, é tratada como fonte de renda, da mesma forma como a ecologia que, para muitos, se transformou em possibilidade de lucro para agências de viagens, fonte de discursos políticos e espetáculo para turistas.¹⁸ O passado se mistura com o presente e as pessoas passam a significar, segundo ainda Canclini, tanto quanto as pedras. A natureza “intocada” e o ser humano idem atraem interesses, investimentos, renda. Isso satisfaz militantes, políticos e turistas. Porém, a partir do momento em que há o entendimento de que a cultura é “instrumento voltado para a reprodução das relações sociais objetivas”¹⁹, deixa-se a influência para o cotidiano das relações que, hoje, ocorrem com mais rapidez do que há tempos.

Apesar da boa vontade de muitos, pode-se afirmar que os quilombolas do Vale do Ribeira, seus costumes e forma de viver, se transformam, aos poucos e com o incentivo da mídia²⁰, em espetáculo para turistas. A solução, para muitos, é tentar sobreviver vendendo. D. Esperança (líder do quilombo Sapatu) se orgulha em dizer que suas bolsas – confeccionadas em tear manual, com fibra de bananeira – está até na Europa: “uma moça francesa comprou várias para dar de presente às amigas”. O pessoal do Ivaporunduva constrói uma pousada temática e treina monitores para aproveitar o filão – já que vai haver exploração, eles mesmos querem lucrar... que o dinheiro fique na comunidade.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Indígena da nação Xavante, Hipãridi Top’Tiro, em entrevista publicada em **Planeta Inquieto** (op. cit., pp. 125-126), afirma: “Os antropólogos, os pesquisadores, os grupos religiosos, os turistas vêm a gente e dizem que não somos mais índios porque usamos roupa e não nos pintamos. (...) Aí eu tive vontade de perguntar para ele o que é ser índio, se tinha definição e condições de nos ensinar o que é ser índio (...) O homem branco quer nos colocar num parque ecológico, junto com o resto dos bichos, para que sejamos visitados no Dia do Índio”. E ainda insinua que, através do ecoturismo, se poderia ganhar muito dinheiro.

¹⁹ Canclini, op. cit., p. 16.

²⁰ Os jornais e revistas anteriormente apontados e as telenovelas que, já há algum tempo, inserem quilombos em sua tramas de época – coisa impensável há alguns anos. Exemplo são as recentes versões de **Escrava Isaura** (Rede Record, 2005-2205) e **Sinhá Moça**, (Rede Globo, 2006).

Sol, chuva; calor; frio; a serração descendo pelo morro. A garoa cortando a pele e chegando até os ossos e, daí, às consciências. A prisão é fria, a falta de liberdade corrompe até a lembrança da outra mata, aquela que ficou do outro lado do oceano. É preciso tentar reencontrar a vida... quem sabe atrás das montanhas?

Aqui a vida não melhora. Entra dia, sai dia e a mesma coisa. Trabalhar, batear o cascalho, procurar o brilho da pedra às margens dos riachos, enriquecer o patrão, comer os restos que lhe sobram à mesa; dormir no chão duro que não é meu. Não vai ser difícil correr para dentro da mata quando o capataz se distrair...

Ele acabou de passar correndo por mim...

O guia estava pedindo para que continuássemos na trilha do capitão.

A principal forma de coleta de dados para este trabalho foi a captação de depoimentos, inclusive em áudio, que posteriormente foram analisados e utilizados em sua organização. Cerca de 30 pessoas foram contatadas entre quilombolas, trabalhadores de entidades estatais e ONGs.²¹ As entrevistas seguiram principalmente o método descrito por Cremilda Medina no livro **Entrevista: o diálogo possível** (São Paulo, Ática, 1986).

Para Medina "a entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpretação informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais; pode também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática de informação. Em todos estes ou outros usos das Ciências Humanas, constitui sempre um meio cujo fim é o inter-relacionamento humano."²² Portanto, a relação entre entrevistado e entrevistador deve ser pautada pelo entendimento humano e pela busca de possibilitar o diálogo. O esforço para viabilizar o diálogo deve partir, primeiramente, do pesquisador (o mais interessado no contato). Dessa maneira, compreende-se que o dirigismo (leia-se utilização de questionários absolutamente fechados) apenas impõe obstáculo. Então,

²¹ Para levantamento e contatos fui ao Vale do Ribeira, município de Eldorado, três vezes (maio de 1997, junho de 2003, janeiro de 2004 e novembro de 2005). Nessas viagens entrei em contato e aceitei colaboração de quilombolas, religiosos, participantes de ONGs e funcionários de órgãos ligados ao governo do Estado de São Paulo e às prefeituras da região. (**Dados detalhados ao final desta introdução * ***).

²² MEDINA, op. cit., p. 8.

seguindo ainda a linha proposta, foi evitado, nos primeiros contatos, o uso de dispositivos (filmadoras, gravadores, blocos de anotações) que aumentassem a distância e diminuíssem a confiança entre as partes envolvidas.

Conhecer (situação social, modo de vida, história e perspectivas para o futuro dos personagens) e ser conhecida (minha proposta de trabalho, tipo de pesquisa, material a ser produzido) foram os dois primeiros movimentos nesta fase.

Para facilitar os trabalhos e descrições, os interlocutores desta pesquisa foram divididos em três grupos distintos: quilombolas (**grupo 1**); fontes "oficiais", do governo ou ONGS (**grupo 2**) e moradores e comerciantes da cidade de Eldorado (**grupo 3**).

A escolha do campo a ser trabalhado foi realizada depois de muita reflexão. Do universo denominado "Remanescentes de Quilombos" brasileiros – presentes em vários pontos do território nacional, em praticamente todos os Estados ²³ – a preferência recaiu sobre os que se localizam no Vale do Ribeira não só pela proximidade com a capital paulista, mas também por apresentar a situação de interesse já consolidada – a utilização de meios de comunicação eletrônicos/televisão para obtenção de informação e como forma de lazer. É no Vale do Ribeira que se concentra o maior número de comunidades quilombolas do Estado de São Paulo, cerca de cinquenta grupos (entre os titulados, reconhecidos, em fase de reconhecimento, demarcados e em fase de demarcação) estão ali.

Para tornar factível este trabalho, delimitou-se um espaço de 72 quilômetros ao longo do Rio Ribeira de Iguape, ao lado do qual corre uma estrada que liga os municípios de Eldorado e Iporanga. Matas e riachos, montanhas e cachoeiras compõem o cenário. Aqui e ali, a distâncias irregulares, uma ou outra casa – ou conjunto de casas – de alvenaria ou pau-a-pique, coberta de telhas ou folhas de bananeira. Em 1997, quando surgiu o interesse pelo assunto, poucas possuíam TV. Hoje a maioria ostenta, no quintal, uma antena parabólica –

²³ Onde quer que tenha existido escravidão, houve resistência, houve formação de quilombos. "No Brasil, os quilombos tiveram vários tamanhos e graus de organização e se assentaram em vários locais. Os mais notáveis foram o 'do Trombetas' (1866-1888, no Pará); o de 'Turiaçú' (século XVIII, no Maranhão); o do 'Preto Cosme' (1838, no Maranhão); o dos 'Palmares' (1630-1695, em Alagoas); o 'Oitizeiro' (1807, na Bahia); o do 'Calunga' (1790-1888, em Goiás); o de 'Campo Grande' (1720-1756, no Mato Grosso); o do 'Ambrósio' (século XVIII, em Minas gerais); o de 'Jabaquara' (1883-1888, em São Paulo)." SANTOS, Sandra. *Fogo do Caos* in **Planeta Inquieto** (op. cit., pp. 59-72).

Muitos outros quilombos menores, menos famosos e até desconhecidos ainda, se formaram acompanhando os ciclos econômicos nacionais onde foram utilizados braços cativos.

elas facilitam a captação dos sinais das emissoras em região de muitos morros e acidentes geográficos.

Percorrendo os 72 quilômetros de asfalto é possível atingir doze comunidades. Algumas coladas à estrada ("beira de pista", como são chamadas) outras só alcançadas adentrando a mata e enfrentando suas estradinhas de terra e muito morro. Dessas, foram escolhidas quatro (um terço do total) – número considerado satisfatório para o estabelecimento de uma boa amostragem: Sapatu (comunidade de "beira de pista") distante 36 quilômetros da cidade de Eldorado; Pedro Cubas, 22 quilômetros de Eldorado e mais onze mata adentro; André Lopes, 38 quilômetros da sede do município e mais quatro afastado do asfalto e Nhunguara, 45 quilômetros de Eldorado, que se inicia na beira da pista e se alonga mais ao interior. Perfazendo um total de aproximadamente trezentas famílias (segundo censo do ITESP). O acesso: de ônibus ou outra condução, até o ponto desejado na pista, e a pé e/ou barco, até a comunidade.

O critério de seleção foi, principalmente, a afinidade e afetividade estabelecidas durante os primeiros contatos. Com alguns grupos o diálogo não foi satisfatório. Na fase de observação a receptividade dos moradores do quilombo foi maior ou menor, dependendo da desconfiança dos líderes comunitários. Os casos e histórias de vida ouvidos chamou mais ou menos a atenção que, naturalmente, foi desviada em favor desta ou daquela pessoa e, portanto, de sua comunidade. D. Esperança Ramos, líder comunitária e religiosa do Sapatu, ofereceu sua casa à pesquisadora após uma caminhada de três horas pelo asfalto quente, contou sua história; Sr. Dito Chapéu, descendente direto do escravo Pedro Cubas, estava numa reunião do ISA (Instituto Sócio-ambiental), muito combativo apesar dos seus já oitenta e tantos anos, e insistiu em dar entrevista e apresentar melhor sua comunidade; Sr. José e D. Antônia França, líderes do Nhunguara, são conhecidos desde 1997 e, na última viagem, contaram que são descendentes do Marinho (entidade mítica que habita as profundezas do Rio Ribeira de Iguape).

Se o produto final deve envolver o receptor e fazer com que o informante se reconheça na entrevista publicada ou emitida, envolvimento e cumplicidade entre entrevistador e entrevistado são necessários. Isto foi conquistado nesta primeira etapa. O encontro entre sujeitos, também proposto por Medina em sua obra, foi, neste trabalho,

reflexo da confiança conquistada ao longo das visitas e contatos realizados com os habitantes do quilombo.

Maria Luiza Ramos, por sua vez, afirma ²⁴ que observado e observador (ou pesquisado e pesquisador) são "constituintes e constituídos no processo do conhecimento" e que não se pode, portanto, desconsiderar, nesta relação de conhecimento e auto-conhecimento, o local e as organizações mentais/sociais que são suscitadas no encontro entre as partes. "(...) a cognição tem de levar em conta a relação recíproca entre o conhecido e o conhecedor: 'tudo o que é dito, é dito por um observador' (...) de tal forma que não existe mundo independentemente de uma determinada experiência".

Não só mente e corpo são aí considerados inseparáveis, nessa perspectiva que privilegia a intenção com o meio, como também o eu e o mundo não podem depender um do outro. Assim, o contexto assume um papel essencial no processo do conhecimento que só é possível pelo fato de não apenas estarmos em um mundo, mas de sermos um mundo que faz parte de nosso corpo, de nossa linguagem e de nossa história social. ²⁵

Assim se justifica essa caminhada de conhecimento que foi assumindo caráter próprio e formando imagem e idéias ao longo do caminho percorrido na realização do trabalho. Ir ao campo (quilombo) aberta para possibilidades permitiu formular questões e entrar num envolvimento com a comunidade, isenta de preconceitos.

Por outro lado, entrevistar ou ser entrevistado envolve aspectos objetivos e subjetivos, pois lidar com a palavra, com a oralidade, é sempre passível de distorções, dúvidas, desmentidos. Isto se torna mais complicado no contato com "fontes institucionais" (que serão chamados **de grupo 2**), ou seja, os representantes do governo, vinculados ao ITESP; da Igreja Católica, membros do MOAB; da prefeitura de Eldorado e até mesmo líderes comunitários que ocupam cargos burocráticos nas associações de moradores (ligados à política e à organização de artesãos). Respeitadas as situações, estes também foram tratados com afetividade e respeitados dentro de suas funções de informantes e até de facilitadores do acesso a documentos, textos, leis e opiniões diferenciadas. Nestes casos foram úteis as

²⁴ RAMOS, M.L. *O papel do observador na constituição da realidade* in VASCONCELOS, M.S. e COELHO, H.R. **1000 rastros rápidos - cultura e milênio**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.,p. 192.

técnicas de gravação descritas por Maria Izaura de Queirós ²⁶. Para ela, as entrevistas gravadas são preciosas aliadas do pesquisador e podem ser **1) rigorosamente orientadas** por perguntas do pesquisador, num diálogo em que o informante não tem liberdade de conduzir a conversa, nem iniciativa de fala; **2) semi-orientadas**, ou com roteiro, nas quais o pesquisador, de tempos em tempos, efetua uma intervenção para trazer o informante aos assuntos que pretende investigar – nesta o informante fala mais do que o pesquisador e dispõe de certa dose de iniciativa, mas quem orienta, verdadeiramente, todo o diálogo é o pesquisador; e **3)** há também as entrevistas **realmente livres**, em que o pesquisador, depois de um breve diálogo inicial, limita ao máximo suas intervenções de maneira a registrar um verdadeiro monólogo do informante ²⁷.

Com o **grupo 2** (descrito acima) foi utilizada a **entrevista-enquete** que, segundo Medina ²⁸, tem no tema o centro de importância, o motivo da realização do trabalho. Assim, quando o primordial neste trabalho foi a busca de informação sobre a demarcação das terras, a situação legal dos quilombolas, os trabalhos já realizados neste sentido e os detalhes técnicos da implantação da televisão, várias fontes foram contatadas e a pesquisa foi apoiada por um questionário básico que orientou a tomada de depoimentos. O intuito era dar unidade à entrevista, favorecer e facilitar o trabalho e não tomar muito tempo dos engenheiros, antropólogos e historiadores que recebiam a pesquisadora em seus ambientes de trabalho. Ressalte-se, no entanto, que, muitas vezes, o tema específico, em forma de questionário, se tornou pretexto para o início de longas conversas, pois muitos dos funcionários e técnicos do ITESP são também militantes da causa e emitiram opiniões particulares sobre TVs nas comunidades.

O **grupo 1** (quilombolas) e o **grupo 3** (moradores e comerciantes estabelecidos na cidade de Eldorado) foram abordados principalmente sobre a popularização dos meios de comunicação eletrônicos nos quilombos e mudanças – de comportamento e de consumo – acarretadas pelo novo hábito, nos mais variados locais que permitiram entender melhor a vida e relacionamentos nas comunidades (na praça da matriz, no ponto de ônibus, dentro do

²⁶ QUEIRÓS, Maria I. P. **Variações sobre a técnica de gravador no registro de informação viva**. São Paulo, T. A. Queirós, 1991.

²⁷ Idem, pp. 58-59.

²⁸ MEDINA, op. cit., p. 17.

coletivo, nas estradas, nos barcos, nas casas, nos órgãos governamentais e ONGs onde esperavam para viabilizar documentos e atendimento médico). Os assuntos versaram sobre festas, alimentação, história, crianças, idosos, o Rio, a montanha, as lendas, o Marinho...

A região, por ser sujeita a cheias e quedas de barreiras no período entre dezembro e maio, possibilitou apenas viagens restritas aos meses de estiagem (junho a novembro, principalmente) dos anos de 1997, 2003, 2004 e 2005. Nestas ocasiões, as hospedagens foram feitas em hotéis das cidades de Eldorado e Iporanga; os deslocamentos até as comunidades foram, preferencialmente, realizados em transporte coletivo municipal e, eventualmente, em veículos particulares de membros das comunidades e/ou trabalhadores e pesquisadores da região. Dentro dos quilombos, à pé ou barco até o ponto desejado.

Buscou-se, então, com este trabalho, um **perfil humanizado**²⁹, contrário às espetacularizações e sensacionalismo de que foram vítimas em outros trabalhos, compreender conceitos, valores, comportamentos, histórias de vida. Para tanto, foram realizadas pesquisas bibliográficas em textos pertinentes (todos arrolados ao longo deste trabalho) que permitirão a sustentação teórica e acadêmica deste material.

O presente trabalho é um encontro (ou reencontro) entre dois grupos historicamente afastados há séculos. Pretende demonstrar as diferenças de postura, a identidade na busca de direitos e possibilidades de exercer a cidadania com respeito e perspectivas de futuro neste país pluriétnico.

²⁹ Idem, p. 18.

No final da trilha tem banho de cachoeira e a sensação de que mais um final de semana venceu o cansaço do dia-a-dia de trabalho. Nem dá pra lembrar que não estou em lazer, mas pesquisando...

Fico feliz em saber que o José conseguiu escapar. Assim como vários outros josés em diversos pontos do Brasil. Seu amigo morreu (assim como vários outros amigos morreram) ao tentar a fuga, mas muitos outros companheiros (joões, marias, serafinas, esperanças, pedros) foram chegando e se juntando aos josés que iniciaram povoados que cresceram e receberam outros grupos; que dialogaram entre si e buscaram a sobrevivência aceitando as diferenças; que realizaram intercâmbios comerciais, plantaram, colheram e venderam; que criaram seus filhos que são brasileiros...

Como eu sei que o José conseguiu? Estou pisando em suas terras e conversando com seus descendentes.

Nos capítulos seguintes estão alinhavadas as histórias de vida, lendas, práticas econômicas e políticas das pessoas e grupos abordados. Ao buscar suas culturas e lutas, o intuito é entender o diálogo social que renova crenças através dos contatos com outras culturas que, agora, acontecem de forma mais rápida a partir da implantação definitiva dos meios de comunicação nas comunidades quilombolas.

Como se sabe, estas comunidades nunca estiveram verdadeiras e totalmente isoladas. Sempre participaram da dinâmica secular de trocas econômicas e diálogos culturais com cidades, fazendas e outras comunidades de distintas culturas (o restante do mundo à sua volta). Porém, o que se afirma aqui é que nunca antes a velocidade dessas trocas foi tão vertiginosa quanto neste início de século XXI.

As adaptações, antes realizadas e digeridas durante anos e até décadas de reflexão, agora os chama diariamente à ação. As mudanças que atingem a todos de frente, em cheio, através dos meios de comunicação exigem dos quilombolas contemporâneos uma maior predisposição para se readaptar todos os dias, pois, no Vale do Ribeira, a luz elétrica é recente, a televisão tem menos de dez anos e só agora se torna comum o acesso à educação básica fundamental para jovens que já estão chegando às Universidades.

No primeiro capítulo, **Pelos caminhos da História**, se introduz a formação e desenvolvimento, no Brasil, das comunidades em questão. Num vôo panorâmico, há o registro de leituras sobre o tema e é preparado o caminho para o encontro com os sujeitos deste trabalho. Se em quase todo o território nacional se verificam organizações quilombolas, que hoje lutam por seus direitos de posse da terra em que vivem há séculos, é necessário informar que locais eram tipicamente escolhidos para a construção do que, antes, era esconderijo para os que fugiam da escravidão.

No segundo capítulo, **...E fui ao Vale do Ribeira**, se inicia a trajetória desta pesquisa propriamente dita, a observação será feita através da História e da Geografia da região de interesse. Suas características determinaram as escolhas para a construção de comunidades que ora se estudam. O que auxilia a construção deste capítulo são leituras, arroladas ao longo do texto, e a voz do ribeirinho. Há uma predileção confessa pelas narrativas ouvidas em campo, ou seja, o ponto de vista dos informantes/sujeitos deste trabalho: os quilombolas modernos e seus representantes como o MOAB, os líderes comunitários, as pastorais da igreja católica; além de grupos ligados ao governo como o ITESP e o ISA (Instituto Socioambiental) e o. Enfim, nossos interlocutores ao longo do trabalho. Outros pontos de vista existem, não negamos, porém apenas serão pontuados de acordo com a necessidade de entendimento de uma situação.

Matutando na vida, o terceiro capítulo, trata da cultura caipira brasileira e os resquícios dela pelo interior de São Paulo. No Vale do Ribeira, os caipiras negros são os quilombolas que, ao se isolarem durante séculos, organizaram uma cultura de aspectos particulares, que se aproxima das definições para os habitantes do interior do país, caracterizados por Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Renato da Silva Queiroz em seus estudos.

Tradições e Juventude, o capítulo quatro, enfoca o quilombola atual e suas preocupações, as raízes que trazem em sua bagagem cultural, as vozes ancestrais que ainda ecoam em suas práticas de vida e lembranças, mas também a busca por outras sabedorias além das tradicionais. As diversas posturas sobre vida, desenvolvimento, terra e liberdade são abordadas neste capítulo. Religiosidade, política, sobrevivência são tratados a partir do próprio discurso quilombola.

Assim chegar-se-á ao final, que não será denominado **considerações finais**, pois o assunto não se esgota neste trabalho. **Terra da Liberdade** tenta não um desfecho, mas uma ampliação desta discussão que pretende contribuir com os diversos trabalhos que estão sendo realizados sobre o assunto dentro e fora da Universidade; aguçando o interesse da mídia e colaborando para que brasileiros se descubram e se apropriem de um passado que, para muitos, continua desconhecido. Contribuindo, assim, para novas possibilidades de diálogo entre as diversas culturas formadoras da nação.

PRIMEIRO CAPÍTULO – Pelos caminhos da História

Para início desta análise tomar-se-á, como preliminar, a discussão de dois trabalhos que tratam sobre formação de quilombos em períodos distintos da História do Brasil. O já clássico *Rebeliões da Senzala*³⁰, de Clóvis Moura, e outro de publicação mais recente, *As Camélias do Leblon*, de Eduardo Silva.³¹ Segundo o último autor, existiam basicamente dois tipos de quilombos: o quilombo-rompimento (chamado também de *tradicional*) e o quilombo-sistêmico (*abolicionista*).

Clóvis Moura, que estudou exaustivamente esta questão, aponta também duas formas de luta na fase final da escravidão. Começa ele, em *Rebeliões da Senzala*, discorrendo sobre o tráfico e sua extinção (em 1850, Lei Eusébio de Queiroz) para afirmar que, após aquela data, acirraram-se os embates pela abolição definitiva do cativo no Brasil. “A extinção do tráfico garroteou as forças escravocratas, cortando-lhes as raízes

³⁰ MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala** (Quilombos, insurreições, guerrilhas). São Paulo, Zumbi, 1959.

³¹ SILVA, Eduardo. **As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura**; uma investigação de História Cultural. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

econômicas, deixando-as sem possibilidades de prolongar por muitas gerações a escravidão.”³² Foi quando se destacaram duas alas favoráveis à emancipação do negro, uma moderada, cujo líder era Joaquim Nabuco, e outra radical onde se destacavam Silva Jardim e Luiz Gama.

Em nota de número **19a**, na página 36 da edição consultada, Moura fala sobre a divisão que faz do movimento abolicionista:

*duas alas fundamentais, não significa que desconhecamos ou não levemos em conta as várias gradações ideológicas de que se revestiu, ou queiramos impermeabilizá-las de quaisquer inter-relações. Por questões metodológicas simplificamos o processo, sem, no entanto, nos esquecermos de que essa divisão significa apenas um corte à distância de um problema histórico muito mais complexo. Como, no entanto, neste capítulo, desejamos apenas fazer um apanhado sintético dos acontecimentos que vão do início do estabelecimento da escravidão à abolição (...) achamos que a divisão se justifica porque, de qualquer maneira, eram as alas que, desbastadas as arestas dos detalhes, imprimiam dinamismo às idéias que se formavam contra o trabalho servil.*³³

Aproveitando a tática do mestre, também este presente capítulo pretende uma visão panorâmica da situação brasileira no período imediatamente anterior à abolição e um traçado geral do desenvolvimento dos quilombos, assunto central desta pesquisa em sua versão atualizada – os Remanescentes de Quilombos.

Dessa forma, procedeu-se a leitura do trabalho do autor Eduardo Silva consciente de que sua forma simplificada não onera negativamente o presente texto, apenas colabora para o entendimento de situações vivenciadas no período da efervescência social em torno da “questão escravista”. Além dessa publicação, também outras, arroladas ao longo do trabalho, auxiliam o entendimento do momento histórico.

Segundo Moura, o grupo de abolicionistas liderados por Nabuco se esforçava para “mostrar às classes dominantes os prejuízos morais da escravidão. (...) desejavam, através de apelos ao Imperador, convencê-lo da necessidade de ser abolido em nosso país o trabalho escravo. Diziam que somente com a persuasão, através do choque de idéias e da racionalização da opinião pública, era possível fazer triunfar o abolicionismo.” Em um de

³² MOURA, op. cit., p. 35-36.

³³ Idem, p. 36.

seus livros (*O Abolicionismo*, Rio de Janeiro/ São Paulo, p. 25) Joaquim Nabuco afirma que: “a propaganda abolicionista, com efeito, não se dirige aos escravos. Seria uma cobardia, inepta e criminosa, e, além disso, um suicídio político para o partido abolicionista, incitar à insurreição ou ao crime homens sem defesa e que a lei de Linch, ou a justiça pública imediatamente havia de esmagar.”³⁴

Contraopondo-se a esta idéia estava a facção de Luiz Gama – Luís Gonzaga Pinto da Gama, ex-cativo, republicano e participante da ala radical – que voltava seus esforços para a organização dos escravizados “para que lutassem com suas próprias forças contra o cativeiro (...) através das fugas, da compra de alforria, etc.” No ano de 1870, Luiz Gama afirmou, em juízo e publicamente, ao defender um cativo que matara seu senhor, que “o escravo ofendido no seu direito que assassinava seu senhor praticava um ato de legítima defesa.”³⁵ Outro radical era Silva Jardim que visitava, em companhia de outros abolicionistas, os quilombos existentes na periferia de Santos, cidade paulista litorânea, onde se destacaram dois quilombos abolicionistas: o de Jabaquara e o de Pai Felipe.

O primeiro, que chegou a reunir dez mil indivíduos, foi organizado pela iniciativa de grupos abolicionistas (como os *caifazes* de Antônio Bento) para que, já momentos antes da abolição, os que “ganhassem a liberdade” pela fuga pudessem se esconder. O ajuntamento de Pai Felipe localizava-se na Vila Matias e, segundo Clóvis Moura, “ficava embrenhado em um matagal, habilmente encoberto, para não ser encontrado pelos capitães-do-mato ou por outros perseguidores de escravos fugidos. Os seus habitantes trabalhavam no corte de madeira para construção e na confecção de chapéus de palha, vendidos em Santos”³⁶ Aos domingos, Pai Felipe franqueava seu quilombo aos abolicionistas que os quisesse visitar, contava histórias, promovia festas com batuques e danças e servia quentão aos convidados. Todo bom abolicionista da época tinha, como obrigação, conhecer e ajudar estes redutos.

O autor Eduardo Silva acrescenta a história do quilombo do Leblon, no Rio de Janeiro, a estas outras duas para exemplificar quilombo rompimento (tradicional) e quilombo-sistêmico (abolicionista).

³⁴ Idem, p. 37.

³⁵ Idem, p. 38.

³⁶ MOURA, Clóvis. **Dicionário da escravidão no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2004. p. 299.

Enquanto o quilombo tradicional se esconde, o quilombo abolicionista procura outra estratégia de sobrevivência e tem na boa localização uma de suas características mais marcantes. Sabiam os quilombolas tirar vantagem da moderna rede de transportes urbanos que se implantou na segunda metade do século XIX. Não é certamente um acaso que tanto o quilombo do Jabaquara, na cidade portuária de Santos, como o quilombo do Leblon, na periferia do Rio de Janeiro – os dois mais clássicos – surgiram exatamente nas proximidades de estações terminais de bondes puxados a burro. A boa rede de comunicação e transporte facilitou muito a articulação dos quilombos ao movimento político abolicionista. Sabemos hoje que os quilombos abolicionistas eram muito visitados por gente de idéias avançadas. Na verdade, em meados da década de 1880, um jovem moderno, abolicionista ou republicano, não podia deixar de conhecer, pelo menos, um quilombo abolicionista”³⁷.

Esses quilombos eram diferentes de todos os que haviam se formado no Brasil até então.

Os quilombos de Palmares e Manuel Congo exemplificam as formações mais comuns nos períodos iniciais da História Brasileira, mas que nunca deixaram de existir, se formar e se realimentar. Alguns núcleos destas organizações se mantiveram mesmo após a extinção legal da escravidão através da assinatura da Lei Áurea. De acesso difícil, esses quilombos – os mais citados por professores e livros didáticos – se organizavam em lugares isolados e o mais distante possível dos centros de poder constituídos, foram frutos da contradição existente, na sociedade, entre senhores e escravos e refletiam o nível de consciência social e étnica destes. Suas relações comerciais com as vilas e fazendas eram mantidas através de intermediários. O quilombo mesmo de Pai Felipe se caracterizou como um modelo intermediário, posto que se iniciou de forma tradicional e, depois, passou a receber ajuda de abolicionistas.

Na última fase da campanha abolicionista, o Jabaquara

surgiu como fruto de ação conjunta de políticos contrários à escravidão, elementos da classe média temerosa e escravos ideologicamente ligados a esses grupos. Portanto, teve característica próprias, que refletem essa particularidade (...), não surgiu lenta e espontaneamente da fuga individual ou coletiva (...), partiu de um núcleo ideologicamente preparado e que atuava na campanha abolicionista com objetivos claros e metas delimitadas. Os escravos evadidos tiveram um papel passivo na iniciativa. O seu líder, o

³⁷ SILVA, op. cit., p. 19.

*ex-escravo sergipano Quintino de Lacerda, não se destacou a partir de um processo de lutas independentes, organizadas pelos escravos, mas foi indicado (...) pelo grupo fundador. Logo, o quilombo do Jabaquara teve sua formação subordinada às peculiaridades da ideologia dos abolicionistas e não às lutas espontâneas dos escravos.*³⁸

O quilombo-sistêmico, portanto, surgiu já quando grande parte da sociedade brasileira não apoiava mais a escravidão, aproveitava-se da solidariedade surgida entre a população contrária ao cativo. Eram organizados próximos da malha urbana que aproveitava para seus contatos, assim como utilizava as brechas políticas que homens e mulheres influentes lhes abriam.

* * *

A parcela mais conservadora da sociedade, ligada aos interesses dos grandes fazendeiros, por sua vez, também se posicionava.

*Qualquer tentativa de reforma (...) era recebida no parlamento com violentos ataques da fração escravagista. A Lei do Ventre Livre encontrou no Parlamento a oposição mais cerrada. O gabinete Rio Branco era acusado de 'governo comunista, governo de morticínio e do roubo.' Segundo Rui Barbosa, certo deputado dissera então que o gabinete Rio Branco havia desfraldado as velas por um 'oceano onde voga também o navio pirata denominado A Internacional...' (citado por Moura de PEREIRA, A. Interpretações. Rio de Janeiro, 1944, p. 201).*³⁹

O abolicionismo, naqueles anos, deixou de ser um movimento confinado às idéias de alguns poucos teóricos para ganhar a opinião pública.⁴⁰ Surgiram periódicos como a *Gazeta da Tarde*, de Ferreira de Menezes (depois dirigido por José do Patrocínio) e a

³⁸ MOURA, dicionário, pp. 221-222.

³⁹ MOURA, op. cit., p. 39.

⁴⁰ O governo brasileiro, no ano de 1831, havia declarado a ilegalidade do tráfico de africanos, mas esta decisão não foi acatada. A extinção da importação de braços cativos só se efetivou, então, em 1850 com a **Lei Eusébio de Queiroz**. A **Lei do Ventre Livre**, de 1871, decretou que a partir de então os filhos de mulheres escravizadas seriam considerados livres, mas deveriam servir a seus senhores até os 21 anos. No ano de 1885, a **Lei Saraiva-Cotegipe** libertou os escravos com idade superior a 65 anos, os quais deveriam continuar servindo seus senhores por mais três anos. In **Projeto em torno de Zumbi** (Navio Negroiro; Batuque no Quilombo). São Paulo, Estação Ciência, novembro de 1995 a junho de 1996.

Revista Ilustrada, do desenhista Ângelo Agostini; além de clubes abolicionistas como a **Sociedade Emancipadora Acadêmica de São Paulo** (uma das primeiras, fundada na faculdade de Direito de São Paulo, em 1880) e a **Sociedade Brasileira contra a Escravidão**, presidida por Joaquim Nabuco. Em 1883 foi fundada a **Confederação Abolicionista** para centralizar o movimento em todo o território nacional. Essas organizações promoveram conferências que ganharam a opinião pública.

Em todos os pontos do país, as manifestações de apoio cresciam.⁴¹ Antônio Bento, ao organizar a ordem dos *caifazes*, destinada a dar fuga aos escravos, conseguiu criar uma verdadeira rede, ligando-se aos ferroviários de São Paulo. “Não havia trem de passageiros – afirma um historiador – no qual um negro fujão não encontrasse meios de esconder-se, como não havia estação onde diretamente alguém o não recebesse e orientasse.” (citado por Moura de SANTOS, J. M. Os republicanos paulistas e a abolição. São Paulo, 1942, p. 179)⁴²

Complementa Eduardo Silva:

*Um escravo que fugisse de São Paulo, por exemplo, e viesse se esconder no Rio de Janeiro, podia identificar imediatamente os seus possíveis aliados já na plataforma de desembarque da Estação Central, simplesmente pelo uso de uma dessas flores [as camélias de que trata o livro]. Caso o fugitivo não conhecesse os aliados certos e ignorasse os princípios dessa semiótica política, dificilmente poderia contar com a proteção da Confederação Abolicionista, fundada em 1883, e cujo programa era, simplesmente, combater e mudar o regime tradicional de trabalho. Caso conhecesse a linguagem certa, não é preciso dizer que acabaria devidamente abrigado no quilombo do Leblon.*⁴³

No ano de 1869, em 12 de setembro, Rui Barbosa proferiu palestra na **Primeira Conferência Abolicionista de São Paulo**, no Clube Radical Paulistano, defendendo que

⁴¹ “No Ceará houve uma greve histórica dos jangadeiros contra o embarque de escravos, liderada pelo praticomor de Fortaleza Francisco José do Nascimento, cognominado ‘O Dragão do Mar’. Por outro lado, o incremento das atividades industriais nas últimas décadas do Império iria formar uma classe operária que, embora pequena, tomou imediatamente posição contra o escravismo. Os tipógrafos de Fortaleza negaram-se a imprimir qualquer impresso que defendesse a escravidão. A ‘Imperial Associação Tipográfica Fluminense’, ao ter conhecimento de que entre seus associados havia um escravo, designou uma Comissão para libertá-lo. E Luiz Gama, no Centro Operário Italiano, em São Paulo, pronunciou muitas conferências abolicionistas.” In MOURA, op. cit., pp. 42-43.

⁴² Idem, p. 43.

⁴³ SILVA, op. cit., p. 43.

“uma porção imensa da propriedade servil existente entre nós (mais de um terço), além de ilegítima, como toda a escravidão, é também ilegal, em virtude da lei de 7 de novembro de 1831, e do regulamento respectivo, que declaram expressamente ‘que são livres todos os africanos importados daquela data em diante’, donde se conclui que o governo tem a obrigação de verificar escrupulosamente os títulos de senhores, e proceder na forma do decreto sobre a escravatura introduzida pelo contrabando”.⁴⁴ Se a lei não havia sido jamais revogada, para o orador, “todo o tráfico de escravos em seu auge histórico – exatamente o período de expansão cafeeira no Vale do Paraíba –, não era senão crime de pirataria.” (...) “Se a ordem escravista aceitava a fraude, o escárnio da lei de 1831, todo o sistema estava fora da lei.” Foi esta idéia básica que “permitiu o surgimento, na década de 1880, do abolicionismo radical.”⁴⁵ E foi essa idéia que animou a luta de Luís Gama, um dos maiores expoentes desta luta, até seu falecimento, em 1882, sem ver a Abolição definitiva assinada.

*Desde que a escravidão foi percebida como ‘fora da lei’, então era possível um combate sem trégua ao sistema. Eram possíveis a ação direta e o apoio à formação de colônias de fugitivos. O que antes parecia crime de ‘acoitamento’, furto de uma propriedade alheia, passou a ser percebido como uma espécie de ato meritório, o dever moral de salvar homens livres das garras de piratas e bandidos.*⁴⁶

Aumenta, então, o número de fugas e aquilombamentos (tanto os organizados por entidades abolicionistas como os formados espontaneamente).

Nessa situação, o trabalho escravo se decompunha. Os escravos, já conhecedores da sua condição de explorados, desobedeciam os seus senhores. No Rio de Janeiro, incendiavam canaviais e fugiam. A lavoura não rendia mais como nos primeiros tempos. Famílias de senhores de engenhos retiram-se para as cidades, com medo das revoltas.

Um autor insuspeito como Oliveira Vianna pinta desta maneira o quadro da época: ‘os escravos se levantavam; passavam a desconhecer a autoridade dos senhores. Desertavam das senzalas; partiam em massa; cerca de dez mil desceram as encostas de Cubatão para o asilo de Santos. Outros fizeram-se conspiradores em conjurações perigosas. Outros rebelando-se assassinavam os senhores.

⁴⁴ Idem, pp. 53-54.

⁴⁵ Idem, pp. 54-55.

⁴⁶ Idem, p. 55.

(...)

*O povo – já bastante trabalhado nas idéias abolicionistas – acoitava os escravos; as leis contra esses atos não eram aplicadas. Juízes recusavam-se a aplicar a pena de açoite. Autoridades policiais negavam-se a receber nas cadeias escravos fugidos.*⁴⁷

Esse volume de fugas ensejou a idéia da organização do quilombo do Jabaquara, já não era impossível manter escravos escondidos em porões e quintais particulares.

Em 1888, a conjuntura econômico-política delicada e complexa que se apresentava, obrigou a Regente princesa Isabel a uma atitude frente a uma economia em decomposição e a uma opinião pública que, na sua quase unanimidade, condenava já o sistema de trabalho que predominava ainda na agricultura. Um ano antes a Coroa ordenava que o Exército perseguisse e espingardeasse os escravos fugidos, o que fez com que o Clube Militar respondesse, em 25 de outubro de 1987, proclamando sua repugnância em servir como capitão-do-mato. Mas, em 13 de maio de 1888, Isabel deve ter raciocinado como, “frente ao problema da revolução que se aproximava, exprimiu-se um político brasileiro exclamando: ‘façamos a abolição antes que os escravos a façam’. Era o medo da ‘vingança bárbara e selvagem’ de Nabuco tomando forma jurídica: a Lei Áurea...”⁴⁸

A partir de então, muitos abolicionistas brancos exaltados e patrocinadores da emancipação do negro, como Antônio Bento (líder dos *caifazes*, grupo que, além de fazer campanha pró-abolicionista, dava fuga e direcionava os fugitivos ao quilombo do Jabaquara), se retiraram do cenário político, alegando já terem cumprido sua missão. Os quilombos deixaram de ser preocupação oficial. Quem estava na área rural permaneceu esquecido e para quem estava nas cidades a situação não ficou muito melhor.

⁴⁷ MOURA, op.cit., p.44.

⁴⁸ Idem, pp. 46-47.

Quilombos

De acordo com o Dicionário da Escravidão Negra no Brasil⁴⁹, quilombo é palavra de origem banto⁵⁰ que significou, desde o período colonial, ajuntamento de escravos fugidos. Em sua origem, o termo é o aportuguesamento de *kilombu* que, em quimbundo⁵¹, significa arraial ou acampamento onde, em Angola, se agrupavam os escravos presos que aguardavam para serem vendidos aos comerciantes encarregados do tráfico.

Clóvis Moura cita Décio Freitas (*O Escravidão Brasileiro*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982) para explicar que a adoção do termo foi feita pelas autoridades empenhadas em combatê-los, porque o

*quilombo angolano desempenhava (...) um papel de base e instrumento do tráfico negreiro. O quilombo dos negros brasileiros, enquanto isso, foi um baluarte na luta e resistência contra a escravidão. O termo 'quilombo' se revestiria evidentemente de um significado sinistro para os negros, muitos dos quais haviam sido reduzidos à escravidão e vendidos exatamente naqueles ergástulos. Não é verossímil que batizassem de quilombos os seus bastiões livres. Já para os senhores de escravos, aquelas aglomerações de negros deviam evocar os quilombos angolanos – viveiros e depósitos de escravos.*⁵²

Os senhores, e não os escravos, é que adotaram oficialmente o termo quilombo para designar a aglomeração de escravos fugidos que, até o século XVII, eram denominados

⁴⁹ MOURA, dicionário, pp. 335-339.

⁵⁰ “Banto é vocábulo que pode ser usado nas formas flexionadas ‘banto, a, o os, as ou ‘bantu’, sem flexões, e que designa cada um dos membros da grande família etnolingüística à qual pertenciam, entre outros, os escravos no Brasil chamados angolas, congos, cabindas, benguelas, moçambiques etc. (...) o termo português ‘banto’ designa o amplo grupo de línguas e dialetos negro-africanos falados na África central, centro-ocidental, austral e em parte da África oriental, e corresponde àquele utilizado pela primeira vez, em 1862, pelo filólogo alemão Wilhelm Bleek (...)” in LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo, Selo Negro, 2004. p. 98.

⁵¹ Língua dos Ambundos, segundo maior grupo étnico angolano – localizado ao norte do rio Cuanza. “A presença dos Ambundos na história angolana é marcante e sua língua, com suas várias formas dialetais, contribuiu imensamente na formação do léxico do português falado no Brasil. (idem, p. 56)

⁵² MOURA, Dicionário, op. cit., p. 336.

mucambos. Porém, hoje a palavra é de uso comum e não fere os que a usam e nem os que são designados por ela.

Nei Lopes é outro autor que trata do assunto. Em sua origem, *kilombu* poderia designar também povoação, capital, união e exército. “O vocábulo (...) tinha, nos séculos XV a XVII, dupla conotação, uma toponímica e outra ideológica, porque eram também assim designados os arraiais militares mais ou menos permanentes e também as feiras e mercados de Kasanji, de Mpungo-a-Ndongo, da Matamba e do Kongo.”⁵³ Por sua vez, mucambo ou mocambo deriva “do quicongo *mukambu*, ‘cumeeira’, ‘telhado’; e a acepção de ‘quilombo’ decorre do primeiro significado, que é o de ‘cabana’, ‘palhoça’, ‘habitação miserável’. Como a palhoça primitiva era apenas uma cobertura, um teto, uma cumeeira com palhas e sem paredes, o vocábulo africano foi, certamente, aplicado em alusão à característica mais visível desse tipo de construção: o telhado.”⁵⁴

Não se sabe ao certo a data da primeira formação quilombola no Brasil. Mas diversos documentos fazem calcular que já no século XVI era possível encontrá-los. Inicialmente, os negros fugidos que entravam na mata eram recolhidos pelos indígenas em suas aldeias; com o tempo começaram a fugir em bandos e organizar seus redutos que também recebiam outros marginalizados socialmente. A partir de então, essas comunidades passam a figurar em documentos oficiais, a serem definidas e redefinidas periodicamente para fins de identificação, localização e destruição.⁵⁵

⁵³ LOPES, op. cit., p. 550.

⁵⁴ Idem, pp. 443-444.

⁵⁵ Ao longo da História, as publicações oficiais deram várias faces a essas organizações, dependendo da região e época em que foram editadas.

De acordo com GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista**; quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo, Ícone, 1988:

“No regimento dos Capitães-do-mato, D. Lourenço de Almeida determinava que pelos negros que forem presos **em quilombos formados distantes de povoações onde estejam acima de 4 negros, com ranchos, pilões e modo de aí se conservarem**, os homens-do-mato receberiam 20 oitavas de ouro. O quilombo aqui é definido a partir do local onde se reúnem os fugitivos, local este que deve conter determinados elementos que indiquem fixação para que seus ocupantes sejam reputados por quilombolas”

“Uma carta régia, a Gomes Freire de Andrade, de 6 de março de 1741, ordenava que se repute por **quilombo toda habitação de negro fugido que passem de 5 em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem nele se achem pilões**. Aqui, embora o ponto de partida, para a definição de quilombo seja o local, a existência de ranchos e pilões torna-se desnecessária.

“Segundo José Alípio Goulart, o Código de Posturas da cidade de S. Leopoldo, no Rio Grande do Sul, em 1848, entendia por **quilombo a reunião no mato ou em lugar oculto de mais de três escravos**”, enquanto a Assembléia Provincial do Maranhão no ano anterior havia estabelecido em seu artigo 12 que **como quilombola seria considerado todo escravo que estivesse no interior dos matos, vizinho ou distante de**

No período em que se viveu da escravidão no Brasil, entre 1549 e 1888⁵⁶, o sobressalto dos proprietários era constante. As fugas, as rebeliões, a formação de quilombos que chegaram a ameaçar cidades e vilas, eram realidades que atormentavam a todos.

*Os quilombos proliferaram inicialmente como forma fundamental de resistência. Em todas as partes da colônia em que surgia a agricultura e a escravidão, logo os quilombos apareciam enchendo as matas e pondo em sobressalto os senhores de terras (...) em todos os focos de trabalho escravo, lá estavam os quilombos atestando o inconformismo do negro frente à escravidão que lhe fora imposta.*⁵⁷

Em todo o território nacional, a insatisfação do oprimido ameaçava o opressor. E o medo deste acabava apertando ainda mais a corda no pescoço daquele. A tensão era geral e constante. Era uma sociedade raivosa, ressentida; vítimas e algozes participavam de uma mesma realidade.

O Dr. David Gomes Jardim, indagando de um fazendeiro, (...) porque lhe adoeciam e morriam tantos negros, ficou surpreendido com a resposta: 'Respondeu-nos pressuroso que [a mortandade], pelo contrário, não dava damno algum, pois que quando comprava um escravo era só com o intuito de desfructal-o durante um anno, tempo além do qual poucos poderiam sobreviver, mas que não obstante fazia-os trabalhar por um modo que chegava não só para recuperar o capital que nelles havia empregado, porem ainda a tirar lucro considerável.' ” (David Gomes Jardim, *Algumas*

qualquer estabelecimento, em reunião de dois negros ou mais com casa ou ranchos” (GUIMARÃES, pp. 38-39)

“(…) embora fosse adotado um limite numérico para se definir o quilombo, na realidade sua definição se deve fundamentalmente ao aspecto qualitativo, ou seja, ao fato de ser ele formado por um tipo específico de indivíduos: o escravo fugido.” (idem, p. 39)

“(…) o princípio definidor do quilombo é o aspecto qualitativo que vai defini-lo face ao escravismo, pelo seu caráter de negação deste sistema. É este aspecto e este caráter que permanecem, mesmo quando mudam os limites numéricos. Por outro lado, o que caracteriza um reduto de escravos fugidos não é tanto o aspecto formal de haver nele ranchos e pilões, pois, como se percebe pela carta régia de 1741 a Gomes Freire de Andrade, isto se torna irrelevante.”

“(..) o que vai definir este ou aquele local enquanto quilombo é a existência, neles, do elemento vivo, dinâmico, ameaçador da ordem escravista, enfim, o escravo fugido. (...) A importância do espaço físico só será definida se a ele se agregar o elemento humano na pessoa do quilombola” “(...) para nossa análise, o quilombo não se define a partir do local, mas a partir do elemento humano que o integra.” (idem, p. 39)

⁵⁶ Segundo o **Projeto em Torno de Zumbi**, op. cit., p. 31, o desembarque no Brasil do primeiro grupo de africanos para trabalhar como escravos ocorreu na Bahia em 1549. Porém existem controvérsias, pois o professor Clóvis Moura, embora cite o mesmo ano, aponta São Vicente como local da chegada.

⁵⁷ MOURA, op. cit., p. 69.

considerações sobre a higiene dos escravos – tese apresentada à Faculdade de medicina do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1842, p. 10)

*‘[...] sou informado que o fazendeiro que comprava 100 captivos, calculava tirar no fim de três annos 25 escravos para seu serviço’. O resto ou tinha morrido ou fugido (Sebastião Ferreira Soares, Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro, 1860.)*⁵⁸

Os quilombos foram a mais acabada forma de resistência à exploração escravista. A fuga e instalação do negro no quilombo colocava em xeque a sociedade patriarcal, além de resgatar, mesmo que momentaneamente (até nova recaptura possível), a condição de ser humano do indivíduo aviltado pela condição de mercadoria.

*Reação contra o sistema escravista? Retorno à prática da vida africana ao largo da dominação dos senhores? Protesto contra as condições impostas aos escravos, mais do que contra o próprio sistema, espaço livre para a celebração religiosa? Os quilombos são tudo isso ao mesmo tempo. Eles surgem da própria instabilidade do regime escravista, do trabalho organizado sem qualquer fantasia, da severidade rígida, das injustiças e maltratos. Representam uma solução a todos os problemas de inadaptação do escravo aturdido entre a comunidade branca e o grupo negro. Brotam repentinamente mas com a força do número, numa sociedade de maioria negra e de organização política totalmente incapaz de impedir esse tipo de concentração marginal. (...) Livres e forros do quilombo são freqüentemente desertores, ladrões, assassinos, ou simplesmente homens aos quais foi negado o exercício de certas profissões. Assim, uma população extremamente variada. Em geral, ela se esconde nas áreas rurais, em pontos de acesso difícil, longe das cidades, das estradas, das plantações.*⁵⁹

A evasão de escravos, é claro, gerava prejuízos ao proprietário, ao Estado, à Coroa⁶⁰, que passaram a investir na manutenção da ordem, recaptura e castigos exemplares aos

⁵⁸ FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 14.ed. São Paulo, Global, 2003. p. 296.

⁵⁹ MATTOSO, Kátia. **Ser escravo no Brasil**. Trad. J. Amado. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 2001. pp. 168-159.

⁶⁰ “Além do prejuízo direto ao senhor há os insultos que os tais negros quilombolas fazem pelas estradas, aos viandantes e fazendas”. O que obrigava a gastos estatais com providências policiais. “A fuga afetava também os interesses da Coroa. Tal aspecto foi abordado em uma carta régia, ao conde das Galvêas, de 20 de fevereiro de 1732. Ao se referir às negras que possuíam vendas de bebidas e comestíveis afirma que ‘quase todas estas negras recolhem nas suas casas a toda hora do dia e da noite não somente os negros mineiros mas os negros fugidos’ sendo que ‘os negros mineiros aí gastam os seus jornais em bebidas e luxúria e temendo o castigo de seus senhores fogem, e sendo apanhados recebem às vezes castigos tão ásperos que deles lhes resulta

reintegrados à condição de cativos. A construção do discurso escravista também era importante e a própria Igreja Católica foi partícipe dessa organização

Nestes mecanismos de preservação da ordem escravista inclui-se mesmo a religião. Em novembro de 1719, o conde de Assumar comunicava ao rei o fato de ter pedido aos vigários que não aceitassem batizar escravos quando os padrinhos fossem negros. Para justificar tal procedimento, o governador argumentava que ‘sendo os padrinhos para doutrinar e instruírem na santa fé os afilhados, é bem notório que vindo os negros para esta conquista adultos e ainda bárbaros, não poderão doutriná-los com a ciência e zelo com que o farão os homens brancos’ (do código 04 – SCAPM, p. 740-748). Esta doutrinação na realidade tinha por objetivo convencer o escravo a aceitar sua condição.⁶¹

A fuga, então, era uma das formas de negação da sociedade opressora que anulava os seres humanos eliminando a possibilidade de usar suas línguas, religiões e estilos de vida. Dessa forma, a criação de quilombos fez parte da sociedade escravista. Onde havia uma, necessariamente surgiria a outra organização.

Os recapturados eram punidos exemplarmente, à vista de todos. O importante era gerar medo que impedisse outras tentativas. Havia também leis preventivas.

A sociedade oficial oferecia, para os renitentes e fujões, os açoites – no máximo 50 (por lei desde o ano de 1831); a máscara de flandres, que impedia que comessem e bebessem; as galés, que consistiam em trabalhos forçados com correntes atadas aos pés; o tronco e o calabouço. Além de vários outros suplícios que a criatividade do senhor ou do feitor poderiam inventar.

A vítima respondia com o que estava ao seu alcance: rebeliões, assassinatos de feitores e senhores, lentidão no serviço, suicídios, abortos, sabotagens em plantações, insubmissão ao trabalho, pequenos furtos, além da fuga novamente. Ao longo dos séculos, então, muitas leis foram editadas e vigoraram visando a manutenção da ordem escravista e o estatuto dos que se beneficiavam dela.

morrerem ou ficarem incapazes de serviço, resultando nesta parte, com a falta e incapacidade referida, grave prejuízo à Fazenda real na extração do ouro’ ” (...) “(...) a fuga do escravo eliminava a possibilidade de se cobrar qualquer tipo de imposto sobre o produto de seu trabalho ou sobre sua pessoa. É essa impossibilidade que expressa os prejuízos com os quais arcava a Coroa” in GUIMARÃES, op. cit., pp. 27- 28-29

⁶¹ Idem, p. 15.

Na data de 15 de janeiro de 1718, os negros escravizados foram proibidos de sair pelas vilas após 21 horas sem autorização escrita de seus senhores. Em 20 de dezembro do mesmo ano foi instituída penalidade para quem soubesse da existência de quilombos e não os denunciasse: “sendo branco, seria açoitado e degredado para Benguela, sendo negro ou carijó receberia a pena de morte”⁶²

No ano de 1735, em 20 de outubro, decretou-se que os moradores deveriam acatar os recrutamentos, feitos pelos homens-do-mato, para dar combate aos quilombos. Seis anos mais tarde, em 03 de março, ficou instituído que o escravo preso em quilombo receberia uma marca de ferro em brasa (um F) na testa, no caso de ser réu primário, ou teria uma orelha decepada se fosse reincidente e apresentasse aquela marca quando da prisão. Três meses depois dessa determinação, em 12 de junho, outra lei sustentava que, “quando houvesse falta de recursos para combater quilombos, seria imposta uma finta de até 300 oitavas de ouro, a serem repartidas entre todos os moradores da área afetada pelo quilombo.”⁶³

Em 1825, o escravo fica proibido de portar faca de ponta ou quaisquer outros tipos de armas e, após o escurecer, não devem parar nas esquinas, nem assobiar ou emitir qualquer sinal; os comissários de polícia são instruídos a evitar a formação de grupos de escravos ou forros e a açoitar, no lugar mais público, fugitivos ou quilombolas.⁶⁴

Os capitães-do-mato, citados no texto, eram homens treinados para busca e captura de escravos fugidos. Essa figura surgiu oficialmente no Brasil no ano de 1724 e, por lei, “dispunham de garantias especiais, como a de não sofrer pena pelas mortes que provocassem no exercício da tarefa, a não ser quando elas fossem injustificadas”⁶⁵

Clóvis Moura também fala do Corpo de Guarda Campestre de Caxias. Após o esmagamento da Balaiada (revolta popular comandada pelo quilombola Preto Cosme [Bento das Chagas] e pelo operário Manoel “Balaio” Ferreira entre 1838 e 1840), Luís Alves de Lima e Silva assume a situação no Maranhão. Apesar da violenta repressão, os escravizados

⁶² Idem, p. 30.

⁶³ Idem, ibidem.

⁶⁴ Em torno de Zumbi, op. cit., p. 31.

⁶⁵ CARRIL, Lourdes. **Terras de negros; herança de quilombos**. São Paulo, Scipione, 1997, p. 38.

continuaram na luta por liberdade. Caxias encarregou-se de tomar medidas para desmobilizar os grupos ainda em luta.

*Em 1840 Caxias – em face da continuação dessas lutas – vê-se obrigado a baixar a Lei 98, criando o Corpo de Guardas Campestres, cuja finalidade era esmagar os quilombolas. Dizia a Lei no seu artigo 6º.: ‘O Cmt de guarda ou guardas, que prenderem escravos fugidos, receberão do senhor do escravo a gratificação de 2\$000, e quando em quilombo, dez mil réis, pagos estes prêmios antes da entrega do mesmo escravo, e divididos igualmente entre os que concorreram para a prisão’.*⁶⁶

Outras regulamentações surgiram ao longo da História, pois esses homens do mato, quando agiam de forma independente, amedrontavam a população que passou a pedir que o cargo se tornasse submetido ao governador geral. A função era prender escravos fugidos e destruir quilombos, mas “quando a nomeação passou a ser feita pelas câmaras, entram em jogo muitos interesses e, ao mesmo tempo, atribuíram-se-lhe outras funções (...). Nas atas da Câmara de São Paulo, encontram-se exemplos de atividades diversas levadas a cabo por capitães-do-mato. Segundo vereança de 25 de junho de 1828, em São Paulo, capitães-do-mato são citados como autênticos inspetores da economia popular, empenhados no controle do abastecimento dos víveres da cidade. Faziam também o serviço de entrega de notificações e outros trabalhos auxiliares”.⁶⁷ Quando D. João VI veio para o Brasil, o serviço foi reorganizado. (...) Essa milícia foi “definitivamente organizada em 1822 (...), os regulamentos que determinam as funções e especificam a remuneração a que esses servidores têm direito”⁶⁸ foram, então, determinados.

As leis repressoras se sucediam e se aperfeiçoavam sob influências dos próprios funcionários públicos que, em sua maioria, eram donos de escravos. Dessa forma, cada um deles não só demonstrava diligência ao tratar dos interesses do Estado, mas também garantiam a satisfação dos próprios interesses enquanto proprietários.

⁶⁶ MOURA, op. cit, pp. 94-95.

⁶⁷ MOURA, dicionário, p. 83.

⁶⁸ Idem, Ibidem.

Liberdade

Com a abolição da escravidão brasileira (forçada pelas circunstâncias sociais já descritas) cessam as perseguições oficiais; os interesses até então esboçados pela sociedade e políticos deixam de ter razão de existência. Mas nem por isso as preocupações dos negros brasileiros diminuem. Segundo Liana Trindade ⁶⁹, a assinatura da Lei Áurea não significou mudança nas condições de vida da maioria dos negros. No período pré-abolicionista houve um aumento continuado das alforrias e de atividades econômicas voltadas para a necessidade de mão-de-obra assalariada, a abolição apenas ratificou o que era uma tendência.

A adaptação do negro à sociedade, então, foi feita de três maneiras básicas:

1) entrada no mercado existente, dependendo dos empregadores brancos, como vendedores ambulantes, trabalhadores braçais em fábricas e serviços domésticos;

2) trabalho informal;

3) marginalidade, pura e simples, por inadaptação ao mercado de trabalho urbano e/ou preconceito. Os ex-cativos eram considerados pelos empresários como *reserva de mão-de-obra*. Em greves como a de 1891 e 1917 foram organizadas as *turmas de homens de cor* que, ante a precariedade de sua situação, viam-se obrigados a retomar o trabalho paralisado pelos grevistas (citando BEIGUELMAN, Paula. **Os companheiros de São Paulo**. São Paulo, Símbolo, 1977. p. 17)⁷⁰

Alguns bairros paulistanos, na pós-abolição, se tornaram verdadeiros “quilombos urbanos” na medida em que passaram a concentrar famílias negras em maior número.

Nos bairros operários – como Bexiga, Mooca, Brás, Penha, Bom Retiro, Água Branca e no centro da cidade, na Rua 15 de Novembro e Rua da Glória – havia a convivência entre moradores brancos e negros, mas a preferência era pela organização de famílias da mesma origem nacional e/ou regional.

⁶⁹ TRINDADE, Liana Salvia. *O negro em São Paulo no período pós-abolicionista* in PORTA, Paula (org.) História da cidade de São Paulo. Vol. III (a cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954). São Paulo, Paz e Terra, 2005.

⁷⁰ Idem, p. 104.

*Viviam em espaços separados dos locais onde os negros se fixavam. Estes mantinham-se distantes dos europeus. Embora houvesse alguns momentos de sociabilidade, não atingia o grau de amizade. Os negros conviviam nos mesmos bairros, sofriam as mesmas condições insalubres presentes em todos os bairros pobres da cidade, mas não encontraram as mesmas condições sociais no mercado de trabalho, nem conviviam com os brancos nos mesmos locais de lazer. Havia entre os negros e brancos a barreira do racismo, da discriminação que não era superada por identificações de interesses políticos e religiosos.*⁷¹

A pobreza, a submissão, o desemprego, a discriminação trazia ressentimentos e revoltas que eram sufocadas, pois havia a necessidade de adaptação à nova realidade. Os que se negavam aos serviços braçais, ao servilismo ou à tutela do apadrinhamento eram considerados vadios e ficavam sujeitos à punição policial. Não ter emprego era considerado, pura e simplesmente, vadiagem – infração que se unia a outras como praticar cultos afrobrasileiros, capoeira e demais ritmos africanos penalizados desde a primeira década do século XX. O desemprego e a dificuldade para desenvolver atividades comunais conduziu à marginalidade social. Os negros, então, “retraem-se alijando-se nas ruas ou várzeas, itinerantes, mendigam e geralmente são recolhidos pelos carros policiais e levados para o hospital Psiquiátrico do Juqueri (posteriormente denominado Franco da Rocha).”⁷²

A psicóloga Maria Cristina Lopes, em depoimento à Revista Caros Amigos⁷³ afirma que o hospício no Brasil nasce com a vocação da higienização, juntamente com a perspectiva capitalista da produtividade, “se o indivíduo não tivesse a capacidade de produzir não servia. Então, o hospício brasileiro recebia os indesejáveis, não só os loucos, mas os negros, as prostitutas, os mendigos e os imigrantes.”

Essa idéia é corroborada pelo psiquiatra Dr. Nacile Daúd Jr que, na mesma publicação, informa que a Liga Brasileira de Higiene Mental, na primeira metade do século XX, reunia “intelectuais simpáticos às idéias eugenistas e racistas do nazifascismo [que] procuraram fundamentar o papel do hospital psiquiátrico como instituição de tratamento, enquanto nos seus porões produziam experiências biológicas e mutiladoras.”

⁷¹ Idem, p. 105.

⁷² Idem, p 108.

⁷³ DIP, Andrea. *Cidade dos esquecidos* in **Caros Amigos**, Ano X, no. 109; abril/2006, pp. 20-23.

*A abolição havia promulgado aos negros a liberdade, mas lhes eram veladas formas de participação na sociedade: não tinham acesso aos restaurantes freqüentados pela classe média; não podiam passear nos parques ou praças públicas onde geralmente ocorria o **footing** durante as noites e nos finais de semana; não lhes era permitida a entrada principal nos prédios comerciais ou residenciais; não tinham acesso aos passeios nas ruas dos bairros denominados ‘nobres’, locais das residências das classes médias brancas (Vila Buarque, Campos Elíseos, Higienópolis). Em parque ou praças localizados no centro, a freqüência do afrodescendente se restringia a uma área delimitada pelo hábito, que passou a se tornar permissível como forma de adaptação confortável para os brancos, pois evitava, desta maneira, o contágio.⁷⁴*

No entanto, foi possível a formação de uma classe média negra organizada por pequenos comerciantes, funcionários públicos, operários e membros do exército. Já no final da década de 20 do século passado esse grupo tratou de tentar afirmar sua cidadania brasileira contra os imigrantes. A política nacionalista de Getúlio Vargas (1930-1945) incentivou o trabalhador brasileiro – branco ou negro – e levou ao discurso da exclusão dos estrangeiros sob a alegação de estarem ocupando os serviços destinados a brasileiros. Naquela época, a imprensa negra iniciante apoiou esse movimento.

Retomando discussão proposta por Canclini – ver introdução deste trabalho – criou-se aqui o que o autor aponta como uma tendência para o etnocentrismo. O próprio autor não descarta essa possibilidade como positiva, pelo menos momentaneamente, para se impedir repressões e discriminações. Citando Gramsci (GRAMSCI, Antonio. **El materialismo histórico e la filosofía de Benedetto Croce**. Buenos Aires, Nueva Visión, 1973, pp. 150-151), afirma que para “libertar-se das ideologias parciais e falazes [as que submetem certos grupos dentro de determinadas sociedades – como os negros no período pós-abolição e atualmente, ainda] é necessário, muitas vezes, discursos e ações contundentes, pois que a situação esperada de respeito, paz e igualdade social “não é um ponto de partida, mas de chegada”. Ainda é “uma utopia a situação na qual se teriam extinguido as desigualdades.”⁷⁵

(...) a superestimação da própria cultura – como acontece nos movimentos nacionalistas, étnicos e de classes em luta pela liberdade – não é

⁷⁴ TRINDADE, op. cit., p. 109.

⁷⁵ CANCLINI, op. cit., p. 28.

cometimento de um erro ou de uma parcialidade a ser lamentado, mas um momento necessário do progresso de negação da cultura dominante e de auto-afirmção cultural.

(...)

Uma maior universalização do conhecimento, liberto de todo etnocentrismo, só será possível com o advento da superação das contradições e das desigualdades.⁷⁶

A luta, hoje, ainda é por dignidade.

A classe média negra, quando recém-formada, construiu a sua própria forma de sociabilidade, acabou se distanciando dos negros marginalizados e dos brancos que continuaram a rejeitá-la. Organizados em associações, sentiam a necessidade de meios para veicular reivindicações, denúncias e promover unidade de interesses entre os afrodescendentes.⁷⁷ Os periódicos da imprensa negra, os bailes em clubes e promoção de cursos que favorecessem a inserção social foram criados.

Enquanto esses grupos afrobrasileiros se esforçavam para sobreviver nos centros urbanos, no meio rural a situação não foi nem diferente nem melhor nos anos seguintes à abolição.

⁷⁶ Idem, *ibidem*

⁷⁷ Seguindo o exemplo do *Menelique*, fundado em São Paulo em 1915, nos anos seguintes, até o final do ano 1940, foram criados *O Clarim da Alvorada* (1924, São Paulo-SP), *Progresso* (1931, São Paulo-SP), *A Raça* (1935, Uberlândia-MG), *A Alvorada* (1936, Pelotas-RS), *União* (1948 – Curitiba-PR), *Quilombo* (1950, Rio de Janeiro-RJ).

“Devido ao trabalho de militantes como Correia Leite, Jayme de Aguiar, Nair Araújo, Henrique Cunha, entre outros, a projeção do movimento negro foi, aos poucos, acontecendo na sociedade e dentro do próprio grupo que havia passado, logo após a abolição, por um período de apatia e desarticulação, quando cada indivíduo isolado buscava sua inserção no mundo dominado pelos brancos. Organizações como a Frente negra Brasileira surgiram também para dar oportunidade e condições de organização para que o negro pudesse integrar-se ao País, tanto no âmbito político e social como no cultural, resgatando a ancestralidade africana.” SANTOS, Sandra. *Militando a resistência* in MEDINA, C.(org.) *Axé*. São Paulo, CJE/ECA/USP, 1996. (São Paulo de Perfil, 16), pp. 79-83.

Remanescentes de quilombos

O termo quilombo, e a preocupação com eles, ressurgiu no Brasil com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988. **O artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias** diz ⁷⁸:

Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os respectivos títulos.

Mais adiante a Constituição, em seus artigos 215 e 216, respectivamente, prevê que

*O Estado garantirá a todos o **pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização das manifestações culturais. **Parágrafo 1º** - protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e **afro-brasileiras**;*

e que

*Constituem **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

***I** – as formas de expressão;*

***II** – os modos de criar, fazer e viver; (...)*

***V** – os conjuntos urbanos e **sítios de valor histórico**.*

⁷⁸ O artigo 68 da Constituição Federal foi regulamentado pelo decreto 4.887, de 20/11/2003. Assinado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, garante, em seu **parágrafo 1º do artigo 2º**, que a “caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade” e que, **artigo 6º**, “fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente ou por meio de representantes por eles indicados.” Esta participação e acompanhamento dos trabalhos deverá ser feita através de associações legalmente constituídas. O Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), **artigo 3º**, é o órgão encarregado da “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”; e, **parágrafo 2º do mesmo artigo**, “poderá estabelecer convênios, contratos, acordos e instrumentos similares com órgãos da administração pública federal, estadual, municipal, do Distrito Federal, organizações não-governamentais e entidades privadas, observada a legislação pertinente.”

Este decreto revoga anterior, 3.912 de 10/09/2001, assinado pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso.

Parágrafo 1º – O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de (...) tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação. (...)

*Parágrafo 5º – Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de **reminiscências históricas dos antigos quilombos**.*⁷⁹

Após várias discussões, a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) deliberou – em encontro realizado nos dias 17 e 18 de outubro de 1994, no Rio de Janeiro – que o termo **Remanescente de Quilombo**, embora tenha um conteúdo histórico, demonstra “hoje a situação dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e **é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial** no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico” (José Milton Garcia, Procuradoria do Patrimônio Imobiliário/SP, em ofício encaminhado para o ITESP, 1995)⁸⁰

Para Joel Rufino dos Santos, ainda, “quilombo é um modelo de sociedade alternativa à sociedade colonial escravista (...)”. Ele adota, para a atualidade, uma definição da Fundação Cultural Palmares: “Toda comunidade negra rural que agrupe descendentes de escravos vivendo da cultura de subsistência e onde as manifestações culturais têm forte vínculo com o passado”⁸¹

Mais importante que um esconderijo para os antepassados, o quilombo é visto como o lugar onde o negro, na pós-escravidão, fez a transição de **ser mercadoria** para **camponês** inserido social e comercialmente.

Para que as comunidades sejam consideradas remanescentes de quilombos, não é preciso que tenham sido constituídas por escravos fugitivos, nem que tenham se mantido em total isolamento por muito tempo. Até a década de 1970/1980 a historiografia oficial ainda reproduzia a descrição de definição ‘arqueológica’ de quilombo como ‘negros fugidos’, rebeldes indisciplinados que, enganando os senhores, fugiam para as matas onde se juntavam em bandos e, escondidos, desafiavam as autoridades públicas. Eram caracterizados como malfeitores e um perigo para a ordem

⁷⁹ ANDRADE, Tânia e outros. **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. 2.ed. São Paulo, ITESP/ Página & Letras, 2000. (Cadernos ITESP, 3), p. 4.

⁸⁰ Idem, p. 7.

⁸¹ Idem, ibidem.

reinante. Entretanto, essa visão escravocrata e das elites dominantes passou a ser contestada por uma nova consciência histórica de estudiosos brasileiros, despertada no contexto mais amplo dos processos de descolonização da África após a Segunda Guerra Mundial. Com base em novas pesquisas históricas estabelece-se uma perspectiva mais ampla na qual os quilombos são vistos como ‘expressões de uma tremenda agressão à pessoa humana, eram o testemunho de práticas hoje definidas e condenadas em tratados internacionais como crime contra a humanidade, configurando uma injustiça histórica ainda à espera de reparação.’⁸²

Segundo o ITESP⁸³ ao longo da década de 80 ocorreu uma atualização do termo quilombo. Essa ressemantização foi resultado das mobilizações ocorridas na sociedade civil que uniu grupos rurais, do movimento negro e entidades de apoio às lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de antiga ocupação, entre elas as dos remanescentes de quilombos. Reconheceu-se que

ao longo da História brasileira, muitos fatores levaram à emancipação do negro e à sua organização e ida para redutos fortificados. A alforria, comprada pelo escravo ou doada pelo senhor; a compra de terras ou cessão de espaço em vida ou via testamento; a conquista de terreno por serviços prestados em lutas oficiais (como a guerra do Paraguai) ou como capatazes de empreendimentos particulares; a fixação em locais ermos e distantes após fuga.⁸⁴

Portanto, não se deve considerar “Remanescente de Quilombo” com direito a titulação somente os grupos descendentes daqueles “esconderijos”, mas também as outras “terras de pretos” surgidas após ocupações, doações, heranças.

Mesmo após a Abolição, o negro permaneceu “clandestino” e à margem da lei. Os quilombos, que para a sociedade “oficial” brasileira deixava de existir, posto que o sistema que o fazia nascer e o realimentava fora extinto, chegam a aumentar de tamanho e até mesmo a se multiplicar. Os ex-escravizados expulsos das fazendas – substituídos pelos imigrantes europeus – e inadaptados aos grandes centros urbanos (como visto acima) “fogem” (migram) para o campo onde vão buscar sua sobrevivência no meio rural,

⁸² DALLARI, Dalmo. *Negros em busca de justiça* in LEINAD, Ayer de Oliveira (org.). **Quilombos, a hora e a vez dos sobreviventes**. São Paulo, Comissão pró-índio, 2001; pp. 2-3.

⁸³ **Relatório técnico científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo [RTCRCQ] Pedro Cubas de Cima**. Município de Eldorado – SP. Setembro de 2003; p. 3.

⁸⁴ SANTOS, Sandra. *Fogo do caos* in **Planeta Inquieto**, op. cit, pp. 63-64.

engrossando o contingente já aquilombado e ocupando outras terras que permaneciam sem dono. Situação desde sempre preocupante pois a Lei de Terras que vigorava desde 1850, antes portanto da Abolição, não permitia a posse pura e simplesmente.⁸⁵

Ficou demonstrado também que, além dos quilombos remanescentes do período em que vigorava a escravidão, muitos outros se formaram após a sua abolição em 1888 pois, ‘desde que extinto o direito de propriedade sobre os negros, estes foram abandonados à própria sorte e para muitos o quilombo era um imperativo de sobrevivência. Desprovidos de qualquer patrimônio, vivendo na mais absoluta miséria, os negros foram forçados a conviver numa sociedade que os considerava inferiores e nem mesmo os respeitava como seres humanos. A par disso, ainda tiveram que enfrentar as

Ao longo dos anos, não mais os capitães-do-mato a mando de senhores de escravos, mas grileiros, capatazes e advogados de agroindústrias diversas assolam o território quilombola: ameaças de expulsão, propostas de venda por preço menor do que realmente valem as terras, recuo ilegal de cercas, assassinatos...

Dessa forma, durante o século XX e ainda no início do XXI, o território quilombola continua sendo um espaço marginal, continua sendo o lugar daquele que não encontrou espaço na sociedade urbana e/ou legal.

Algumas dessas comunidades estão situadas em áreas definidas como espaço particular⁸⁷ das quais não se sabe quem é o verdadeiro proprietário; outras já estão tituladas para pessoas estranhas à comunidade. Outros problemas: terras devolutas, parques estaduais, etc... – dificultam o trabalho dos técnicos, impedem a demarcação e titulação e enchem de insegurança os habitantes que secularmente ocupam e trabalham a terra. Mas não se deve imaginar que estes grupos camponeses negros tenham resistido em suas terras até os dias de hoje porque ficaram isolados, à margem da sociedade. Pelo contrário, sempre se relacionaram intensa e assimetricamente com a sociedade brasileira, resistindo a várias formas de violência para permanecer em seus territórios ou, ao menos, em parte deles.

Denominados também *mocambos*, comunidades negras rurais (caipiras) sofriam, e algumas ainda sofrem, com o perigo da perda, em intermináveis discussões de gabinete, do lugar que habitam há séculos. Após a publicação da Constituição de 1988, a discussão rendeu dissertações e teses acadêmicas, plataformas políticas, sambas para o carnaval, dores

⁸⁷ Inicialmente, após formalização do pedido de reconhecimento – com vistas a titulação do remanescente de quilombo – iniciam-se os trabalhos de, **artigo 8º. do decreto 4.887/03**, “identificação e delimitação” do território. Uma equipe multidisciplinar formada por antropólogos, historiadores, geógrafos e outros profissionais afins procedem entrevistas, medições e buscas em arquivos (cartórios e igrejas) para elaboração de um laudo (que o ITESP denomina RTC – Relatório Técnico Científico) que servirá de base para os trabalhos que culminarão com o reconhecimento das terras e, posteriormente, a titulação em nome da comunidade requerente. O Inbra publicará o RTC e o remeterá aos órgãos e entidades competentes (Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional - IPHAN; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA; Secretaria do Patrimônio da União, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Fundação Nacional do Índio - FUNAI; Secretaria Executiva do Conselho de Defesa Nacional; Fundação Cultural Palmares) para que, num prazo de noventa dias, seja contestado, ou não. Caso não haja impedimentos (terras quilombolas sobrepostas a unidades de conservação ambiental; áreas de segurança nacional, como fronteiras e terras indígenas; propriedades privadas ou dos Estados, do Distrito Federal ou Municípios), a titulação será concluída. Caso haja algum impedimento, os trâmites para a legalização (desapropriação mediante indenização, ou outro cabível de acordo com cada caso) serão iniciados.

de cabeça para uns e muito tempo de espera para outros – os que aguardaram a titulação ameaçados por barragens e grileiros.

Estar na Universidade confere algumas possibilidades que devem ser buscadas e aprimoradas, mas cuja função principal é a atuação social. Não permanecer na “torre de marfim” do conhecimento frio e distante da realidade cotidiana. O conhecimento acadêmico deve circular pela sociedade, ser útil a ela e dialogar com as sabedorias “comuns”, locais, cotidianas que, no fundo, são as nossas sabedorias, as dos nossos avós... e que servirão para a retomada de caminhos e conhecimentos outros que, há muito esquecidos, poderão auxiliar no entendimento do século XXI. Pensei muito sobre isso...

*(...) não há mais privilégios, mais tronos, mais soberanias epistemológicas: os resultados das vivências do cérebro, do espírito, das ciências sociais, da história das idéias, etc, devem retroagir sobre o estudo dos princípios que determinam tais resultados. O problema não está em que cada um perca a sua competência. Está em que a desenvolva o suficiente para articular com outras competências que, ligadas em cadeia, formariam o anel completo e dinâmico, o anel do conhecimento do conhecimento.*⁸⁸

... E fui ao Vale do Ribeira.

⁸⁸ MORIN, op. cit., p. 33.

SEGUNDO CAPÍTULO - ... E fui ao Vale do Ribeira

Barragem. Hidrelétrica. No Vale do Ribeira estas palavras são pronunciadas num tom de lamentação e medo. Principalmente pelos habitantes das comunidades rurais.

Barragem, para muitos, é sinônimo de progresso, iluminação, mais empregos, gente com novas possibilidades de sobrevivência... entrar, finalmente, no século XX, pois quem não possui as facilidades da “força” e “luz” – eletrodomésticos, como naquele filme promocional do Governo Federal – vive mesmo no século XIX... e olhe lá!

Mas o MOAB (Movimento dos Ameaçados por Barragens) do Vale do Ribeira – grupo existente desde a década de 1980 e atualmente coordenado pelas irmãs (freiras da Igreja Católica) Sueli Berlanga e Angela Biagione ⁸⁹ – mudou a percepção da situação. Motivados por essa ameaça, os quilombolas iniciaram a luta pela titulação de suas terras. Hidrelétrica, para aquela população que habita o entorno do Rio Ribeira de Iguape, significa a morte das plantações, a destruição das terras, a impossibilidade de permanecer no espaço que já habitam por várias gerações. Sem titulação, sem propriedade definitiva – e, portanto, sem indenização em caso de desalojamento – para onde iriam com suas famílias após a barragem do rio e a inundação da região? Onde plantariam, onde renderiam homenagens a seus

⁸⁹ Praça Nossa Senhora da Guia, 103 – Centro – Eldorado - SP. Fone: (13)6871-1877.

antepassados, para onde levariam suas pequenas criações se não sabem viver de outra coisa?

O rio Ribeira de Iguape continua sendo o único rio paulista com potencial hidrelétrico ainda não barrado numa região que, segundo empresários de diversos setores econômicos, é plena de possibilidades de investimentos e que cresceria muito economicamente com essa providência. Quatro são as usinas hidrelétricas planejadas, desde a década de 1980, para o rio em questão: Funil, Itaóca, Batatal e Tijuco Alto. Esta última já se encontra projetada e tem rendido muitas discussões entre as partes interessadas – contra e a favor.

Se construídas, as barragens inundarão uma área de “aproximadamente 11 mil hectares, incluindo áreas dos Parques Estaduais, áreas urbanas, como o centro histórico da cidade de Iporanga, e áreas de comunidades rurais que vivem às margens do rio, incluindo aí várias comunidades de quilombos, como Praia Grande, Sapatu e Ivaporunduva”⁹⁰.

A Usina Hidrelétrica de Tijuco Alto (UHE Tijuco Alto) é um empreendimento planejado pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), pertencente ao Grupo Votorantim, para aumentar a oferta de energia elétrica para sua indústria de alumínio no município de Alumínio/SP, localizada a cerca de 250 Km da área do empreendimento. Segundo dados constantes do Parecer Técnico IBAMA 01/97, a energia produzida pela UHE Tijuco Alto seria destinada exclusivamente ao aumento de produção da empresa, que teria planos de passar para uma produção de 170.000 T/ano para 210.000 T/ano, numa primeira etapa, e atingir uma produção de 310.000 T/ano numa segunda etapa.⁹¹

Atingindo uma área de 51,8 Km², o lago formado inundaria também áreas nos municípios paranaenses de Adrianópolis e Cerro Azul, além de Ribeira e Itapirapuã do lado paulista. Essa situação preocupa também ambientalistas, pois o Vale do Ribeira abriga a maior área contínua de Mata Atlântica do Brasil.

⁹⁰ **TIJUCO ALTO; saiba porque ela não interessa ao Vale do Ribeira.** São Paulo, Instituto Socioambiental, novembro/2002, p. 6.

⁹¹ Idem, p. 7.

Já na década de 60, pensavam as autoridades nessa possibilidade que até hoje não se concretizou. Naquela época, a Secretaria de Serviços e Obras Públicas lançou o Plano de Desenvolvimento do Vale do Ribeira e Litoral Sul. Realizou-se, então, em parceria com a FFLCH-USP, um estudo que pretendia a detecção da “viabilidade técnico-econômico-financeira para a implantação das obras da barragem de Eldorado, no curso médio do rio Ribeira de Iguape” e de “um centro pesqueiro em Cananéia.”⁹² Este esforço deu origem ao livro **Vale do Ribeira; pesquisas sociológicas**, organizado pela Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz (coadjuvada por alunos de graduação e pós-graduação). O referido texto tece um panorama da região e visava dar suporte aos empreendimentos citados acima. Através de sua leitura em perspectiva – auxiliada e comparada com outros textos, citados ao longo deste capítulo, e observação *in loco* – inicia-se o mapeamento da região (geografia, história, sociedade) e entende-se as discussões até hoje existentes entre quilombolas, indígenas, caiçaras e Igreja, de um lado; comerciantes, fazendeiros e industriais, de outro.

Antes de tudo é preciso entender a História do Vale e porque tanta terra em posse não oficializada... por que tantos quilombos organizados? Por que até hoje não reconhecidos? Por que área de imigração intensa? O que hoje se faz nas cercanias do Rio Ribeira?

Era uma vez, no vale do Ribeira...

Ribeira. Rio que nasce no Estado do Paraná e recebe o sobrenome *De Iguape* quando entra no Estado de São Paulo.

A área de interesse aqui ocupa a porção sul do Estado de São Paulo, numa distância de aproximadamente 250 quilômetros da capital. Mais conhecida hoje por ser uma região turística, apresenta como atração praias (Cananéia, Ilha Comprida); núcleos históricos (Iguape); cavernas e cachoeiras (Eldorado, Caverna do Diabo, a

⁹² QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (org). **Vale do Ribeira; pesquisas sociológicas**. São Paulo, FFLCH-USP/Secretaria dos Serviços e Obras Públicas – Estado de São Paulo, 1969, p. 5.

mais famosa; e Iporanga, Parque Estadual do Alto Ribeira). Os principais eixos de acesso são as rodovias Régis Bitencourt (BR 116) e Pedro Taques.

A famosa Caverna do Diabo localiza-se num dos pontos mais altos da Serra do André Lopes (região de quilombos), no município de Eldorado – estância turística bastante procurada também por pescadores de final de semana. Iguape chama a atenção dos turistas por causa de seu conjunto de edificações coloniais e por abrigar 85% de área da reserva Ecológica da Juréia – rios, lagos, ilhas e manguezais com criadouros de peixes completam o interesse dos que buscam lazer. A cidade de Eldorado, sede da agência regional do ITESP, apesar de ser considerada pólo turístico é de difícil acesso e permanece quase isolada no período de chuvas (dezembro a março), suas estradas ficam sujeitas a quedas de barreiras e vários pontos são alagados pelas cheias do Rio Ribeira.

Queiroz descreve:

A região do Vale do Ribeira se encontra claramente partilhada em duas zonas fisiográficas diversas: uma zona litorânea, compreendendo várias cidades antigas como Itanhaém, Iguape, Cananéia; uma zona montanhosa, formada pela Serra de Paranapiacaba e seus espigões, que se estendem da periferia da zona metropolitana paulista para o sul. Os municípios integrados na primeira região são os seguintes: Mongaguá, Itanhaém, Peruíbe, Iguape, Cananéia, Miracatu, Pedro de Toledo, Itarari, Juquiá, Jacupiranga, Pariquera-Açú, Registro, Eldorado Paulista. Na segunda zona, localizam-se Apiaí, Ribeira, Tapiraí, Iporanga, Ribeirão Branco, Barra do Turvo, Sete Barras e Juquitiba.⁹³

Em meio a toda essa diversidade, os grupos humanos ali alojados aprenderam, ao longo da História, a conviver e preservar a Mata Atlântica (indígenas; caiçaras, localizados na parte litorânea; quilombolas, preferencialmente nas regiões mais altas e interiores). O Vale do Ribeira possui, hoje, a maior concentração de remanescentes de quilombos não só do Estado de São Paulo, mas do País. Isso foi motivado pela intensa

atividade mineradora que ocorreu na região em meados do século XVII, realizada em grande parte com a utilização da mão-de-obra de africanos escravizados. No final do ciclo da mineração muitos deles permaneceram na região, ocupando terra, desenvolvendo uma

⁹³ Idem, p. 15

*agricultura de subsistência, uma identidade específica e formas de organização sociocultural próprias. Durante todo o período da mineração Iguape foi um centro de comercialização de escravos, estes eram vendidos na Praça do Rosário, no mesmo local onde se localizava a forca, próximo à Fonte do Senhor onde ficava o Pelourinho. Ainda que Iguape concentrasse o maior número de escravos, muitos negros oriundos de Angola, Moçambique e Guiné eram levados a outras localidades, rio acima.*⁹⁴

* * *

A História do vale começa muito antes, entretanto. No início da colonização eram os indígenas que corriam e se escondiam dos bandeirantes cada vez mais ávidos de riquezas e mão-de-obra para suas lavouras e buscas auríferas. Segundo Queiroz, “a data inicial da colonização européia pode ser considerada como sendo o ano de 1531, com a fundação da primeira cidade da zona do litoral sul do Estado, a cidade de Cananéia”⁹⁵. Martim Afonso de Souza ergueu uma cruz de pedra na Ilha Comprida, o que deu origem ao povoado de nome Maratayama, homenagem ao cacique do lugar. Foi ali que aquele emissário da Coroa Portuguesa ouviu as primeiras histórias de uma fabulosa montanha de prata existente no interior das matas. Foi ali que “Francisco Chaves comprometeu-se a entregar a Martim Afonso algo que fazia lembrar os contos das mil e uma noites: quatrocentos escravos carregados de ouro e de prata. Organizou-se no mesmo ano, para efetivar esta empreitada, uma expedição cujos homens, no entanto, acabaram mortos pelos bugres carijós”⁹⁶

Outro autor, Agnaldo Valentin⁹⁷, transcreve texto que não descarta a hipótese de que aquela matança pode

ter ocorrido nas imediações de Iporanga e Eldorado (...). ‘Em relação à morte dos oitenta homens que Martim Afonso deixou neste porto com

⁹⁴ RTCRCQ Pedro Cubas de Cima, op.cit., p. 8.

⁹⁵ QUEIROZ, op. cit., p. 23.

⁹⁶ BRUNO, Ernani Silva. **Viagem ao país dos paulistas**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966, p. 26.

⁹⁷ VALENTIN, Agnaldo. **Nem Minas, nem São Paulo**; economia e demografia na localidade paulista de Apiaí (1732-1835). São Paulo, Mestrado/FFLCH-USP, 2001, p 22.

Francisco Chaves para irem procurar ouro e prata (...) creio que, se nós pudéssemos verificar com exatidão esse fato, ficaria provado que o lugar onde se deram os assassinatos foi nas proximidades das minas de Ivuporanduba ou de Iporanga, ambas perto do rio Ribeira de Iguape’ [YOUNG, Ernesto. “Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape” in Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Vol. II, 1898, pp. 96-97]

Somente após trinta anos da chegada do governador, descobriu-se ouro na região.

Durante 80 anos, o povoado que primeiramente se chamou Maratayama, como o cacique local, permaneceu na Ilha Comprida. Com o desenvolvimento que se processou, a população foi se ressentindo da escassez de água potável e de terreno mais vasto e mais seco, abrigado de mangues e de enchentes. Mudaram-se então para a ilha de Cananéia, entre a Ilha Comprida e o Continente. O povoado crescia rapidamente. (...) Cananéia foi elevada a distrito de paz por Carta Régia de 18 de julho de 1578 e a município em 1587. Logo teve porém uma concorrente na cidade de Iguape.⁹⁸

Cananéia e Iguape passaram a funcionar como centro de passagem para aventureiros que demandavam o interior. Estavam em posição privilegiada, pois, na época, a inexistência de vias terrestres obrigava a deslocamentos marítimos – para São Vicente e outros pontos litorâneos do país – e fluviais – interior adentro.

Foi Iguape quem mais se avantajou, já que dominava toda a navegação do Ribeira, articulando-se mais facilmente com o interior que começava a povoar-se. Iguape foi indiscutivelmente a primeira capital da região, o que fica visível para quem quer que percorra, hoje, suas ruas e vielas; restam ainda significativas amostras arquitetônicas de uma época de muito fastígio. O milagroso São Bom Jesus de Iguape contribuiu para tanto também, atraindo desde o século XVIII visitantes e moradores da redondeza.⁹⁹

Aos poucos, em busca de metais preciosos, bandeirantes foram adentrando o interior do Vale do Ribeira. Valentin nota a ausência de informações precisas sobre a

⁹⁸ QUEIROZ, op. cit., p. 23.

⁹⁹ Idem, p. 24.

ocupação da região. Existem, ainda hoje, dúvidas sobre o verdadeiro caminho utilizado pelos mineradores. Mas, a partir de documentos datados da década de 1730, aponta duas alternativas:

(...) uma, o caminho do litoral sul, partindo de Cananéia e, seguindo ao longo do rio Ribeira, atingindo o arraial de Iporanga, e daí até o topo da Serra do Mar. A segunda seria pelo Planalto, partindo da vila de São Paulo em direção a Sorocaba e, tomando o rumo sul, até o arraial de Paranapanema (atual cidade de Capão Bonito) e, mais tarde, ocupando o arraial de Apiaí. (...) Os documentos analisados sugerem dois momentos: no primeiro, prévio à descoberta das minas de Paranapanema, os exploradores utilizariam preferencialmente o caminho pelo litoral, caracterizando assim um processo expansionista das lides mineratórias já estabelecidas ao longo do baixo Ribeira. O segundo, quando passaria a predominar o caminho do planalto, parece estar associado com o estabelecimento da vila de Sorocaba como entreposto comercial de animais de carga, intensificando a utilização das rotas com o sul da colônia e também estimulando incursões que pesquisavam novos depósitos auríferos na região.¹⁰⁰

Em 1757, no local onde hoje está o município de Eldorado, erigiu-se – em terras doadas pela família Veras – uma capela em frente ao Ribeirão Xiririca (que em Tupi significa águas correntes). No mesmo ano, trouxeram ao local a imagem de Nossa Senhora da Guia que, até hoje, é padroeira da cidade. Xiririca prosperou se tornando freguesia no ano de 1763 e foi emancipada politicamente em 10 de março de 1842. Hoje o município se chama Eldorado – desde 24 de dezembro de 1948 – em homenagem ao passado de prosperidade motivada pelo ouro. Outras cidades originadas da descoberta aurífera e mantidas pelo tráfego fluvial foram Registro, Juquiá, Jacupiranga e Sete Barras.

Registro e Eldorado, ambas na margem direita do Ribeira, são as mais antigas, datando dos meados do século XVIII. (...) Eldorado surgiu da forma típica e tradicional de doação de patrimônio à Igreja para se levantar uma capela que fosse núcleo de povoação, Jacupiranga resultou do povoamento do vale do rio do mesmo nome por passageiros. Registro, por sua vez, como o nome indica, foi posto de controle e de cobrança dos Quintos reais no século XVIII. Sete Barras foi durante largo tempo um pequeno bairro rural em torno de um porto fluvial. As restantes sedes de município da região tiveram todas a mesma origem de Sete Barras seu desenvolvimento lento

¹⁰⁰ VALENTIN, op. cit., p. 24-25.

prendeuse ao povoamento paulatino da região, que aumentando o número de habitantes, fazia crescer também pouco a pouco a importância dos núcleos de alguma concentração demográfica. No entanto, nota-se também que todas em geral se prenderam ao desenvolvimento também dos meios de comunicação, crescendo em função de alguma estrada municipal ou estadual que em suas imediações viesse a ser construída.¹⁰¹

Motivados pela compra de uma lavra, em 1655, dois irmãos entram em litígio. Haviam adquirido um terreno e dez escravos. Durante um ano Domingos Roiz Cunha trabalhou no local, enquanto Antonio Roiz Cunha só aparecia para conferir os lucros. Cansado,

por um ano e meio, Domingos abandonou a lavra de que era coproprietário e esteve fisciando nas paragens de ‘Upuranga’ (Iporanga), ao mesmo tempo que procurava pelo irmão para o acerto referente aos rendimentos da sociedade, bem como dos gastos e custas de três viagens (...) Estava Domingos lavrando em ‘Serocabas’ (talvez Sorocaba), quando Antônio teria convencido o irmão a vender a propriedade que ambos haviam comprado. Isso motivou Domingos a vir até a Vila de Iguape, onde durante cerca de um ano tentou em vão a conclusão do negócio, após o que resolveu retornar para as lavras de ‘Vupuranduba’ (Ivaporunduba), provável local da infeliz compra realizada pelos irmãos. (...)¹⁰²

Esse registro, localizado no Arquivo Municipal de Iguape, é interessante para este trabalho porque já cita “Vupuranduba (Ivaporunduba)”, importante por ser hoje considerada a primeira comunidade remanescente de quilombo que pleiteou reconhecimento e também porque registra atividade mineradora numa localidade, Apiaí, que somente em 1771, cerca de 120 anos depois, será transformada em vila. Já naquela época, a região era visitada por aventureiros em busca do enriquecimento mediante a mineração. Entre eles havia desertores, fugitivos da justiça, pessoas de todas as procedências possíveis.

¹⁰¹ QUEIROZ, op. cit., p. 22 a 25.

¹⁰² VALENTIN, op. cit., p. 22.

No início da ocupação portuguesa, a bacia do rio Ribeira de Iguape era habitada por povos de origem tupi, os carijós, de família lingüística guarani. Era também uma área de perambulação dos guaianases, do tronco lingüístico jê que, no inverno, desciam em busca de pesca.¹⁰³

Os indígenas, perseguidos pelos brancos, buscavam refúgio na mata. Cadeias de serras e inúmeras cachoeiras perigosas dificultavam o acesso dos colonizadores e aventureiros que foram se estabelecendo como mineradores ao longo do Ribeira. Nessa fase, foi importante uma prática nativa denominada “cunhadismo” descrita, por Darcy Ribeiro, como muito utilizada em todo o Brasil no início da colonização.

Ao informar sobre a formação do povo brasileiro, Ribeiro aponta o costume indígena de “adotar” como parente o estrangeiro que contraísse matrimônio com moças da comunidade. Quem assim procedesse, “passava a contar com uma multidão de parentes, que podia pôr a seu serviço, seja para seu conforto pessoal, seja para a produção de mercadorias”.¹⁰⁴

Assim formou-se no Vale do Ribeira, como em grande parte do território nacional, os primeiros núcleos de habitação e grupos dispostos àquilo que os bandeirantes faziam de melhor: busca, apreensão e comércio de ouro, gente, gado...

A cultura indígena foi a base da formação da sociedade local, suas técnicas de edificação e trato com a natureza, pesca e agricultura, foram apropriadas e redefinidas pelos grupos negros que chegaram depois e se instalaram ao longo do Rio. As próprias denominações das cidades surgidas atestam a influência indígena: Iguape, Xiririca, Iporanga, Apiaí, etc.

¹⁰³ BRUNO, Ernani Silva. **São Paulo, Terra e Povo**. Porto Alegre, Globo, 1967.

¹⁰⁴ “Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão-de-obra para os trabalhos pesados de cortar paus-de-tinta, transportar e carregar para os navios, de caçar e amestrar papagaios e soíns. Mais tarde, serviu também para fazer prisioneiros de guerra que podiam ser resgatados a troco de mercadoria, em lugar do destino tradicional, que era ser comido ritualmente num festival de antropofagia.” in RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p. 82.

Os tapanhunos (negros de origem africana, em oposição aos indígenas, negros da terra, conforme denominação do período)¹⁰⁵ escravizados começaram a entrar no Vale do Ribeira na primeira metade do século XVII. A descoberta do ouro de aluvião favoreceu a mineração de lavagem e atraiu muitos aventureiros que, enriquecidos, substituíram a mão-de-obra indígena.

Os negros eram, na época, uma mercadoria lucrativa. Chegavam em navios negreiros aos milhares, oriundos das terras mais longínquas, notadamente Angola, Moçambique e Guiné. Eram comercializados em praça pública, isso quando já não haviam sido encomendados pelos abastados senhores do ouro e do arroz que atestavam a sua presença na opulenta Iguape portuária de então¹⁰⁶.

Grande parte dos cativos concentrava-se na Vila de Iguape, outros eram levados para localidades do Ribeira acima, como Iporanga, Apiaí e Ivaporunduva, onde novas minas foram descobertas ao longo daquele século.

Informações obtidas em outros autores, como Suely Robles¹⁰⁷ e Celso Furtado¹⁰⁸ – este afirmando que na economia de mineração, ao contrário da açucareira, o braço escravizado “em nenhum momento chegam a constituir a maioria da população”, aquela informando que “em São Paulo, até meados do século XVIII a estagnação econômica existente não era de molde a favorecer a importação de braço africano” – contrasta com pesquisas mais recentes elaboradas pelos autores agora

¹⁰⁵ “Tapanhuno era como se denominava o negro africano nos primeiros documentos coloniais. Segundo Bernardino José de Souza [Dicionário da Terra e da gente do Brasil. São Paulo, Nacional, 1961], o termo deriva do tupi *tupuiuna* (negro). Os bandeirantes geralmente se referiam ao negro como *tapuiano* e aos índios como negros.” (p. 383). “No início da colonização, o termo ‘negro’ não servia para designar africanos, conforme documentação da época, mas para denominar o indígena. Muitos historiadores confundiram o significado do vocábulo na forma como era aplicado, tomando o termo como designativo de africano. Pelo menos em São Paulo, nos primeiros anos de colonização, para designar um negro usava-se o termo *tapanhuno* ou *peça-de-guiné*. Quando queriam designar o negro para diferenciá-lo do índio, chamavam-no, também, de gentio da Guiné e aos índios, ‘gentio da terra’. Os jesuítas, ao se referirem à população da Colônia, sempre usavam o termo negro como sinônimo de índio.” (p. 288) in MOURA, Dicionário, op. cit.

(Neste trabalho, salvo quando citando textos de outros autores que procedam de outra forma, a palavra negro se refere ao africano escravizado e aos seus descendentes).

¹⁰⁶ Anotação realizada no Museu de Iguape no dia 14/06/2003.

¹⁰⁷ ROBLES, Suely. *Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial* in **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Museu Paulista, 1967, pp. 109-277.

¹⁰⁸ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 23.ed. São Paulo, Nacional, 1989, p. 75.

consultados com relação a esta região paulista. Apurou-se que a região do Vale do Ribeira teve uma colonização atípica. Grande número de escravizados em relação aos proprietários; pequena quantidade de mulheres – tanto cativas quanto livres; rápida introdução do elemento africano em substituição do braço indígena.

Agnaldo Valentim, na dissertação de mestrado já citada, afirma que, em 1798, a vila de Apiaí

*apresentava a maior participação relativa de escravos entre as localidades ao final do século XVIII, com 46,6% da população registrada. Os proprietários desses escravos e seus dependentes representavam 14,7% da população e os não-proprietários e dependentes, 37,6%. Em 1824 esses valores sofreram mudanças significativas: a parcela correspondente aos escravos representava 21,0%, os proprietários e dependentes, 14,8% e não-proprietários e dependentes, 64,2%, (...).*¹⁰⁹

Com relação à população escravizada, afirmava:

*Entre os 284 escravos presentes na área em 1732, 19 foram registrados como carijós’, correspondendo a 6,6%. Ainda que seja uma estimativa subdimensionada pois, para dois proprietários, não foi possível identificar se os escravos eram indígenas ou negros, em um total de 45 pessoas. (...) Assim, em uma situação extrema, o total de administrados passaria a ser 64, o que corresponderia a 22,5%, o que é pouco provável, pois o autor da lista usou a expressão ‘entre carijós e escravos’ para designar a quantidade de cativos possuídos por dois proprietários onde tal generalidade foi observada.*¹¹⁰

Ouro

No ano do Senhor de 1758, para evitar contrabandos, os núcleos mineradores passaram a ser controlados pela coroa portuguesa que enviou representantes ao Vale do Ribeira, aumentando, assim, o controle já exercido pela criação, em 1635, da **Casa de Oficina Real de Fundição do Ouro** em Iguape.

¹⁰⁹ VALENTIN, op. cit., p. 18.

¹¹⁰ Idem, p. 40.

Os informes diários são esparsos mas permitem uma avaliação grosseira da produção de ouro na região. Assim, por exemplo, no dia 21 de fevereiro de 1668, seis mineradores teriam comparecido à casa de fundição para quintarem o ouro, totalizando 245 oitavas, sendo o padre Francisco Pereira da Silva o responsável por 200 oitavas do valor indicado. O único registro disponível para o ano de 1670 refere-se ao dia 6 de outubro, quando 190 oitavas foram arrecadadas de 13 mineradores, sendo um certo Manoel da Costa o principal contribuinte com 82,5 oitavas. (ALMEIDA, Antonio Paulino. “Memória histórica de Xiririca (Eldorado Paulista)”. Boletim do Departamento do Arquivo do Estado de São Paulo, v. 14, pp. 7-168, 1955)¹¹¹

O ouro era bateado e transportado para essa **Casa** onde era transformado em barras. Assim, o rei garantia o seu quinto (tarifa que correspondia à quinta parte, 20%, de todo montante de ouro arrecadado pelos mineradores).¹¹² Vem daí o nome do atual município de Registro – Assim era conhecido o porto onde paravam as embarcações carregadas do metal.

Com a descoberta das Minas Gerais, a atividade mineradora no Vale foi se desmantelando até se extinguir nas primeiras décadas do século XIX. O Governo Geral decidiu centralizar a cobrança do quinto da Coroa e, no ano de 1763, encerraram-se as atividades da Casa de Fundição de Iguape (hoje transformada no **Museu Histórico e Arqueológico e Iguape**, coordenado pela Universidade de São Paulo). “Muitos proprietários de minas se deslocavam para Minas Gerais, levando escravos e riquezas auríferas, outros abandonaram seus escravos nas antigas áreas de minas.”¹¹³ Muitos dos negros “esquecidos” na região formaram os núcleos de interesse deste trabalho.

¹¹¹ Idem, p.23.

¹¹² Todo ouro retirado das minas deveria ser levado até a Casa de Fundição – comuns em zonas auríferas no Brasil – onde era pesado e dele retirado o imposto do rei. “O restante era fundido e podia circular livremente em barras. Um sinal bem visível nas barras indicava que haviam pago o quinto. Procurava-se, assim, impedir a circulação, comum em Minas Gerais, do ouro em pó, escapando à tributação do fisco” in MOURA, dicionário, p. 92.

¹¹³ CARRIL, op. cit., p. 30.

Os hoje municípios de Iporanga, Eldorado, Paranapanema e Apiaí que, como já visto, surgiram como núcleos de exploração do ouro perceberam, ao seu redor, a formação de aldeamentos de escravos fugidos ou alforriados.

A tensão gerada pela formação de acampamentos de negros fugitivos sempre foi uma constante no Vale. Como apontado acima, a desproporção entre a quantidade de escravos e proprietários gerava temores, desconfianças e, conseqüentemente, insegurança entre a população.

Como visto no capítulo anterior, quanto mais se aproximava a época da abolição, mais aumentava a tensão social em todo o país. Essa situação já ocorria em Apiaí em meados da década de 1770. Homens se recusavam ao serviço militar alegando a garantia da defesa das vilas.

*A falta de pessoas livres disponíveis para compor as milícias governamentais poderia ter fundamento. Entretanto, há razões para acreditar em pressão da população livre que, empenhada na extração do ouro, resistia em abandonar essa ocupação para atender à convocação. Esse problema também atingiria a construção do caminho que deveria ligar a vila de Apiaí ao arraial de Paranapanema. Sob a alegação de que os homens estariam ocupados nas atividades de produção de mantimentos, a execução da obra foi adiada recorrentemente.*¹¹⁴

Em junho de 1776, um certo “José de Oliveira, pardo, desertor e criminoso” encontrava-se entrincheirado numa pequena casa nas cercanias de Apiaí. Sobre ele pesava a acusação de, fortemente armado, dar proteção a certo número de escravos fugidos que ofereciam resistência às tentativas de prisão. Era urgente que se resolvesse a situação, pois já haviam subtraído um animal da criação do “Dr. Antonio Caetano Alz. de Castro, morador da freguesia de Iporanga”. O governador, então, enviou circular convocando capitães-do-mato de Itapetininga e Paranapanema para dar combate e tentar “colocar fim nessa ameaça à segurança dos povos moradores da região”,¹¹⁵

¹¹⁴ VALENTIN, op. cit., pp. 105-106.

¹¹⁵ Idem, p. 104.

A situação se tornou grave o suficiente para que, em 1º de fevereiro de

Era comum, segundo Valentin, o abandono do garimpo antes do seu total esgotamento.

*Uma das conseqüências dessa mobilidade foi a formação de agrupamentos humanos esparsos em uma extensa área de difícil acesso. Decorrente disso, tendiam a se manter isolados dos demais núcleos populacionais, envolvendo até o abandono dos escravos, conforme salienta a tradição oral dos descendentes de um agrupamento populacional de ex-escravos em Iporanga(...)*¹¹⁹

Esta situação dará origem também aos remanescentes de quilombos que ora se estuda e a outras comunidades rurais que serão citadas no capítulo seguinte.

Rizicultura

Também o arroz era cultivado, mas de início pouco se exportava por causa da falta de engenhos. ‘Uma das maiores vantagens para o comércio desta capitania – dizia o governador em 1792 – é a que pode resultar dos engenhos de descascar o arroz, pois os navios que vão para Lisboa não levam esse gênero senão descascado’. Trabalhava-se por isso na instalação de tais engenhos, nas vilas de Ubatuba e Iguape – serviços no entanto que iam se eternizando e parece que não se concluíam logo. Entretanto, no começo do século seguinte já funcionavam alguns engenhos de pilar arroz, sobretudo no distrito de Iguape, onde a abundância de correntes fluviais permitia a montagem de dispositivos movidos por força de água.”

*(...) Iporanga (...) ali, depois da edificação de uma primeira capela, em 1755, seus povoadores abandonaram as lavras de ouro que haviam estabelecido na região e se retiraram para as margens do Ribeira de Iguape à procura de terras propícias ao cultivo de arroz. O que ainda por longo tempo faltou (...) foram máquinas de descascar e limpar, mais aperfeiçoadas do que o simples pilão de mão ou o monjolo, que dão produto escasso, imperfeito e de pouco valor.*¹²⁰

Como solução para a decadência da mineração, o arroz tornou-se alternativa. No início era cultivado apenas para subsistência familiar, mas depois foi incorporado pelos grandes produtores e se transformou (entre 1820 e 1900) no principal produto

¹¹⁹ VALENTIN, op. cit., p. 134.

¹²⁰ BRUNO, op. cit.-1967, pp. 116 e 91.

local e era exportado (como o café) para outras regiões de São Paulo, abastecendo o mercado interno e externo.

*Iporanga conheceu um período francamente expansionista a partir da década de 1820. (...) no ano de 1816, a maioria de seus moradores envolvia-se com atividades agrícolas, não merecendo anotações específicas por parte do recenseador. Porém, onze domicílios (ou 18,0% das unidades de Iporanga) praticavam o cultivo do arroz. Esse número, em 1824, atingiu 20 unidades domiciliares ou 33,3%. Em 1835, pelo menos 111 dos 140 domicílios de Iporanga colhiam arroz em alguma quantidade. Os dados fornecidos pelas listas indicam, em 1824, uma produção total de 2.4000 e de 16.251 alqueires em 1835, com média igual a 137,7 alqueires por domicílio e 93,0 alqueires como valor mediano (...). Essa crescente especialização no cultivo da gramínea possivelmente seja a maior responsável pelo dinamismo populacional em Iporanga a partir da terceira década do oitocentos. Possivelmente a maior parte dessa produção escoava através de Iguape para Santos.*¹²¹

Assim, novamente a região transformou-se em pólo de atração populacional e foram construídos os casarões assobradados que até hoje são atrações para os turistas. A escravização de seres humanos continuou sendo a principal fonte de mão-de-obra utilizada na rizicultura.

As circunstâncias históricas apontadas neste capítulo deram características peculiares à região do Vale do Ribeira. Cedo descobriu-se o ouro, rápido seus veios se esgotaram. Ao contrário de outras localidades paulistas, a população se voltou para a agricultura tardiamente, o que contribuiu para a demora na conformação popular e constituição de núcleos urbanos mais consistentes. Como visto também, sua localização geográfica dificultou sobremaneira a fixação de famílias nos primeiros tempos. Exceto pelo arroz, após o fim do ciclo minerador, as roças de subsistência passaram a caracterizar a região, o que contribuiu – como se verá no capítulo que tratará das comunidades rurais caipiras – para o isolamento da área que se manteve,

¹²¹ Idem, p. 221.

em maior ou menor escala, durante o século XX. Tanto que, até a segunda metade daquele século, o Vale do Ribeira foi considerado lugar distante o suficiente, como já informado, para abrigar um movimento guerrilheiro.

A menos de quatro horas da capital do Estado mais rico do país, o Vale do Ribeira ainda hoje responde como a mais carente de recursos econômicos. Destaque relativo na perspectiva histórica pode ser dado apenas para Iporanga, Xiririca (hoje Eldorado), Iguape e Cananéia que se comunicavam com mais facilidade entre si e com outros pontos do país.

No início do século XX começou a imigração japonesa. O governo do Estado doou 50 mil hectares de terra e transformou algumas fazendas e sítios em cooperativas – Registro, Sete Barras e Pariquera-Açu passaram por esse processo. Cada família imigrante ganhou 24 hectares de terra e apoio governamental técnico e educacional para a produção de arroz e chá. Na década de 30 iniciou-se o cultivo da banana e em 1950 o palmito começou a dar lucro. Na atualidade, os mesmos produtos ainda rendem (**ver dados na introdução do trabalho**).

Vale afirmar que durante todo esse período, os descendentes dos escravizados nas minas continuaram sobrevivendo na marginalidade. Com roças de subsistência, viveram à parte da economia que se transformava e tentava se reerguer, atuando mesmo como mão-de-obra barata para empreendimentos particulares, como coletores de palmito para indústrias de beneficiamento e trabalhadores agrícolas nas fazendas.

Segundo afirma Queiroz, no início da década de 20 o chá foi introduzido na região por imigrantes japoneses. No final da década de 60, principalmente em Registro, ela apontava a existência de vinte fábricas de beneficiamento, produzindo sete marcas exportadas para a Europa, Estados Unidos e países da América Latina, como Bolívia, Chile e Uruguai.¹²²

As terras e o turismo na região passaram a ser valorizados com a construção, entre os anos de 1956 e 1960, da BR-2, atual BR-116:

Em 1956, foi construída a BR-116, a mais importante rodovia da região. Sua pista asfaltada com 7 ms. de largura, acostamentos

¹²² QUEIROZ, op. cit., p. 41.

*laterais, melhorou consideravelmente as comunicações, reduzindo a distância entre São Paulo e Registro para 186 km. As demais estradas que vem ter a esta, permanecem porém em estado precário, sendo intransitáveis no período das chuvas.*¹²³

A rodovia foi asfaltada durante o regime militar. Na mesma década, o Estado passou a intervir na região através de políticas mais definidas e de forma mais organizada que antes, por meio de unidades de conservação ambiental. Foi na década de 50 que ocorreram os primeiros estudos de viabilidade voltados para o aproveitamento hidrelétrico do rio Ribeira. A valorização da região teve o efeito colateral de acentuar a ação dos grileiros e a violência na luta pela manutenção das posses. Tudo isso e a ameaça de inundação de parcelas significativas dos territórios ocupados pelas comunidades negras, suscitou uma maior organização e luta por mais visibilidade desses grupos.

* * *

Dessa forma, encontram-se os grupos afrobrasileiros que sobrevivem na região do Vale do Ribeira. Lá, no ano de 1998, cinco comunidades de quilombos foram reconhecidas. São elas: **Ivaporunduva** (Eldorado, 60 famílias); **Pilões** (Iporanga, 50 famílias); **São Pedro** (Eldorado/Iporanga, 39 famílias); **Maria Rosa** (Iporanga, 14 famílias) e **Pedro Cubas** (Eldorado, 23 famílias). Foram as primeiras da região e abriram caminho para outras: **André Lopes** (Eldorado, 76 famílias); **Nhunguara** (Eldorado/Iporanga, 91 famílias); **Sapatu** (Eldorado, 82 famílias); **Galvão** (Eldorado/Iporanga, 29 famílias) – no ano de 2001; **Mandira** (Cananéia, 16 famílias) e **Praia Grande** (Iporanga, 26 famílias) – ambas em 2002. Além delas, no Estado de São Paulo, foram reconhecidas **Cafundó**, em 1999, que abriga 16 famílias no município de Salto de Pirapora (esta comunidade se tornou “famosa” ao se transformar em tema do trabalho realizado nos anos 80 do século XX por Carlos Vogt e Peter Fry¹²⁴); **Caçandoca**, no ano de 2000 em Ubatuba, onde vivem 14 famílias; **Jaó**, em Itapeva, com 47 famílias e também reconhecido em 2000.¹²⁵

¹²³ Idem, p. 27

¹²⁴ VOGT, Carlos e FRY, Peter. **Cafundó, África no Brasil**. Campinas, Edunicamp, 1996.

*Estas comunidades tinham grande parte de seus territórios abrangidos pelo Parque Estadual Intervales, o que constituía impedimento à titulação da área. Em 04 de outubro de 1999, o Governador do Estado de São Paulo editou o Decreto 44.293/99, que retifica os limites do Parque Estadual Intervales, eliminando a sobreposição aos territórios reconhecidos como pertencentes às comunidades de quilombos.*¹²⁶

Mesmo assim, ao conversar com pessoas das comunidades, se ouve reclamações de que, apesar da titulação, os técnicos ainda têm que demarcar o local em que podem roçar em cada temporada. A sensação de falta de liberdade, para tratar da própria vida e terra, desgosta muitos quilombolas

Os estudos para concessão de títulos continuam. Estão na fila as comunidades **Porto Velho** (Iporanga, 13 famílias); **Cangume** (Itaóca, 43 famílias); **Morro Seco** (Iguape, 47 famílias); **Pedro Cubas 2** (Eldorado, 23 famílias); **Biguazinho** (Miracatu, 08 famílias). Para as próximas avaliações, estão indicados os seguintes grupos: **Rio da Cláudia** (Iporanga, estimativa de 01 família); **Bombas** (Iporanga, estimativa de 20 famílias); **Abobral** (Eldorado, estimativa de 08 famílias); **Castelhanos** (Iporanga, estimativa de 60 famílias); **Poças** (Eldorado, estimativa de 11 famílias); **Bananal Pequeno** (Eldorado, sem estimativas).

* * *

Atualmente, segundo a **Fundação Cultural Palmares** (www.palmares.gov.br), existem cerca de 743 comunidades remanescentes de quilombos em território nacional, das quais 178 estão formalmente registradas e, destas, 70 estariam já tituladas. Por outro lado, o **Ciga/UnB** (Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília) informa a

¹²⁵ Em outras localidades do Estado de São Paulo, existem vários grupos em fase de reconhecimento: **Camburi** (Ubatuba, 50 famílias); **Carmo** (S. Roque, ainda sem estimativa do número de famílias); **Cocais** (Pilar do Sul, sem estimativas); **Caxambu** (Salto de Pirapora, sem estimativas); **Fazendinha Pilar** (Sarapuí, 20 famílias); **Os Camargos** (Votorantim, 15 famílias); **Fazendinha dos Pretos** (Salto de Pirapora, 06 famílias); **Capivari** (Capivari, 01 família).

¹²⁶ ANDRADE, op. cit., p. 26.

catalogação de 2.228 comunidades quilombolas abrigando uma população de mais de 2,5 milhões de pessoas. O ISA (Instituto Socioambiental – www.socioambiental.org)¹²⁷ informa que, desde 1988 (Edição da Constituição) o Estado brasileiro expediu apenas 70 títulos de terra para comunidades quilombolas. Seriam aqueles 70 oficialmente citados no sítio da Fundação Palmares.

Na primeira metade do governo DE Luiz Inácio Lula da Silva, apenas dois territórios quilombolas receberam seus títulos de terra. Na gestão anterior, de Fernando Henrique Cardoso, os números não são melhores: 14 titulações em oito anos de mandato. Todos, segundo o ISA, localizados em áreas públicas, livres de conflitos fundiários. Admite-se que o processo demanda muita burocracia (ver decreto 4887/03), mas poderia ser resolvido com mais rapidez, segundo o antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida¹²⁸ que admite que “outros fatores externos também contribuem para a inércia do Estado em reconhecer as terras quilombolas. (...) O avanço da agropecuária e de outras atividades, como a mineração e a indústria do papel, sobre territórios tradicionais em várias regiões do País, incluindo terras indígenas, quilombos e outras áreas de uso coletivo” é notório.

No Vale do Ribeira, no entanto, além dos problemas enfrentados com os latifundiários, o que preocupa são as regulamentações das zonas de proteção ambiental. O problema ecológico não pode ser negligenciado, mas, segundo depoimentos colhidos entre quilombolas e representantes locais, “não se leva em consideração que, se a mata está preservada, um fator importante para isso foi a atuação dos quilombolas durante séculos”.

“O Vale do Ribeira ocupa 10% do território paulista, concentrando-se nessa região os maiores remanescentes da Floresta

¹²⁷ **Instituto Socioambiental**, Fundado em 22 de abril de 1994, (ISA) é uma associação sem fins lucrativos, Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). No Estado de São Paulo, atuam em várias frentes, entre as quais, auxiliando em projetos de gestão, aprimoramento e treinamento de na gestão socioambiental na região do Vale do ribeira, junto às comunidades caiçara, indígena e quilombola.

¹²⁸ www.socioambiental.org (acessado no dia 11/07/2006).

Atlântica do Estado de São Paulo. Aproximadamente 60% de sua área são cobertas por vegetação natural protegidos por legislação que estabelece diversos graus de restrição de uso e 20% do território do Vale do Ribeira são constituídos por parques, estações ecológicas e outras áreas de proteção ambiental”¹²⁹

No Brasil, é a área de Mata Atlântica mais preservada, o que motivou a criação, na região, de Unidades de Conservação da Mata Atlântica e Áreas de Proteção Ambiental¹³⁰ que afetam a relação dos trabalhadores rurais com a terra.¹³¹

Reivindicações das comunidades, com apoio da Igreja Católica, ONGs e mesmo instituições governamentais, conseguiram a flexibilização das leis. No

¹²⁹ ANDRADE, op. cit., p. 59.

¹³⁰ A **APA da Serra do Mar** foi criada em 1984 (decreto estadual nº 22.717, de 21 de setembro de 1984). Toma praticamente toda a região na qual estão situadas as comunidades quilombolas (**ver mapa em anexo a este capítulo**). Até 1998 era impossível a titulação de terras nessa região, porém, com o decreto nº 43.651, de 26 de novembro de 1998, as terras quilombolas das comunidades Ivaporunduva, Pedro Cubas, São Pedro, Pilões e Maria Rosa deixam de fazer parte desse complexo e podem obter licenças para plantio de gêneros

O **Parque Estadual Jacupiranga** (decreto-lei Estadual n.º 145, de 8 de agosto de 1969), o **Parque Estadual Intervales** (decreto n.º 40.135, de 8 de junho de 1995) e o **Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira** (PETAR – decreto nº 32.283, de 19 de maio de 1958) afetaram as comunidades locais desde as suas criações. Tiveram, inclusive, papel fundamental na queda da produção agrícola e conseqüente aumento da exploração do palmito na segunda metade do século XX. Tão ilegal quanto plantar, colher palmito era uma atividade mais discreta, pois prescindia da realização de queimadas, como a coivara, que chamavam a atenção da guarda florestal (atual polícia ambiental).

¹³¹ Os quilombolas, tradicionalmente, estavam acostumados à técnica de plantio denominada **coivara**. Antes do período das chuvas, em local de mata densa, as vegetações rasteiras e de pequeno porte são derrubadas, empilhadas em locais estratégicos e deixadas por algum tempo para secar. As árvores maiores são derrubadas e as pilhas de vegetação derrubada são queimadas, o que ocorre logo antes do plantio começar. Planta-se arroz e, às vezes, milho. Após a colheita, o terreno é carpido e planta-se o feijão. Durante três anos se procede a alternância entre esses produtos. A roça é abandonada quando perde a fertilidade e é substituída por outro espaço aberto na mata da mesma forma. As terras permanecem em descanso por períodos que variam entre três e doze anos, até que os nutrientes do solo se reconstituam. No regime de **coivara** a rotação entre as terras é intensa, o que exige que as comunidades possam dispor de diferentes áreas de plantio para intercalarem as plantações ao longo dos anos. A partir de 1950, o sistema produtivo tradicional foi seriamente comprometido em função da instalação de unidades de conservação ambiental por todo o Vale do Ribeira, o que impôs limitações de uso da terra, impedindo que as comunidades mantivessem suas práticas agrícolas tradicionais.

entanto, moradores reclamam, ainda hoje, de que, periodicamente, técnicos agrícolas aparecem para fiscalizar o cumprimento dos limites fixados.

TERCEIRO CAPÍTULO - Matutando na vida

O capítulo anterior foi utilizado para o entendimento da situação histórica do Vale do Ribeira; neste, as idéias serão organizadas em torno da definição de bairro rural. Tarefa que parece fácil, mas que não é tão simples se forem levadas em consideração as peculiaridades históricas e regionais sobre o tema. Não é uma questão apenas das políticas de demarcação territorial: qual bairro pertence a que sede municipal. Envolve questões culturais, de pertencimento grupal. Para entender melhor, recorreremos aos trabalhos já clássicos de Antônio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Renato da Silva Queiroz.¹³²

¹³² CÂNDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2.ed. São Paulo, Duas Cidades, 1971.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, Vozes/São Paulo, Edusp, 1973.

SILVA QUEIROZ, Renato da. **Caipiras negros do Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo, FFLCH-USP, 1980.

* Apesar destes autores escreverem há mais de 30 anos não desabona a utilização de suas obras neste trabalho. Antônio Cândido, um dos mais importantes pesquisadores desta Universidade, lançou as bases do estudo do mundo rural, tornando-se um clássico ainda hoje muito discutido e utilizado. Renato Queiroz, um dos primeiros a se interessar pelas

Bairros rurais são essencialmente comunidades rústicas, caipiras e, como tal, segundo Cândido, ocorrem privilegiadamente no Estado de São Paulo (com exemplares em algumas localidades de Minas Gerais e Goiás)¹³³ como resultado do contato inicial do português com os naturais da terra durante o processo de colonização. Foram os bandeirantes paulistas que, em suas andanças pelos interiores do país, lançaram a semente desse modo de viver. O autor faz ainda uma distinção entre os termos *rural* e *caipira*. Aquele seria sobretudo localização, enquanto *caipira* informa

*um tipo social e cultural, indicando o que é, no Brasil, o universo das culturas tradicionais do homem do campo; as que resultam do ajustamento do colonizador português ao Novo Mundo, seja por transferência e modificação dos traços da cultura original, seja em virtude do contato com o aborígene.*¹³⁴

Um estilo de vida construído, como solução para fixação e trato com a natureza, por grupos mais ou menos isolados dos núcleos políticos (vilas, cidades, freguesias...) regionais. Esta sociedade vai se formando, no Brasil, ao longo dos períodos colonial e posteriores. Segundo Queiroz,

*(...) resultante da expansão geográfica dos paulistas nos séculos XVI, XVII e XVIII, em que se definiram certos tipos de cultura e vida social e se elaboraram técnicas que permitiram estabilizar as relações do grupo com o meio e dos componentes do grupo entre si, condicionadas pela mobilidade que foi o caráter essencial do paulista naquele tempo.*¹³⁵

comunidades negras do Vale do Ribeira, também cumpre seu papel e dá subsídios para a continuidade de tal observação, e sua atualização, tentada neste presente trabalho. Ao longo deste capítulo, afirmações dos autores e observações desta pesquisadora – que frequentou o local várias vezes e conversou com moradores – são alinhavadas, atualizadas, presentificadas para a melhor conclusão desta pesquisa.

¹³³ Neste trabalho se levará em consideração também as observações de Mari de Nasaré Baiochi que, em seu estudo sobre uma comunidade quilombola de Goiás (**Negros de Cedro**; estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo, Ática, 1983), atesta também naquele Estado a existência do mesmo tipo de ocupação rural.

¹³⁴ CÂNDIDO, op. cit., p 21.

¹³⁵ QUEIROZ, op. cit.-1973, p. 7.

A formação inicial desses núcleos remonta o período colonial e as empreitadas bandeiristas, mas foram constantemente reformadas à medida em que avançavam a História e o diálogo entre as culturas chegadas a esta parte do país. Assim vislumbra-se a participação também da cultura africana, tanto quanto da européia e indígena, na formação e desenvolvimento do processo de **acaipiramento** no interior brasileiro. Conforme Cândido, que rejeita a palavra *caboclo* para exprimir este universo, também será adotado na presente pesquisa o termo *caipira* para designar a cultura mestiça desenvolvida no meio rural. Caboclo não é ideal pois tem duplo significado no entendimento comum dos brasileiros: informa não só a mestiçagem cultural, mas também a miscigenação física ocorrida a partir do “referido contato do português com o novo meio”. Cândido frisa que, em seu trabalho, “o termo caboclo é utilizado apenas designando o mestiço próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo formou durante muito tempo a maioria da população tradicional”.

Para designar os aspectos culturais, usa-se aqui caipira, que tem a vantagem de não ser ambíguo (exprimindo desde sempre um modo de ser, um tipo de vida, nunca um tipo racial) (...) ¹³⁶

Reforçando a idéia, o autor recorre, ainda, a Cornélio Pires (**Conversas ao pé do fogo**) para afirmar a existência do “caipira branco”, do “caipira caboclo”, do “caipira preto”, do “caipira mulato”:

É a maneira justa de usar os termos, inclusive porque sugere a acentuada incorporação dos diversos tipos étnicos ao universo da cultura rústica de São Paulo – processo a que se poderia chamar acaipiramento, ou acaipiração, e que os integrou de fato num conjunto bastante homogêneo. ¹³⁷

Renato da Silva Queiroz, no final da década de 70, estudou um grupo caipira negro do Vale do Ribeira, os moradores da comunidade Ivaporunduva ¹³⁸. Utilizando também os textos de Cândido, o autor corrobora estas informações e as

¹³⁶ CÂNDIDO, op. cit., p. 22.

¹³⁷ Idem, p. 23.

¹³⁸ Grupo que está localizado no espaço que se trabalha neste estudo.

aplica ao universo dos **caipiras negros do Vale do Ribeira**. O amálgama multicultural formado pelos povoadores do Brasil, ao longo de sua História, ajudou a construir a identidade dos grupos que, em certo período, se juntaram em resistência. Silva Queiroz não utiliza o termo quilombo, pois este só foi reintroduzido nos debates políticos e sociais do século XX – como já se afirmou anteriormente neste trabalho – a partir da militância que, já no final da década de 80, conseguiu a garantia constitucional para a demarcação e titulação das terras para descendentes de escravos. Na presente pesquisa, utiliza-se a denominação quilombos para estas comunidades com predominância negra, com ascendência ligada à escravidão no período da corrida do ouro e plantação de arroz no Vale do Ribeira.

Ao reconstruir a História Paulista em seus primórdios, Cândido afirma que as bandeiras de apresamento de indígenas despovoaram São Paulo sem a preocupação de povoar o sertão. A colonização, ou seja, a fixação de gente nos caminhos apenas se iniciou com os descobridores de minas que, interessados em *explorar a terra*, iniciaram um processo de organização de povoados. Esses núcleos populares podiam ter como origem um povoador anônimo, uma comunidade indígena, uma sesmaria (fazenda), uma capela, um pouso para tropas ou determinações políticas – ocupações concentradas que se estabeleciam como pontos de apoio para grupos mais dispersos. Eram núcleos políticos e comerciais, locais centrais para onde, segundo ainda o autor, se dirigiam os moradores dos arrabaldes quando precisavam “de sal, religião ou justiça”¹³⁹. Esses arraiais eram pontos de contato com outras localidades maiores ou com as capitais; era lá que estava a estrutura administrativa e foram estes lugares, portanto, os privilegiados na hora dos resgates históricos, pois deixaram documentos, vestígios de presença humana.

¹³⁹ Como já visto no capítulo anterior, na região de nosso interesse, essas localidades eram representadas por Xiririca, Iguape, Iporanga, Apiaí.

*De fato, uma inclinação do espírito (que é também uma simplificação) nos leva a buscar apoio na realidade tangível e configurada nos núcleos de população, pois eles se **formam**, têm uma **história**, por modesta que seja, e desse modo permitem o conhecimento sistemático. Baseados neles, compreendemos organicamente, pois a possibilidade de conhecer a vida social depende da concentração das relações humanas em estruturas, que servem de fundamento à classificação e à análise, e quanto mais intensa esta concentração (se pudermos falar assim), mais favorável às operações de inteligência em busca das causas de sua formação e funcionamento.¹⁴⁰*

À margem destes núcleos mais organizados, entretanto, é que vão se formar as unidades familiares e de vizinhança que interessam a esta pesquisa. É lá no arrabalde distante, nos sítios de subsistência longínquos, que se formaram os núcleos rústicos que deram origem aos bairros rurais, à cultura caipira da qual os quilombolas aqui estudados são exemplos.

Maria Isaura afirma que as características para identificar os bairros são: o isolamento; a posse e disponibilidade de terras (geralmente a família não é proprietária, apenas ocupa o espaço, durante gerações, plantando, colhendo, movendo a roça ao sabor das necessidades e de descanso da terra); o trabalho doméstico (não se contratam empregados, tudo é feito pela família); o auxílio vicinal (mutirões) e a margem de lazer (festas periódicas, profanas ou religiosas, que marcam casamentos, batizados, dias santos, etc). Hoje sabe-se que o isolamento foi sempre relativo, maior ou menor de acordo com as especificidades de cada região.

O aspecto geográfico do Vale do Ribeira permite inferir que, durante muito tempo, o isolamento foi altamente favorecido – o que é comprovado pelos registros históricos. O relevo muito acidentado (montanhas, cachoeiras, rios, riachos); a distância do poder público durante muito tempo; a eletricidade e os meios de comunicação quase ausentes relegaram a população ao relativo afastamento do centro político da região. Durante muito tempo, apenas o rio Ribeira fez a ligação dos quilombolas ao núcleo urbano mais próximo. Somente no final dos anos 60 abriu-se uma estrada ligando as cidades de Eldorado e Iporanga, o que facilitou o acesso às comunidades. Mesmo assim foi apenas no início da década de 80 que esta pista foi asfaltada e se iniciou a circulação de uma linha de transporte coletivo que até hoje é precária.

O bairro rural, então, era, e ainda hoje é, um grupo de vizinhança de habitat disperso, mas de contornos suficientemente consistentes para dar aos habitantes a noção de lhe pertencer, levando-os a distingui-lo dos demais bairros da zona. O ‘sentimento de localidade’ constituía elemento básico para a configuração de um bairro, tanto no espaço geográfico quanto no espaço social¹⁴¹.

¹⁴⁰ CÂNDIDO, p. 57-58.

¹⁴¹ QUEIROZ, op. cit.-1973, p 3.

Ou seja, na impossibilidade de ir ao centro, à cidade mais próxima, os vizinhos tinham que se ajudar mutuamente, responder às suas próprias necessidades.

A autora afirma, ainda, que a solidariedade passa a ser o traço mais marcante desses grupos de vizinhos.

*Estabelecia uma rede estreita de relações entre os roceiros pertencentes ao mesmo grupo de vizinhança, que adquiriram consciência da unidade e do funcionamento deste. Configuração intermediária entre a família, de um lado, e de outro o arraial, ou a vila, ou a cidadezinha, o bairro apresentava as formas elementares de sociabilidade da vida rústica, que se alargavam na seguinte escala: a) relações familiares; b) relações de vizinhança; c) relações dos bairros entre si; d) relações com a região; e) relações com o exterior (isto é, com tudo que ultrapasse a região). Tal gradação indica que os bairros, constituindo embora unidades funcionais relativamente autônomas, eram sempre tributários de um povoado ou de uma cidadezinha.*¹⁴²

Como se pode perceber, internamente, os bairros rurais eram estruturados de maneira igualitária – todos os habitantes pertenciam em geral ao mesmo nível social. Todos trabalhavam para a sobrevivência de sua família, consumiam o que plantavam, fiavam e teciam. Tudo o que se consumia em casa, inclusive pólvora e balas para armas em tempos mais remotos, era fabricado por eles. A roça, a caça, a criação. Os excedentes da produção, bem como galinhas, leitões e verduras produzidas para este fim, eram vendidos nas cidades, o que proporcionava a compra de gêneros que não conseguiam obter por esforço próprio.

*Esta maneira de viver integrava-os na agricultura de subsistência que sempre existiu no Brasil, onde surgira acompanhando a grande lavoura de exportação, da qual sempre foi complementar.*¹⁴³

A frequência com que iam ao “centro” era determinada pela necessidade de complemento alimentar (compra e/ou venda de gêneros), justiça (registros civis, de posses de terras, segurança, etc.), religião (festas da padroeira, quermesses,

¹⁴² Idem, p. 4

¹⁴³ Idem, p. 5.

batizados, casamentos, etc) e obedecia tempos mais ou menos variáveis – visitas semanais, mensais, anuais...

*Constatamos (...) que há solidariedade por vezes indissolúvel (...) visto como o morador de fazenda, sítio ou casebre distante é o mesmo que converge periodicamente para o povoado, em ritmos variáveis, que vão da semana ao ano, e criam uma dependência ecológica e social também variável. Raro, com efeito, é o caso do morador totalmente imune da influência dos centros de população condensada. As relações de vizinhança, porém, constituem, entre a família e o povoado, uma estrutura intermediária que define o universo imediato da vida caipira, e em função da qual se configuram as suas relações sociais básicas.*¹⁴⁴

O relativo isolamento, vivenciado durante a fase de formação e desenvolvimento dessas comunidades, ajudou também na criação de hábitos, costumes, crenças, lendas originais... As dificuldades de comunicação, para Maria Isaura, opunham uma barreira à penetração de novos gêneros de vida ligados ao desenvolvimento urbano, o que ocasionou a sobrevivência, em certas regiões, de usos e costumes de épocas remotas. Criou-se uma tradição, geralmente oral, que se tornou a “verdade” do grupo. Ao mesmo tempo em que ocorria uma “tradução” dos usos e atitudes convencionais ao sabor local – influenciadas pelas culturas que iam chegando.¹⁴⁵ Exemplo disso é a religião caipira, uma mistura de culto aos santos e catolicismo popular que não se enquadra muito bem ao passar pelo crivo oficial da religião romana.

O serão no final da tarde, em volta da fogueira, as conversas sobre a colheita, o clima, as lendas, as adivinhações nos momentos de lazer, a solidariedade mantendo a memória de tempos remotos e inventando antepassados imaginários.

De acordo com Pedro Pereira, líder quilombola, presidente da Associação de Remanescentes do quilombo Sapatu – entrevistado em 10/06/03 – as conversas

¹⁴⁴ Idem, ibidem.

¹⁴⁵ Tradução é uma espécie de “negociação” entre culturas diferentes que são obrigadas a conviver. Não se perde completamente suas identidades, mas também não são simplesmente assimiladas pelo “dominante”. “Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas.” in HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. T. Silva e G. Louro. 10.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005. p. 88.

com os amigos, nos finais de tarde e noitinha, estão ficando raras por causa das “novas invenções” (TV, por exemplo); segundo ele, é urgente realizar o resgate das tradições para a manutenção da cultura entre os mais jovens.

Por outro lado, a participação do mundo globalizado é necessária: é preciso conhecer a política, as novas formas de interação social, as atuais estratégias econômicas. A informação é a melhor arma para quem necessita garantir a posse da terra. Jovens quilombolas vão à Universidade com a promessa de voltar e construir um futuro com mais conhecimento e tecnologia. Mas o passado ainda grita para não ser esquecido... a televisão está na ordem do dia.

Hoje, com a televisão e as facilidades relativas de transporte tudo parece ter ficado mais próximo. Tudo está ao alcance das mãos e dos sonhos. Existe a sensação, segundo Stuart Hall, de encurtamento do espaço e maior rapidez na passagem do tempo. É o que o autor chama de **compressão do tempo**. Com relação aos quilombos estudados, esse fenômeno se torna visível principalmente a partir do final dos anos 90 do século passado e início deste XXI. A implantação da primeira antena parabólica, em meados daquela década na região, acelerou o processo de “conhecimento” do mundo e percepção das diferenças que, antes, ocorria mais vagorosamente.

*As pessoas que moram em aldeias pequenas, aparentemente remotas, em países pobres, do ‘Terceiro Mundo’, podem receber, na privacidade de suas casas, as mensagens e imagens das culturas ricas, consumistas, do Ocidente, fornecidas através de aparelhos de TV ou de rádios portáteis, que as prendem à ‘aldeia global’ das novas redes de comunicação.*¹⁴⁶

Esse fenômeno já ocorre desde, principalmente, a década de 1970 nas sociedades mais centrais. Naquela época aconteceu, em todo o mundo, a grande expansão dos meios eletrônicos de informação e seu conseqüente barateamento e chegada em todas as camadas da população. Em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, os aparelhos receptores de televisão passaram a atingir todas as camadas da população a partir da década de 80 do século passado. Em meados dos anos 1990,

¹⁴⁶ HALL, op. cit, p. 74.

92% das moradias brasileiras com acesso a energia elétrica possuíam aparelho de TV.¹⁴⁷ Foi nessa época, justamente, que começou a implantação desse benefício em algumas comunidades quilombolas do Vale do Ribeira.

Quando em 1988, a partir da Constituição (ver primeiro capítulo deste trabalho), vinculou-se a posse definitiva do pedaço de chão à capacidade de provar o passado histórico ligado ao escravismo e à formação de quilombos, grupos se organizaram para ouvir os mais velhos e garantir o resgate de Histórias e lendas que, há muito, eram desconsideradas pelos mais jovens.

¹⁴⁷ SANTOS, mestrado.

Atrás da Igreja Matriz de Eldorado fica a Rodoviária que, na realidade, é um ponto de ônibus um pouco maior.

O “centro da cidade” não é a Prefeitura, nem a praça ou mesmo a Casa Paroquial. É na Rodoviária que a vida acontece. Um bar, o guichê da empresa de ônibus *Intersul* – que liga a cidade à capital – que funciona em dois turnos (como tudo no município): até as 10h30 e das 14h00 às 17:00.

Às 10h30 da manhã já começa o movimento dos que vão esperar o “das 11h30” passar. É o único que “vai aos quilombos”.

O povo se aglomera. Na maioria são mulheres, de todas as idades, e homens já na terceira idade. Vieram à cidade de manhãzinha; acordaram de madrugada para pegar o “das 6h00” que vem trazendo os estudantes para a aula do período matutino que começa às 7h00. Problemas foram resolvidos ou parcialmente resolvidos: “preciso voltar para pegar um documento que faltou para dar entrada na aposentadoria da minha mãe”, diz D. Cláudia que queria ir e voltar ainda naquele dia, no ônibus das 13h30 que faria o percurso de volta.

Nos banquinhos de espera, a conversa é farta e fácil. Não é difícil perceberem “gente nova, diferente”, se estiverem de mochila, tênis para caminhar e máquinas fotográficas. “Vão para a caverna?” Nós queríamos ir para o quilombo. “Qual deles?” Qualquer um, a senhora conhece? “Aqui todo mundo mora numa comunidade. Eu sou do Sapatu. A D. Sílvia aqui é do Nhunguara.” Que ótimo! Podemos acompanhar a senhora? “Claro!”

Na cidade grande – na universidade – muitos imaginam o quilombo como um lugar específico – isolado. Naquela região, se pode dizer que tudo, tudo que não é zona urbana é quilombo. Um bairro pertencente ao município, incorporado à região como paisagem e politicamente. Confesso que, antes de chegar à região, também compartilhava esta idéia.

Dia de receber o benefício do INSS e fazer compras. Alguns pegam a cesta básica da Paróquia. Outros vão ao médico ou levam filhos para fazer exames no posto de saúde. Tem gente que trabalha na cidade. Algumas pessoas olham desconfiadas, outras ficam contentes “porque a região está famosa”.

“Vocês são professoras?” Estamos fazendo um trabalho para a faculdade.
 “É, de uns tempos pra cá, tem vindo muita gente assim.”

A Joyce pega um nenê no colo: quantos dias? “Três semanas” Posso fotografar? Podia. Aproveito e faço várias de todas as pessoas que estavam por ali.

O ônibus chega. Não adianta ter pressa no embarque. Sacos e sacolas pesados devem ser acomodados antes de todo mundo. Quer ajuda, dona? “Obrigada”. Pela porta da frente ou de trás, não importa... o negócio é entrar. Não tem empurra-empurra. O motorista e o cobrador saem para fumar, ir ao banheiro, conversar, comer... É o famoso “jatão”.

Uma vez dentro do coletivo, todos sentados ou não, a conversa não pára e o cobrador começa a andar pelo corredor e vender as passagens. Quanto? “Vai pra onde?” Tem diferença? “Se for até o Ivaporunduva é \$ 3,50.” Nós vamos para onde a D. Cláudia aqui, oh, vai. “Sapatu, \$ 2,50”. Obrigada. “Na saída tem que dar o papelzinho para o motorista”.

A estrada, que sai do núcleo principal do município de Eldorado, vai até Iporanga. São 72 quilômetros margeando o Rio Ribeira de Iguape. Estreita, mas de duas pistas; sinuosa; esburacada em alguns trechos; mas, no geral, bem conservada. Dá acesso a doze comunidades quilombolas (Batatal, Pedro Cubas e Pedro Cubas 2, Sapatu, André Lopes, Nhunguara, Ivaporunduva, Castelhanos, Galvão, São Pedro, Maria Rosa e Pilões) em vários estágios de reconhecimento.¹⁴⁸

Depois, se continuar na estrada, chega Iporanga. Pequeninha, mas pouco discreta: todo fim de semana há uma revoada de turistas que procuram esportes radicais: canoagem, rapel, caminhadas ecológicas, cachoeiras, acampamentos, etc. Lá, vários outros quilombos, como Praia Grande – uma hora e meia de viagem de barco rio acima e Porto Velho – duas horas no carro do padre João, por estradas precárias, sinuosas e sujeitas a deslizamentos.

O asfalto chegou no início da década de 80, após um acidente que, no final dos anos 70, matou quarenta pessoas. “Mas esta estrada já existe desde os anos 60”. Segundo informação da Irmã Ângela Biagione, uma das organizadoras do MOAB, antes da estrada ficar pronta todo o comércio e contatos com a cidade eram feitos pelo rio.

Seguimos nessa aventura duas vezes. Na terça-feira (10/06/2003), até a comunidade Sapatu, percorreu-se cerca de 32 quilômetros. Na quinta-feira (12/06/2003), de Eldorado até o ponto mais próximo do Ivaporunduva, 45 quilômetros. Sapatu tem a vantagem de ser uma “comunidade de pista”, como eles dizem, as casas vão margeando a Rodovia e, por isso, o contato é mais fácil.

¹⁴⁸ Como já informado anteriormente (segundo capítulo) as comunidades, que desejam ser reconhecidas como remanescentes de quilombos e garantir a posse definitiva, e coletiva, de suas terras devem entrar num processo que se inicia com a formação de um grupo de coordenação (associação comunitária devidamente registrada); entrar com uma solicitação ao governo do Estado, encaminhada via ITESP, para receber a visita técnica que vai iniciar o processo de levantamento histórico, demarcação geográfica, negociação com fazendeiros locais e demais “solicitantes” de posse, até determinar os limites e solicitar a documentação de posse definitiva em nome dos quilombolas.

Para chegar ao Ivaporunduva, no entanto, é necessário percorrer mais sete quilômetros atravessando um bananal – caminhando – e um trecho do Rio Ribeira – de barco, canoa ou balsa. Foi lá que conhecemos o Sr. Setembrino.

Nas duas vezes foram senhoras que deram acesso às comunidades e aos seus líderes. No ônibus, a conversa não pára e acontece de tudo: entra e sai de turistas que olham tudo com “estranhamento” e, muitos, com preconceito. Um bêbado faz questão de cumprimentar todos, um por um, apertando a mão e perguntando pela família. “Tudo bem professora?” Legal! E aí?

As pessoas percebem que não somos do quilombo porque usamos tênis... a maioria está de chinelos havaianas.

Sacos e sacolas, grandes e pequenos, se acumulam no chão, ao lado, em cima ou embaixo do banco, no colo do passageiro.

O que vocês compram com mais frequência? “Ah, tudo que a gente não consegue plantar ou criar: açúcar, sal, óleo...” E capacidade de plantar, criar, se auto-abastecer de gêneros de primeira necessidade mudou muito ao longo da História e ao sabor das invenções sociais...

Naquele dia havia pacotes de tempero pronto, bolachas, fraldas descartáveis, material de limpeza e higiene pessoal e muito, mas muito salgadinho tipo “isopor” – *chips* e outros...

Em 1997, quando estive na região pela primeira vez, na casa da D. Antonia e do Seu José de Paula ¹⁴⁹, almocei arroz, feijão, ovos e batatas fritas; havia também bananas e suco de mixirica. Os anfitriões afirmaram que, de fora, apenas o sal e o açúcar que havia adoçado o suco. As frituras eram feitas na banha de porco.

Alguns técnicos do ITESP e os quilombolas mais velhos acusam a TV de estar corrompendo hábitos e contribuindo para a descaracterização da vida dos quilombolas. Hábitos alienígenas foram, aos poucos, introduzidos. Isso chega a dar um certo *status* aos moradores do meio rural. Comprar o que se vê na TV. Reproduzir em casa o sabor que se vê nas “aulas” dos programas de culinária; comprar o salgadinho da propaganda; o refrigerante da musiquinha...

Segundo Eder Sader¹⁵⁰, na gênese do sujeito coletivo é possível vislumbrar “um conjunto de necessidades, anseios, medos, motivações, suscitado pela trama das

¹⁴⁹ SANTOS, S. Herdeiros de Zumbi, op. cit.

¹⁵⁰ SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**; experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

relações sociais nas quais ele se constitui.” Assim, num determinado grupo é possível identificar carências materiais – necessárias à manutenção e reprodução – e simbólicas – nas quais se reconhecem e ancoram sua dignidade. Porém, antes dos discursos, ou seja, antes da formulação concreta, existem de forma latente, *virtual* – como afirma o autor. De acordo com a situação vivenciada pelo grupo – ou por indivíduos do grupo – as demandas/necessidades serão nomeadas e objetivadas. Se tornarão conhecidas e específicas.

*É através dos discursos que a carência virtual de bens materiais se atualiza numa carência de casa própria ou de um barraco, de sapatos ou de vestidos, de feijão com arroz ou de carne-de-sol, de escola para os filhos ou televisão. É através dos discursos que a demanda do reconhecimento da própria dignidade pode ser satisfeita por meio do trabalho árduo ou da preservação do fim de semana para pescar, da liberdade individual ou da integridade da família, do culto religioso ou da liberdade política.*¹⁵¹

As “fomes” mudam, as necessidades se transformam. São acrescentadas de acordo com o imaginário social. Feijão ou o tênis da moda? Se vestir apenas ou se enfeitar com uma calça de grife? Qual o limite do desejo e da necessidade? Atualmente, as notícias de “corrupção” nos quilombos da região têm aumentado. Não aparece na grande mídia, mas têm preocupado as famílias e os grupos organizados que atuam na região.

No dia 13 de novembro de 2005, em visita à paróquia de Iporanga, chegou a notícia de que um grupo, no mínimo bizarro, havia sido preso pela polícia federal naquela madrugada: dois homens num *Land Rover*, três meninas quilombolas – menores de idade – e uma certa quantidade de drogas.

O padre afirmou que, “de uns tempos para cá”, acontecem casos semelhantes. “Várias pessoas estranhas vêm me perguntar como se faz para chegar nos quilombos... eu digo que quem quiser saber que procure sozinho, pois eu não vou ficar levando gente que não conheço para dentro das comunidades.”

Os antes “conformados quilombolas” não querem mais ser vistos como os pobres do lugar. Alguns procuram o caminho que consideram mais fácil. O tráfico e a prostituição aparecem como as soluções possíveis para os jovens que não querem

¹⁵¹ Idem, p. 59.

mais chegar à escola de chinelos ou se apresentar na cidade sem a roupa de marca. As soluções propostas pelas ONGs e pela Igreja parecem muito lentas para a normal pressa juvenil de conquistar o mundo.

Em 1997, nas despedidas após o almoço no quilombo, oferecemos o que tínhamos: chocolates, bolachas, iogurtes, sucos de caixinhas. O Sr. José de Paula não aceitou para que as “crianças não ficassem mal acostumadas”.

Como se formam os bairros rurais.

Como apontado no capítulo anterior, os deslocamentos populacionais na região ocorreram com frequência desde o início da colonização. Os ciclos econômicos (apresamento e escravização de indígenas, a busca do ouro, a lavoura de arroz) atraíram grandes contingentes, que tentavam a sorte e inchavam as vilas e seus arredores, ávidos por trabalho e enriquecimento.

Por outro lado, a falência de cada um dos ciclos ocasionava a fuga – senão total, parcial – dos colonos. Quem tinha escravos debandava com toda a propriedade ou a deixava pelos caminhos – já que não havia como garantir a sobrevivência de todos com os poucos recursos de quem procurava outras paragens nas minas recém-descobertas. Outros contingentes, sem dinheiro ou vontade para pôr o pé na estrada novamente, deixavam-se ficar a espera de novas oportunidades.

Ao longo das estradas abertas pelos tropeiros também se juntava muita gente. No auge econômico havia tantos escravos que muitos escapavam para o mato, sozinhos ou em bandos – na surdina ou após luta com mortes nas fazendas da região.

Era um grupo escondido aqui, uma família acoitada acolá... mais adiante uns roceiros que caçavam um preazinho de vez em quando. O tempo vai passando, até não ser preciso mais se esconder. Ir, então, à vila buscar o que falta... levar o que sobra... quem sabe trocar por um “trem” de necessidade ou até mesmo por algum dinheiro.

As mulheres fiam, costuram, cozinham, vão à roça.

Os homens vão à roça, caçam, pescam, constroem a casinha, cuidam dos animais.

As crianças brincam aprendendo que é tudo o que vão fazer quando crescerem... então já o fazem agora.

Sempre tem festa... ajudam o compadre que precisa erguer a casa, encher o paiol com a colheita antes da chuva... rezam para a padroeira trazer bons ventos, prosperidade, bom casamento... todos choram, oram e enterram os mortos que são de todos... festejam os nascimentos, que é de praxe... A mão-de-obra utilizada é a familiar.

A maioria dos autores que estudaram o problema da civilização caipira e dos bairros rurais, partiu da consideração de que o sítio tradicional, isolado em seu grupo de vizinhança, permanecia afastado da economia regional e do contato com a cidade, ‘marginalizado’. (...) tal isolamento não exprimia a realidade. Os sítios tradicionais, como os modernos, estavam em constante circulação dentro de uma região, solicitados a sair de seus bairros ora pelas atividades econômicas, ora pelas práticas religiosas, mas servindo-se de todos os pretextos para não ficarem isolados dentro de seus grupos de vizinhança.¹⁵²

Se, de sua própria vontade, não gostam de se isolar, as circunstâncias sociais, muitas vezes ao longo da História, os obrigam a isso. No caso ora estudado, o medo da reintegração como propriedade de outrem (no tempo da escravidão) obrigou homens e mulheres ao isolamento. Posteriormente (após a abolição) o preconceito se encarregou de mantê-los afastados durante um bom tempo ainda.

¹⁵² QUEIROZ 2, op. cit.-1973, p. 30

Para Silva Queiroz, o isolamento dos roceiros do Vale do Ribeira deveu-se, em grande parte, pela cor da pele e discriminações sentidas durante muito tempo – resquícios da escravidão. Apesar de notar que havia muitos mestiços e brancos entre os habitantes de Ivaoporunduva e de que sua cultura possuía traços dos costumes africanos “juntamente com os de origem indígena e portuguesa (e, por isso mesmo, de difícil identificação) e que, por isso, integram o que se convencionou chamar de ‘cultura caipira’ ”¹⁵³, o autor complementa:

*Mas, se tradições culturais às vezes se perdem com facilidade, o negro da pele permanece ao longo de sucessivas gerações, em tons variados, apesar da miscigenação. A impressão que se tem é que a cor da pele raramente ocasionou problemas para os moradores durante o período em que o bairro manteve-se isolado e distante de outros núcleos populacionais mais densos.*¹⁵⁴

Para o autor, o preconceito racial foi o principal motivo que impediu a integração desses grupos durante tanto tempo. Não descartando outros problemas, como os de deslocamento motivado por fatores geográficos e precariedade dos transportes, Silva Queiroz aponta a discriminação como fator de isolamento, a partir de depoimentos colhidos na região. A criação da estrada facilitou a vida, mas, ao mesmo tempo, agravou as relações a partir do momento em que aumentou o contato.

*Quando alcançados pelos homens, idéias e coisas que caminham agora pela estrada, o confronto tornou-se inevitável: pretos, e também pobres por comparação aos estranhos, são agora eles os estranhos. São os ‘de lá de cima’, ‘os que têm seis dedos em cada mão’, ‘os que não trabalham’, ‘os que falam de maneira diferente’. Eufemismos... Raramente são os pretos de Ivaoporunduva, pois a etiqueta do brasileiro relativa às relações inter-raciais ‘põe ênfase no controle do comportamento de indivíduos do grupo discriminador, de modo a evitar a suscetibilização ou humilhação de indivíduos do grupo discriminado...’ (citando NOGUEIRA, Oracy. “Relações entre negros e brancos in Anhembi. São Paulo, abril, ano V, vol. XVIII, 1955, no. 53, p. 292.)*¹⁵⁵

Para Silva Queiroz, ainda, o estigma que atingiu os referidos grupos era duplo, pois além de “caipiras” eram “negros”, “certeza de difícil e dolorosa integração na sociedade urbano-industrial brasileira que tanto se empenha em explorar e discriminar pobres.”¹⁵⁶

Até os anos 50, as comunidades quilombolas do Vale do Ribeira realizavam trabalhos exclusivamente agrícolas cultivando arroz, feijão, milho, mandioca, cana-

¹⁵³ SILVA QUEIROZ, op. cit., p. 24

¹⁵⁴ Idem, pp. 25-26.

¹⁵⁵ SILVA QUEIROZ, op. cit., p. 30.

¹⁵⁶ Idem, p. 32.

de-açúcar, banana. A alimentação era complementada com a criação de galinhas e porcos, além da coleta realizada na mata, da pesca e da caça. O principal objetivo do trabalho era a manutenção da independência das famílias, mas esporadicamente um pequeno excedente poderia ser comercializado.

*O ritmo do trabalho, descontínuo e intermitente, ganhando intensidade ou diminuindo conforme as exigências do calendário agrícola e segundo as diferentes etapas da produção (roçar, plantar, colher, carpir, etc), permitia aos moradores (talvez mais aos homens, menos às mulheres) períodos prolongados de lazer e mesmo ócio. Aproveitava-se este tempo na organização e realização de festas, ou simplesmente para descanso, ou ainda na execução de tarefas que certamente não se identificavam com o trabalho propriamente dito: caça, pesca, coleta.*¹⁵⁷

Até aquele período eram identificados como “sitiantes tradicionais”¹⁵⁸ ou “camponeses”¹⁵⁹, vivendo como ditavam as circunstâncias e as necessidades sociais desde os tempos colonial – quando os sitiantes eram identificados como participantes de uma categoria intermediária situada entre os fazendeiros e os escravos – e pós-abolição – quando passaram a representar a camada localizada entre os fazendeiros e os trabalhadores sem terra. São características do segmento, ainda, a policultura; o cultivo de pequenas extensões de terra, embora tivesse vastos terrenos à disposição; o emprego de sistema de cultivo e instrumentos rudimentares. Sempre constituiu camada subordinada – econômica, política e socialmente – no âmbito da sociedade global.

Viviam, pois, assim os quilombos remanescentes do Vale do Ribeira até a década de 50 do século XX, mantendo uma acentuada autonomia em relação aos núcleos de povoamento próximos. Segundo o autor, assim permaneceram por cerca de 150 anos, desde o fim do período minerador até o início do extrativismo orientado pela indústria do beneficiamento do palmito. O cultivo da terra foi progressivamente sendo abandonado,

A procura do Palmito através de amplas parcelas de mata impôs considerável dispersão demográfica, abandono das roças e das criações e enfraquecimento dos padrões tradicionais de entreatajuda,

¹⁵⁷ Idem, pp. 58-59.

¹⁵⁸ Produtor rural que trabalha a terra somente com o auxílio da família; é responsável direto pela produção. Apenas ocasionalmente contratam empregados remunerados, ao contrário do fazendeiro. Pode ser proprietário, posseiro ou morador, arrendatário e parceiro. (idem, p. 64 – citando MÜLLER Nice L. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo, Boletim no. 132 da FFCL da USP (Geografia, 7), 1951, pp. 27 a 32)

¹⁵⁹ Camponês, no Brasil, é aquele que exerce a atividade rural por conta própria – apesar de nem sempre ser proprietário da terra. São produtores autônomos, não prestam serviços a terceiros, ou seja, fazendeiros, usineiros, empresas da produção agrícola. O campesinato brasileiro é formado por proprietários, parceiros, arrendatários... que trabalham pessoalmente a terra, apenas auxiliado pela família (idem, pp 63-64 – citando PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira**. 5.ed. São Paulo, Brasiliense, 1977).

*sociabilidade e solidariedade grupais. As condições em que se cortava o palmito eram muito desfavoráveis: fixação em habitações precárias, exposição constante às intempéries, alimentação deficiente, isolamento, etc. Mais do que isto, esta atividade colocou toda a comunidade sob o controle do comprador de palmito, além de torná-la dependente de um único produto. Os demais produtos até então produzidos no âmbito do povoado (condição indispensável de sua auto-suficiência) passaram a ser comprados, e o vendedor, na maior parte das vezes, era o próprio comprador dos gomos da palmeira.*¹⁶⁰

As relações tradicionais sofrem, dessa maneira, o primeiro grande baque do século XX. Quanto mais os moradores se entregavam ao trabalho semi-escravo – seduzidos por ganhos relativamente mais fáceis do que o conquistado com a agricultura – maiores se tornavam as dificuldades para retornarem à situação anterior. Foram também introduzidos hábitos, necessidades e estilo de trabalho diferentes.

Em meados do século XX, as florestas paulistas já apresentavam estado avançado de devastação. Porém, o Vale do Ribeira ainda mantinha, como ainda hoje, grandes porções de mata nativa intocada que guardava riquezas ainda inexploradas. Por isso, a indústria do beneficiamento de palmito migrou para a região. Contava ainda, a favor do lucro dos empresários, a grande quantidade de mão-de-obra disponível, barata e facilmente cooptável, aproveitada com relativa facilidade no trabalho de coleta.

Interesses econômicos foram despertados e a expropriação de terras tornou-se intensa. Contribuiu para isso a

*disponibilidade de grandes extensões de terras inexploradas, praticamente desocupadas, cujo aproveitamento surgia como promissor e lucrativo. Na maior parte tratava-se de terras devolutas, ocupada por população rarefeita, legalmente desamparadas ou, quando muito, explorados por famílias portadoras de títulos de posse dos terrenos em que se estabeleceram há muitos anos.*¹⁶¹

Ao mesmo tempo, aumentam os problemas financeiros da população que vê, na venda de suas posses, solução imediata para problemas como dívidas, alimentação, doenças. Por outro lado, poderia significar paz diante do assédio do

¹⁶⁰ Idem, p. 70.

* Na atualidade, com as demarcações e titulações definitivas da terra, a agricultura tende a ser resgatada como principal atividade. Com o incentivo governamental, de ONGs e de setores da Igreja, roças de arroz, feijão, milho, mandioca, além de frutas e verduras têm sido incentivadas e intensificadas – inclusive para venda em grande escala e não só para sobrevivência do grupo. Tudo isso, além, é claro, da bananicultura tradicional da região – que, antes plantada em propriedades de fazendeiros, tem sido realizada em terras quilombolas.

¹⁶¹ Idem, p. 74.

fazendeiro que utilizava variadas artimanhas para vencer a resistência do trabalhador agrícola. O popular “abraço” – técnica de avançar as cercas sobre as “terras dos pretos” durante a noite – fazia o terreno do pobre “encolher” dia após dia; soltar animais na terra do vizinho indesejado estragava a plantação e sujava a água que servia para consumo humano; também valiam as ameaças pessoais ou familiares – através de jagunços ou advogados contratados.

*Assim, mediante a compra de ‘direitos’ de posse a preços irrisórios, e do emprego sistemático da técnica da grilagem, poder-se-ia contar, em reduzido espaço de tempo, com extensas propriedades, obtidas quase que gratuitamente. Além do mais, a população já fixada poderia ser aproveitada como mão-de-obra nos empreendimentos agropecuários que estavam sendo planejados, subsidiados por incentivos fiscais, apoiados em financiamentos ou em outros estímulos desta ordem.*¹⁶²

O estilo de vida havia, definitivamente, mudado. Recuperá-lo não seria fácil. As plantações e as criações estavam arruinadas devido ao período do corte do palmito; o trabalho assalariado, então, passou a ser imprescindível – cresceu a dependência em relação ao dinheiro e ao mercado para satisfação das necessidades básicas e das criadas pelo contato maior com a cidade (o que se verificará de maneira mais acentuada após a implantação da TV na região). A situação se intensificou com a abertura da estrada entre Eldorado e Iporanga e com a posterior implantação de uma linha regular de ônibus estabelecendo a ligação entre os dois municípios.

O ex-sitiante e seus filhos tornam-se empregados. Os jovens passam a buscar serviço até em outros municípios e regiões. Os trabalhos aos quais se submetem varia do doméstico à construção civil; de vigias de obras a balconistas. Poucos permanecem na agropecuária, a maioria prefere mudar, alguns chegaram aos centros urbanos mais modernos sem qualquer qualificação.

Atualmente os anseios dos jovens podem ser canalizados para o estudo superior. ONGs como a Educafro (cursinho pré-vestibular para afrobrasileiros e carentes – www.educafro.org.br) têm estimulado a entrada dos jovens nas universidades. O intuito é se graduar e regressar para aplicar os conhecimentos na reorganização das comunidades que hoje trabalham com agricultura orgânica, artesanato, turismo, resgate e manutenção da cultura ancestral e do espaço familiar e necessitam de agrônomos, turismólogos, educadores, médicos, advogados... jovens que estão estudando na Universidade Metodista de São Paulo, na Universidade São Francisco, na PUC e diversas Federais, Estaduais e Privadas. Mas nem todos retornam...

Com o tempo e a ampliação das comunicações, aumentaram também as exigências e mudaram as prioridades.

¹⁶² Idem, p. 75.

Para chegar aos quilombos há duas opções: o ônibus comum e o escolar. Este funciona de acordo com os horários de aulas – 7h00 chega em Eldorado com a turma do matutino e às 12h00 retorna para as comunidades, fazendo o mesmo às 19h00 e às 23h00. O outro sai da cidade às 11h30, retorna às 13h30 e volta aos bairros às 17h00.

O escolar também serve à comunidade não estudante – que não precisa pagar nada. Os jovens pagam com passe escolar de cores variadas – verde, amarelo e rosa – de acordo com a distância que viajam.

As professoras que trabalham nos quilombos, ensino infantil e básico até a 4ª série, costumam fazer o trajeto em condução particular – principalmente motocicletas.

Uma dona de casa quilombola conta que veio de São Paulo há onze anos, tem 28 e aparenta muito mais. Escolaridade? “Até a 5ª série”. Casada, mãe de três filhos. O marido é agricultor, mas não tem roça própria, trabalha para terceiros. Dois dos meninos freqüentam a “creche” – EMEI do Batatal, onde mora. Ela conta que toda quinta-feira uma médica vai até a comunidade, entra de casa em casa e leva remédios. “Mas prefiro os remédios naturais, caseiros, de ervas.” A comunidade tem bar, igreja e uma “fábrica de beneficiamento de palmito.” O que falta? “O que

precisamos mesmo é de um telefone comunitário e uma ambulância de plantão aqui.” Tem parabólica? “Tenho, tenho televisão” Ela gosta de todas as novelas, principalmente a do “homem cabeludo.”¹⁶³

Ela desceu no Batatal, onde mora, 22 quilômetros do centro de Eldorado.

A viagem continua.

No Sapatu, aquela mesma médica chega às quartas-feiras. “Se alguém passar mal ou sofrer algum acidente tem que esperar o ônibus ou ver se alguém por perto tem carro, o que é difícil”, fala o Sr. João. “Não, não tem telefone, estamos pedindo faz um tempão.”

D. Esperança conta que já fizeram de tudo. Mandaram cartas, o advogado do ITESP entrou com pedido, mas a Telefônica não quer colocar um telefone público. “Porque público é de graça, né. Se fosse para instalar em casa, já tinha chegado.” A senhora gosta de TV? “Gosto de assistir a Rede Vida, os terços, a missa...” “Assisto ao jornal para saber o que está se passando no mundo. Não podemos ficar isolados.” “Não gosto de filmes nem de novelas (...) principalmente a do ‘cabeludo’ (...) é muito violenta e tem muita ‘amassação’.”

O Sr. Odir, como vários outros, está na fila da aposentadoria. Há quatro meses está tentando regularizar sua situação junto ao INSS. Quando não falta documento, é o nome que está errado ou a data de nascimento que não bate. Ele mora no André Lopes e estava acompanhado da nora de 21 anos e do neto de três. Ela nasceu no Nhunguara, estudou até a 4ª. série e é dona-de-casa. O que falta na comunidade? “No geral falta emprego, serviço para quem quer trabalhar. Mas a prioridade é um telefone.”

Na comunidade Ivaporunduva tem um telefone via rádio. Não o vi, mas utilizei seus serviços quando liguei para tentar marcar uma entrevista. O dia estava bom, mas se ouvia mais os chiados do que a voz do interlocutor... e dizem que quando o tempo está ruim fica pior.

Como não consegui marcar a entrevista, resolvi ir assim mesmo. Esta viagem é para isso.

¹⁶³ Quando da entrevista, junho de 2003, *Kubanakan*, da Rede Globo, era a novela que mais fazia sucesso – e, lá, era chamada assim: a novela do homem cabeludo. Houve também referências a *Carrossel*, do SBT (a novela das crianças) e *Mulheres Apaixonadas*, Rede Globo (a novela das mulheres).

Depois de mais de uma hora de viagem, num ônibus razoável e estrada idem, caminha-se por uma estradinha de terra, entre as bananeiras. O nível do terreno vai baixando e ficando mais úmido até chegar à beira do Rio. O barqueiro tem que contornar as pedras, evitá-las. Por isso não se atravessa em linha reta. A correnteza é muito forte. Quando é barco a motor é mais fácil. Ele já está acostumado, a população já está acostumada. Aquela médica... provavelmente também já se acostumou. A canoa é um problema, tem que ficar de cócoras e segurar as bordas para não virar... ou de joelhos, com as pernas abertas, para manter o equilíbrio.

D. Pedrina, segurava o filho rechonchudo de 8 meses, entrou no barco sem nem se abalar – estava de tamancos; sua mãe carregava as compras. Depois foi entrando um grupo de mulheres e jovens que vinham da escola. Uns virados para frente e outros de costas “para equilibrar”. Mesmo neste trânsito, ninguém pára de conversar. “O que falta pra gente é um telefone, porque este que tem é muito ruim. Poderia ter um posto de saúde permanente. Agora acho que vai melhorar com a construção da pousada!” Tem muita parabólica? “Eu tenho, minha televisão é colorida.” O que a senhora gosta de ver? “Tudo.” Novela? “Todas. Aquela das crianças...” (*Carrossel* era a mexicana da vez naquela época) Do SBT? “Isso.” D. Maria gosta de todas, menos daquela “das mulheres” (*Mulheres Apaixonadas* – Rede Globo, 2003) porque é “muito chata”, “tem muita choradeira.” “Gosto mesmo é daquela do cabeludo.” Todas riem. “É dessa que eu gosto também!” Todas concordam... era um sucesso, talvez, maior que o Marinho.

Era dia de festa no Ivaporunduva. Dia 12 de junho. Missa, fogueira e roda para quem quiser dançar. Não se falou, mas deduzimos que fosse homenagem a Santo Antônio. “Vamos!”

Aproveitamos pra conhecer o pessoal da família Marinho (dizem que a maior concentração de *Marinhos* está lá). A senhora conhece alguma história, lenda? “Não conheço muito não... mas lá tem lobisomem!” É? A coisa está ficando interessante!

O marido de D. Pedrina é funcionário da Prefeitura. Em casa ela tem parabólica, TV 14 polegadas, mas não tem banheiro. “Só na casa da minha cunhada, lá atrás, ou na Escola, lá para cima.” O Pingo, seu filho de cinco anos, não quer ir

para São Paulo. “Lá tem muitos carros, eu tenho medo.” Viu na TV. Aqui tem lobisomem, Pingo? “Tem sim, eu já vi.”

Na comunidade, antes de mais nada, pediram que fosse à Associação de Moradores para conversar com o Setembrino, o presidente. Enquanto ele não aparecia conhecemos o Nilton.

Nilton não é quilombola. Branco, baixinho, magro. Guia Turístico. “Ex-palmitreiro arrependido, agora sou ecologicamente correto.” Membro da **Associação dos Monitores Ambientais de Iporanga e Região**. “Fiz o curso lá e hoje estou aqui acompanhando uma excursão de cinquenta pessoas.” Podemos ficar com vocês? “Claro.” Como funciona para entrar aqui? “O grupo que organiza o quilombo tem que aprovar em uma reunião. O interessado em entrar tem que fazer um pedido, um ofício, explicando o que quer fazer. Se é grupo de escola ou turista... é assim. Eles cobram cem reais de cada grupo que entra. Esse dinheiro é para a Comunidade tocar seus projetos: artesanato, o selo orgânico da banana, a pousada em cima do morro...”

Até a década de 60, as dificuldades de deslocamento impediam que moradores das comunidades se dirigissem sempre a Eldorado. Era através do rio Ribeira, e por ocasião da Páscoa, que os quilombolas aportavam na cidade – depois de reclusão absoluta de três meses devido ao período das cheias que vai de dezembro a março. Iam em busca de sal, querosene, tecidos.

Segundo registros do início do século passado, entre Eldorado e Ivaporunduva havia a distância de dois dias pelo rio.

As embarcações que o percorriam (canoas rústicas, feitas de troncos de árvores escavadas, como ainda hoje se fabrica para os percursos mais curtos, ou então barcos maiores, empregados no transporte de cargas) levavam e traziam produtos, permitindo assim o estabelecimento de relações entre residentes do bairro e comerciantes itinerantes, embora raramente um morador partisse à procura de povoações mais distantes.¹⁶⁴

Já na década de 70, Silva Queiroz observa mudanças e nota que a lista de compras do quilombola havia aumentado. Sal, café, querosene, tecidos, açúcar, sabão, óleo, farinha, feijão, arroz, pilhas para rádios e refrigerantes deviam ser adquiridos mediante pagamento em dinheiro. O sistema de trocas de excedente agrícola estava morrendo... e a moeda necessária à sobrevivência devia ser adquirida mediante a venda da força de trabalho ao fazendeiro, ao palmiteiro...

Assim, antigamente o bairro se reproduzia produzindo valores-de-uso, trocando produto excedente por produtos 'estrangeiros'. Hoje, tenta-se reproduzir vendendo e comprando mercadorias – de um lado, a sua mercadoria: força de trabalho; de outro, a mercadoria

¹⁶⁴ SILVA QUEIROZ, pp. 53-54.

*alheia: meios de consumo – procurando inutilmente equilibrar o preço da força de trabalho de seus integrantes com o preço sempre mais elevado das mercadorias que vêm de fora: troca desigual, domínio de reciprocidade negativa (...); incorporação ao sistema capitalista (...). A dificuldade crescente em estabelecer um equilíbrio entre os recursos disponíveis e os gastos efetuados na aquisição dos meios de vida tem levado alguns moradores ao desespero. (...)*¹⁶⁵

Na atualidade o panorama é ainda diverso...

Na pesquisa para este trabalho constatou-se que ainda no final do século XX, no ano de 1997, uma senhora da comunidade Nhunguara ia a Eldorado a cada quinze dias para comprar sal, açúcar e fazer contatos na casa paroquial. Atualmente o

Para obter sucesso pesquisando em Eldorado é conveniente que se acorde bem cedo. Não por causa das distâncias, na verdade a cidade é muito pequena – o escritório do ITESP fica em frente ao hotel que, por sua vez, está ao lado do banco que é encostado ao restaurante –, mas porque as conversas não seguem os ritmos ditados pelos relógios, mas o tempo dos casos bem contados. Se quiser ouvir tudo e ainda utilizar o sistema de transporte que só funciona quatro vezes ao dia é melhor madrugar.

O primeiro contato em Eldorado foi com o ITESP em 9 de junho de 2003. Ao todo, quatorze pessoas trabalham na regional de Eldorado (Av. Castelo Branco – Centro). Doze de nível superior, **os analistas de desenvolvimento agrário**, e duas de nível médio, **técnicos de desenvolvimento agrário**. São todos concursados para o mesmo cargo, apesar das diversas formações: um zootecnista, dois agrônomos, uma assistente social, uma psicóloga, três técnicos agrícolas, um motorista, um secretário, um engenheiro eletricista, dois engenheiros florestais, um responsável técnico.

“É uma equipe multidisciplinar”, nos informam. E, ao que parece, subproveitada, posto que uma das funcionários, psicóloga, não conseguiu falar sobre nenhum projeto dentro de sua área que estivesse sendo desenvolvido junto às comunidades.

Ao chegar, e depois das apresentações, o visitante que se diz pesquisador é submetido a uma espécie de avaliação. Marca-se um horário em que todos, ou a maioria dos funcionários, estejam presentes e inicia-se a sessão de especulações e perguntas. É a condição para obter ajuda estadual naquelas paragens e o momento para também saber a situação em que trabalham aqueles funcionários públicos.

A reunião foi marcada para o dia seguinte, 10 de junho, pela manhã.

O ITESP está passando por um período difícil. Falta verba, a cota mensal de gasolina termina antes do final do mês. A reivindicação atual é por telefones comunitários para os quilombos. “Só no Ivaporunduva tem telefone via rádio. Mas muito precário. Tentaram colocar internet, mas o sinal é horrível, cai com facilidade”. Essa falta dificulta muito o trabalho. A demanda junto à Telefônica já dura quase dois anos e a montanha de papéis é absurda. “A gente faz o pedido. Eles negam. A gente entra com recurso. Eles alegam que é necessário comprovar um número mínimo de habitantes. Nós fizemos um censo de emergência no André Lopes – que é a comunidade mais central – mas também não aceitaram. Nós vamos continuar... não tem outra saída”.

Mesmo sem solicitação, todos começam a fornecer dados do Ivaporunduva – foi o primeiro a buscar seus direitos baseados no artigo 68 da Constituição... foi o primeiro do Brasil, com o apoio da Igreja católica...

Talvez porque todo “pesquisador” que chega ali queira saber primeiramente sobre esse quilombo. Virou uma espécie de paradigma entre as comunidades e estudiosos.

Depois informaram que o André Lopes, “a comunidade mais central, está a meio caminho entre Eldorado e Iporanga. Lá vivem 349 pessoas, uma a menos do que o necessário para implantação de orelhão; 78 famílias – levantamento de setembro de 2002. Já foi aprovada, e saiu em Diário Oficial, a implantação de uma escola de 5^a a 8^a série, o que vai facilitar muito o deslocamento dos jovens que, atualmente, vão até Eldorado, Itapiúna, Batatal.” Só falta sair do papel.

Todas as comunidades possuem escolas de ensino básico e algumas também ensino infantil, o que deve se generalizar rapidamente, pois as professoras já foram treinadas e estão assumindo seus cargos.

Muitos funcionários não moram na cidade. Uma funcionária volta para São Paulo todo final de semana e afirma que “não moraria definitivamente na região. Agora está um pouco melhor, mas antes tudo era difícil, só chegavam dois exemplares do **Estadão** na cidade. Se quisesse ler tinha que perguntar quem havia comprado e ver se podia emprestar. A recepção de TV, e mesmo de rádio, era péssima.”

Não há cinema na cidade, apenas uma videolocadora pequena; a biblioteca é minúscula – uma sala – e funciona apenas algumas horas por dia.

Alguns opinam que “a TV promove uma descaracterização da cultura quilombola. Há uma desvalorização do rural, do tradicional e a supervalorização da cidade grande, do consumismo. Um desrespeito ao modo de vida das comunidades. Não há filtros, tudo é absorvido, tanto o positivo quanto o negativo”. Para confirmar, citam os novos hábitos de alimentação e endividamentos cada vez maiores das pessoas. “Sem contar que, para conseguir parabólicas, eles se endividam, fazem sacrifícios. Muitas casas não possuem nem banheiro, mas querem ter antenas”.

Existem muitas entidades que trabalham com os quilombos, são ONGS e órgãos do governo. O **ISA** (Instituto Socioambiental) organiza trabalhos de desenvolvimento sustentável, incentiva os trabalhos artesanais e a bananicultura. O **SEBRAE** também incentiva a entrada no mercado através do empreendedorismo. O **ITESP** realiza empréstimos de sementes, desenvolve planos de ação e programas de fortalecimento das associações. O **MOAB** participa da resistência contra a construção de barragens no Rio Ribeira. O **Educafro** apóia a continuidade dos estudos e promove cursinhos pré-vestibulares para negros e carentes.

O pessoal do ITESP se sente responsável pela região e seus habitantes. Foi a primeira entidade governamental a trabalhar no local e a discutir a questão dos quilombos – quando o governo estadual decidiu fazer cumprir a lei Federal. Depois vieram as outras entidades.

Uma funcionária fala: “É até engraçado porque, no começo do trabalho, as crianças da comunidade, quando nós chegávamos, cercavam o carro e começavam a gritar: ‘os quilombos chegaram, os quilombos chegaram!’ É realmente uma noção de fora para dentro.” “Eles não sabiam a palavra, mas sempre souberam o que são...” A

maioria dos habitantes das comunidades negras da região não se reconheciam através da palavra quilombo, mas todos sabem das histórias do período de escravidão, das tradições trazidas pelos primeiros moradores. Mas existe ainda alguma rejeição à palavra. “Acho que os mais jovens evitam, não gostam muito. Não querem saber, pois fazem ligação com coisas ruins do passado. A escola influencia negativamente; os professores não estão preparados para tratar do assunto.”

Para suprir esta deficiência, grupos de moradores, ligados às representações de cada bairro e à Igreja, organizam trabalhos, festas, turmas de contadores de histórias que percorrem as escolas em dias festivos para lembrar, às crianças, suas origens recriando lendas, canções populares e falando da História dos antepassados.

Em datas específicas, pessoas da comunidade informam, grupos de quilombolas – ligados às pastorais, às associações comunitárias – vão às escolas para se apresentar para as crianças. Promovem ou são chamados em festas organizadas pelas escolas (principalmente em maio, Abolição; junho, festas de São João, São Pedro e Santo Antonio; agosto, mês do folclore; novembro, em lembrança de Zumbi do Palmares). Cantam músicas tradicionais, representam pequenas peças teatrais, contam histórias – para que as crianças não esqueçam suas origens.

Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Renato da Silva Queiroz descrevem festas que normalmente ocorriam em comunidades rurais. Solidárias, por ocasião da colheita; piedosas, em veneração a algum santo de devoção. Ocasionalmente por casamentos ou pagamento de promessas, hoje são apenas resquícios simulados nas escolas. É um acontecimento didático, que se faz como obrigação curricular. Sinal dos tempos...

Apesar da bateria de perguntas, os funcionários do ITESP não cumpriram a promessa de auxílio para chegar aos quilombos.

O combinado era, após a sabatina, ir com os funcionários às comunidades. Terça-feira é o dia de ir até o André Lopes, pegar a produção de leite e distribuir nas outras comunidades. Outra turma iria até o Ivaporunduva levar a técnica do INSS para explicar o processo para obtenção do benefício. O grupo do leite saiu rapidinho antes da reuniãozinha começar; o outro se levantou antes do término e disse que não

poderia se atrasar e que “existem outros quilombos... todos que vêm querem fazer trabalho com o Ivaporunduva...”

Mas eu não vim com essa idéia pré-determinada, eu quero é conhecer as comunidades, dialogar, ver o trabalho de vocês antes de decidir. “É, mas o carro ’tá lotado.” Então, ’tá! “Amanhã talvez seja mais fácil arrumar condução. Estamos aqui para ajudar.”

Certo, claro que sabemos disso. Amanhã a gente volta...

O negócio é correr para pegar o ônibus das 11h30..

Como é mesmo a história? No caminho de volta à estrada, o problema é lembrar o que se ouviu das pessoas que moram ali. Nem sempre dá para anotar enquanto se ouve um relato (caminhando, no barco ou no ônibus). E, muitas vezes, o gravador intimida as pessoas que, inibidas, podem deixar de relatar algo importante.

D. Sílvia Soares do Espírito Santo mora perto da Caverna do Diabo e é muito conhecida por ser uma grande contadora de histórias.

“Antes a gente nem sabia que negócio era esse de quilombo. Quilombola. Isso começou de uns tempos pra cá. Antes a gente falava que havia dois ‘povos’: o ‘povo dos índios’ e o ‘povo dos pretos’. Eu era do povo dos índios, me casei com o meu marido (já falecido) que era do povo dos negros e fui morar com ele no quilombo.”

A senhora conhece a história do Marinho? “Nossa, conheço essa e muitas outras.” Como é? “A pessoa ‘laça’ o índio bravo ou ‘encontra’ o Marinho (negrinho) na beira do rio e leva para casa para criar. E precisa amansar porque eles chegam muito bravos. Tem que amansar com sal.” Jogando sal neles? “Não! Dando comida salgada. Eles ficam mansos com comida de sal. Porque quem mora no mato não está acostumado a comer a nossa comida – come caça, que assa sem tempero nenhum. E quando acostuma com a gente ele fica em casa”. Ah!

A história do Marinho é uma espécie de alegoria do processo “civilizatório” pelo qual passaram essas pessoas ou seus antepassados. Para fazer parte do mundo dos “vivos”, entidades devem ser “materializadas”; para entrar no mundo dos “brancos”, os indígenas e negros descendentes de escravizados devem ser “civilizados”; para chegar ao ambiente “urbano”, os moradores da

roça devem “bater a poeira”. Passar por uma transição, por um ritual e ser “amansados” como dizem os moradores, “civilizados”.

Qual a origem da lenda do Marinho?

Gilberto Freyre¹⁶⁶ afirma que os antigos medos europeus empalideceram diante dos novos medos nascidos do contato com as populações indígenas, encontradas no novo território “descoberto”, e com os grupos negros que entraram no Brasil através do tráfico de escravos africanos:

*E o menino brasileiro dos tempos coloniais viu-se rodeado de maiores e mais terríveis mal-assombrados que todos os outros meninos do mundo. Nas **praias o homem-marinho – terrível devorador de dedos, nariz e piroca de gente**. No mato, o saci-pererê, o caipora, o homem de pés às avessas, o boitatá. Por toda a parte, a cabra-cabriola, a mula-sem-cabeça, o tutu-marambá, o negro do surrão, o tutu-gambeta, o xibamba, o mão-de-cabelo. Nos riachos e lagoas, a mãe-d’água. À beira dos rios, o sapo-cururu. Da noite, as almas penadas. (...)*¹⁶⁷

Esses foram os terrores que assombraram Freyre em sua infância pernambucana – próxima ao mar e cercada de riachos. Com a migração e a busca de novos horizontes – matos, serras e campos para exploração em busca de ouro, pedras

¹⁶⁶ FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro, Record, 2002.

¹⁶⁷ Idem, p. 383. [grifo da autora]

preciosas, criação de gado e caça de marruás e gente aquilombada – os colonizadores levaram consigo as histórias e lendas... adaptaram os *causos* ao sabor da região, mergulharam as assombrações nas águas que iam encontrando pelo caminho.

Assim, na beira do rio São Francisco (em toda sua extensão, de Alagoas a Minas Gerais) vamos encontrar o **Caboclo d'água**. Ilza Porto¹⁶⁸ discorre sobre esta entidade a partir de pesquisas bibliográficas e entrevistas com ribeirinhos. São várias as descrições:

Caboclo d'água, Negro d'água ou Moleque d'água vive, conforme credence popular, nas profundezas do S. Francisco e só aparece nas noites escuras para fazer diabruras e maldades. (...) (Edilberto Trigueiro, O folclore do S. Francisco);

(...)

De todas as entidades míticas do Rio São Francisco, a mais popular delas, sem dúvida, é o Caboclo d'água, baixo, bela musculatura e pele bronzeada. O Caboclo d'água é bem humorado, mas às vezes faz das suas, provocando prejuízos e até mortes. Bem tratado, presenteado de vez em quando com fumo para mascar, o Caboclo se torna benfazejo, ajuda nas pescarias, evita que o rio entre nos roçados, etc. Maltratado ou com indiferença, torna-se perigoso. (Wilson Lins, O médio São Francisco).

Luiz Gonzaga, cantor e compositor dos costumes da região nordeste, na letra de **Amanhã eu vou**, conta a história de “Rosabela, linda donzela” e do “Caboclo d'água [que a] levou” para o fundo da lagoa¹⁶⁹

Seguindo o curso das nascentes, desembocando em afluentes, a lenda chegou ao sudeste não se sabe como nem quando. Talvez nos navios que, no século XVI e XVII, atracavam no porto de Iguape para abastecer de escravos as minas de ouro ou as plantações de arroz da região de Xiririca (atual Eldorado); talvez através do tráfico interno de escravos que se estabeleceu, entre os séculos XVIII e XIX –

¹⁶⁸ PORTO, Ilza. **Lendas do Vale do São Francisco**. 1990. pp. 128-136.

¹⁶⁹ Era uma certa vez/ Um lago mal assombrado/ À noite sempre se ouvia a carimbanda/ Cantando assim:/ Amanhã eu vou, amanhã eu vou / Amanhã eu vou, amanhã eu vou/ Amanhã eu vou, amanhã eu vou/ Amanhã eu vou, amanhã eu vou/ A carimbanda, ave da noite/Cantava triste lá na taboa/Amanhã eu vou, amanhã eu vou/ E Rosabela, linda donzela/ Ouviu seu canto e foi pra lagoa/ E Rosabela, linda donzela/ Ouviu seu canto e foi pra lagoa/ A taboa laçou a donzela/ **Caboclo d'água** ela levou/ A carimbanda vive cantando/ Mas Rosabela nunca mais voltou/ Amanhã eu vou, amanhã eu vou/ Amanhã eu vou, amanhã eu vou/ Amanhã eu vou, amanhã eu vou/ Amanhã eu vou, amanhã eu vou.

após a decadência das usinas de açúcar nordestinas os negros tiveram que ser transferidos para o sudeste das minas ou do café. Os bandeirantes em suas idas e vindas, através da única via-expressa da época – os rios, como o paulista Tietê –, também aprenderam e contaram muito... reproduziram e aumentaram inúmeros pontos aos contos que ouviram.

No século XX o Marinho saiu das águas do Rio Ribeira de Iguape e passou a habitar o mundo mortal. Dizem que por causa de uma quilombola – mãe ancestral da família Marinho que vive hoje no Quilombo Pedro Cubas:

Às vezes a gente da terra captura gente da água, com redes, tarrafas, laços e cordas. Também é comum o negro d'água levar as mulheres da terra para o seu mundo. Há casos de homens e de uma mulher da água que foram capturados pela gente da terra. Quando isso ocorre, às vezes juntam-se à comunidade: casam, constituem família e se tornam, com o passar das gerações, parentes de todos¹⁷⁰.

Essa história se repete em vários outros bairros negros da mesma região.

“Quando ele é pego fica nervoso, tenta fugir, se agita muito. Mas com o tempo as pessoas amansam ele com comida de sal, cozida... garrafas de cachaça. Ele se acostuma... quem é que não se acostuma com o melhor? Ser bem tratado?... Ele acaba gostando e ficando. Entra para a família.”¹⁷¹

As lendas, que fazem parte da História Oral da região, não são descartadas pelos sociólogos e historiadores incumbidos de fazer relatórios aos órgãos demarcadores para registro de posse dos quilombos. Ao contrário, são aproveitadas juntamente com todos os documentos que podem ser encontrados em cartórios ou outros registros em igrejas ou particulares. Isso ajuda a demonstrar o sentido de pertencimento desses grupos à região. Eles sabem de coisas, construíram histórias e costumes comuns que se incorporam à realidade e servem para demonstrar o quanto a terra, o local lhes pertence.

Como “provar”, documentar, o ancestral escravizado, quilombola? E, assim, ter direito ao sonhado pedaço de terra seguro?

¹⁷⁰ RTCRCQ Pedro Cubas de Cima, op. cit., p. 36.

¹⁷¹ D. Sílvia, comunidade André Lopes – Eldorado, entrevistada em 12/01/2004.

Após a constituição, as comunidades e estudiosos iniciaram uma corrida aos cartórios, aos documentos históricos, aos registros civis buscando a comprovação.

[opinião de Clóvis Moura sobre remanescentes de quilombo] ...no texto das Disposições Transitórias não deveria ser colocado o problema dos remanescentes de quilombos. Deveria constar uma coisa assim como: 'territórios ocupados por negros durante mais de vinte anos, que esteja produzindo'. Porque conseguir provar que é remanescente de quilombo é muito complicado. O quilombo era uma organização ilegal, a documentação disponível é imprecisa, foi toda elaborada de fora, a partir de expedições que foram lá para destruí-lo. Muitas vezes também as povoações mudaram de lugar. Então me parece que o texto, no sentido de querer até valorizar o problema, de um certo modo dificultou. Deveria ter sido simplificado... toda lei que pode ser escrita com três palavras e contém seis, leva à possibilidades de interpretações variadas.¹⁷²

Aqui entra a contribuição da História Oral. O mais velho, muitas vezes, é a chave. Suas histórias, casos, canções cantadas nos serões noturnos, nos finais de semana, em dias de festa auxiliam sociólogos e historiadores na determinação de parentescos e origens perdidas. Um negro fugido que chegou primeiro ao local e se tornou Avô da comunidade. Uma Mãe distante que recebeu terras como herança e ali espalhou sua descendência.

As sociedades humanas (...) têm mitos de fundação, mitos comunitários, mitos de antepassados comuns, mitos que lhes explicam a sua situação no mundo (...) o ingrediente mitológico é tão necessário como o integrante material (...) os mitos sustentam a comunidade, a identidade comum que é um elo indispensável às sociedades humanas. Fazem parte de um conjunto em que cada momento do processo é capital para a produção do todo.¹⁷³

É Assim com a lenda do Marinho...

¹⁷² SANTOS, **Planeta Inquieto**, op. cit., p. 66 (a partir de entrevista concedida pelo prof. Clóvis Moura, em 10/07/1997, em sua residência).

¹⁷³ MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa, Edições Europa-América, sd, p. 28.

Mas existiu um Marinho verdadeiro na História Oficial, um certo Gregório – ex-escravizado que chegou à região ainda no século XIX – de sobrenome Marinho, que espalhou descendência pela região dos quilombos.

Um ex-escravizado assim como o Pedro Cubas...

QUARTO CAPÍTULO - Tradições e Juventude

Pedro Cubas foi quem formou o “povoado”, era um escravo fugido da fazenda Caiacanga – perto de Eldorado.

“Era um negro forte, entrou no mato, atravessou o rio e passou a viver aqui... foi juntando gente... gente que queria liberdade...”

* * *

Hoje, o rio se chama Pedro Cubas em homenagem ao primeiro ocupante da região. O rio recebeu seu nome e o quilombo por ele organizado também. Até hoje os moradores das comunidades Pedro Cubas e Pedro Cubas de Cima (divisão técnica apenas para facilitar o serviço dos técnicos do ITESP) reverenciam o fundador.

Depois dele, estiveram lá também Gregório Marinho, Bernardo Furquim, Manoel Dias, Cecília Pupo, entre outros. Os sobrenomes são hoje reconhecidos e denunciam a que família cada um pertence. Mas todos são meio aparentados entre si. No início da ocupação os casamentos (inclusive consangüíneos, entre primos, tios e sobrinhas) foram fórmulas

encontradas para garantir a posse da terra. Assim se alargou a ocupação. As posses foram garantidas pelo plantio e colheitas sucessivas.

*No relato da formação dos diversos bairros (...) torna-se evidente a posição de Ivaporunduva e também de São Pedro, como focos de ocupantes negros transformados em pequenos produtores rurais que, desbravando novos lugares através do trabalho, repovoaram a região após o declínio da mineração. Ainda que relativamente autônomos, esses bairros se articulavam através de relações de parentesco estabelecidas pelo pertencimento a uma mesma família ou através do casamento e compadrio. Assim é que muitas famílias presentes em Pedro Cubas de Cima tem parentes em várias outras comunidades de quilombos da região.*¹⁷⁴

Os diversos troncos familiares “povoaram a região desde meados do século XVIII. Nessas terras, outros moradores negros também foram entrando através da prática da cessão de áreas, forma de acesso à terra utilizada desde antes mesmo da abolição, através da qual as famílias negras já estabelecidas cediam parte do território ocupado para os recém chegados necessitados.”¹⁷⁵

No ano de 1857 Vicente Marinho registrou uma propriedade no **livro de terras de Xiririca**, “na paragem denominada penteadinho, no rio de Pedro Cubas”. Gregório Marinho, por sua vez, já havia registrado, em 1856, um sítio na mesma localidade, fazendo divisa com as terras de Miguel Antonio Jorge e Manuel Antunes de Almeida.

Os Marinho foram os formadores dos hoje denominados Sítio Cata Alta e Sítio Pai Romão. Depois espalharam descendência por toda a região. Na atualidade existem parentes dos Marinho em todos os quilombos...

... E todos garantem a manutenção da lenda sobre a formação da família.

* * *

Segundo contam, em ano incerto do século XVIII, naufragou na região um certo capitão-mór da ilha de São Sebastião de nome André Lopes de Azevedo. Não morreu no naufrágio, posto que nos livros da Freguesia de Xiririca consta como falecido e ali enterrado em 15 de junho de 1764, mas batizou a região com seu nome.

¹⁷⁴ RTCRCQ Pedro Cubas de Cima, op. cit., p. 16

¹⁷⁵ Idem, p. 17

André Lopes é uma comunidade quilombola que nasceu geminada à Nhunguara. Além das formas já descritas de expansão territorial dos negros estabelecidos no entorno (Ivaporunduva, Pedro Cubas, Sapatu, etc) é curioso notar que essa localidade foi povoada através da fuga dos recrutamentos para a Guerra do Paraguai.

Ao longo do século XIX, as investidas do Exército na região, visando aumentar a tropa, eram violentas e não poupavam sequer menores de idade, garotos entre os 10 e 17 anos. A situação se agravou durante a Guerra do Paraguai (entre os anos de 1865 e 1870), o que deixou a população mais apreensiva.

“Uma das dificuldades das autoridades locais era exatamente ‘arrancar úteis à lavoura’”. Isso já foi observado, no segundo capítulo deste trabalho, quando se relatou a necessidade de dar combate às formações quilombolas, existentes desde os tempos da mineração.

Os homens de “bens” se livravam oferecendo dinheiro:

*Apesar do entusiasmo com que foi aberta a sessão extraordinária da Câmara Municipal de Xiririca em 7 de setembro de 1865 conclamando os súditos a pegar em arma para a defesa da ‘Pátria em sua aflição’, as adesões foram, no mínimo, decepcionantes. O presidente da Câmara ofereceu uma parte de sua fortuna como contribuição, impedido de alistar-se declarando-se ‘cortado pelas moléstias e annos’. Os demais participantes também ofereceram-se para treinar, instruir e fardar os voluntários e recrutados, mas não nenhum deles alistar-se-ia, sugerindo-se ampla divulgação sobre as premiações em terras aos combatentes voluntários que retornassem.*¹⁷⁶

Porém, os “outros”:

*Principalmente os homens solteiros, sem família e desprovidos de terras, os negros, mulatos e pardos, ainda que livres e libertos, estariam entre a massa de recrutáveis para o exército. Esse contingente comporia as fileiras do exército, representando este um espaço social subalterno, formado em sua imensa maioria por homens livres não proprietários, recrutados mais por castigo que por qualquer vocação. A caserna seria o refúgio dos considerados desocupados, desqualificados e malfeitores, sobretudo, os negros.”*¹⁷⁷

¹⁷⁶ ANDRADE, op. cit., pp. 89-90.

¹⁷⁷ Idem, p. 90.

O povoamento inicial ou aumento de contingente de afrodescendentes no Vale do Ribeira (como Nhunguara , André Lopes e Sapatu) também deve ser analisado sob o ponto de vista das fugas do Exército que recrutava para os batalhões que combateriam na Guerra do Paraguai. “Constatou-se a ocorrência de famílias inteiras que se autodenominavam *Paraguaia*, utilizando o termo na condição de assinatura ou sobrenome.”¹⁷⁸

A caverna do Diabo [atração turística da região] teria sido “descoberta” – por esses fugitivos que a transformaram em esconderijo. Existem ainda muitos que se intitulam descendentes dos “Paraguaia”. Embora este parentesco não confira tanto *status* quanto aos Marinho...

É notório o caso dos irmãos José e Zeferino Vieira que passaram a ser denominados José e Zeferino *Paraguaia*, porque ficaram escondidos até o fim da Guerra. Depois se juntaram, pelo casamento, aos Furquim, estabelecendo o tronco familiar que até hoje povoa a região.

* * *

Quando contava 18 anos e trazia as costas feridas de tanto carregar pedras, Bernardo Furquim se juntou a outros quatro amigos (dois homens e duas mulheres) para ganhar o mundo.

Foram vários dias de fuga pela mata até encontrarem abrigo junto a uma comunidade de ex-cativos já estabelecidos em Pedro Cubas. Após serem alimentados, receberam a indicação de um local muito bom para a formação de outro acampamento, uma certa quantidade de mudas e sementes para começarem vida nova.

*Bernardo Furquim formou as comunidades de Barra do São Pedro e Lavrinha, atuais Galvão e São Pedro, respectivamente. (...) Foi pai de 22 filhos com mulheres de vários outros grupos. Seus descendentes contribuíram (...) para a extensão da malha de relações sociais e parentesco que já existia entre grupos de famílias negras estabelecidas na área. Uma de suas filhas, Ana Maria Furquim, casou-se com João Faustino, procedente do Nhunguara, que teria ficado escondido na Caverna do Diabo durante a Guerra do Paraguai. Maria Adelaide Pedrosa, uma das moradoras mais velhas de André Lopes, é bisneta de Bernardo.*¹⁷⁹

¹⁷⁸ Idem, 25.

¹⁷⁹ RTCRCQ André Lopes, p. 26.

O ITESP, em sua pesquisa visando dar subsídios para a demarcação de terras e comprovação da ocupação secular daquele espaço, reuniu documentação farta, registros de posses, batismos, etc, que comprovam a permanência no local destas famílias desde as primeiras décadas do século XIX. Mas as histórias familiares demandam mais tempo...

“As gentes foram se juntando em busca de proteção. Parentes e amigos que tombavam eram enterrados onde haviam vivido, amado, plantado, colhido. A terra se tornou sagrada.” Informa um quilombola.

“Estamos aqui há muito tempo. Se a barragem vier vai inundar tudo... não adianta indenização do governo. Vamos ter que sair daqui, ir para outro lugar. Não vai ser a mesma coisa.”

Alguns se vão, mas “o povo não sai da roça, da terra, porque quer ou porque viu na televisão, mas por necessidade. Não dá para criar filhos, hoje, cuidando da terra. Hoje, com a APA, temos que esperar a demarcação do local certo para plantar. Falta trabalho na cidade, então vai para outra maior procurar: Mogi-Mirim, Sorocaba, Registro...”

Muitos se vão, mas a maioria fica. Fica para preservar a terra, para manter a luta, para esperar os que ainda vão voltar.

Alguns dizem que a influência da TV leva os quilombolas a renegarem os antepassados e sair da comunidade. Mas a falta de incentivo dos poderes públicos e as investidas dos fazendeiros é que empurram o povo para fora das comunidades.

* * *

As possibilidades de trabalho para os moradores dos quilombos hoje são muito restritas. A venda da força de trabalho é a principal fonte de recursos para a grande maioria.

São empregados por fazendeiros, principalmente; pela prefeitura, em frentes de trabalho ou mediante concursos. Há quilombolas empregados no comércio de Eldorado; professoras da rede municipal de ensino; sítiantes que empregam outros quilombolas em suas roças e vendem nas feiras livres.

Coletar palmito, mesmo clandestinamente, é opção para muitos dos jovens. Artesanato é a tarefa que alguns exercem.

A não ser para os funcionários públicos, os artesãos que possuem barracas permanentes montadas na região turística da caverna ou na feira-livre de Eldorado (licenças expedidas pela Prefeitura), o serviço é esporádico e temporário.

Normalmente, as mulheres arrancam capins venenosos para o gado e os homens fazem roçadas e arrancam moitas dos pastos. Alguns homens se dirigem a fazendas da região do Vale, nas quais trabalham com gado, bananais, plantações de pinus ou em empreitadas na limpeza das linhas de energia elétrica ou na pintura de postes de luz, (...) Os rapazes menores de 18 anos são os mais procurados por empregadores de fora para o corte de palmito em outros municípios, inclusive no litoral norte de São Paulo, pois para estes a penalidade da lei são menores.¹⁸⁰

Os homens, principalmente desempregados ou aposentados, e as mulheres que permanecem em casa – hoje, geralmente as casadas e mais idosas – é que garantem a horta e a pesca. Muitos homens trabalham em fazendas próximas e voltam para casa todos os dias; outros, que trabalham em propriedades mais distantes, só retornam para o convívio familiar uma ou duas vezes por mês.

Em alguns casos, o casal com filhos pequenos se muda para a fazenda onde vai trabalhar e chegam a viver na itinerância entre fazendas por vários anos. (...) Em todos estes casos, normalmente, o pagamento é feito em diárias que variam entre R\$ 7, 00 e R\$ 10, 00 (dez reais). A oferta deste tipo de trabalho tem diminuído nos últimos anos, o que alguns moradores associam à crise econômica do país.

A venda de banana é outra atividade complementar. Os compradores-atravesadores encomendam e buscam a banana na comunidade. Aí, os problemas enfrentados são os preços baixos e a incerteza se a encomenda será buscada.¹⁸¹

¹⁸⁰ RTCRCQ Nhunguara, op. cit., p. 46.

¹⁸¹ Idem, p. 47.

Continua uma quilombola:

“Tem outro problema, os fazendeiros aqui só criam, não plantam. Às vezes não colocam cerca e a criação invade a roça, bebe a nossa água – que é para nossas crianças – e comem a plantação. A comunidade teve problemas, mas já resolvemos.”

“Aí, alguns quilombolas vão embora para sair dessa situação e as crianças aprendem os costumes de onde são criadas...”

Por isso ela não crê que os netos queiram voltar, mas acredita e torce para que Ezequiel e a mulher voltem para suas origens. Ela sabe que não existe um paraíso depois do morro. “A vida é dura em qualquer lugar para o pobre. Cada um tem que tentar fazer o melhor pela família”. Com união tudo fica mais fácil.

A TV e a antena parabólica foram compradas há dois anos. Na sua opinião, as famílias devem controlar o que as crianças vêem, horários, cenas... “Assisto ao jornal para saber o que está se passando no mundo. Não podemos ficar isolados. Temos que saber nossos direitos.”

Outra forma de engordar o orçamento e o artesanato, aprendido preferencialmente com a família – mãe e avó – mas também aperfeiçoado nos cursos promovidos por ONGs, Igreja e até por órgãos estatais como o ITESP. O mais tradicional trançar fibras de taboa e bananeira – o caule da bananeira é descascado e desfiado e posto para secar ao sol. O aperfeiçoamento introduzido pelos técnicos é passar verniz para impermeabilizar.

Na comunidade Sapatu moram 288 pessoas, 86 famílias. A eletricidade, que existe na região há 20 anos, chegou na comunidade “há 12 ou 15 anos, antes era lampião.”

“Na comunidade Maria Rosa, a eletricidade veio no ano passado. As coisas por aqui acontecem aos poucos. Temos que lutar muito”.

As civilizações africanas, no Saara e ao sul do deserto, eram em grande parte civilizações da palavra falada, mesmo onde existia a escrita, como na África Ocidental a partir do século XVI, pois muito poucas pessoas sabiam escrever, ficando a escrita muitas vezes relegada a um plano secundário em relação às preocupações essenciais da sociedade. Seria um erro reduzir a civilização da palavra falada simplesmente a uma negativa, 'ausência do escrever', e perpetuar o desdém inato dos letrados pelos iletrados (...) Isso demonstraria uma total ignorância da natureza dessas civilizações orais. Como disse um estudante iniciado em uma tradição esotérica: 'o poder da palavra é terrível. Ela nos une, e a revelação do segredo nos destrói' (através da destruição da identidade da sociedade, pois a palavra destrói o segredo comum).¹⁸²

Os africanos vindos ao Brasil, entre os séculos XVI e XIX, trouxeram a tradição da palavra falada. Situação potencializada pela proibição – no início – e pela dificuldade de acesso aos bancos escolares após a abolição e até nossos dias.

¹⁸² VANSINA, J. *A tradição oral e sua metodologia* in KI-ZERBO, J. **História Geral da África: Metodologia e pré-história da África**. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982. p.157.

As estatísticas demonstram que, das crianças matriculadas no ensino infantil (2005), apenas 8,4% são declaradas de “cor preta” (segundo classificação adotada pelo Ministério da Educação). Ver quadro abaixo.

Matrículas da Educação Básica, por cor/raça, segundo Modalidade de Ensino, em 30/3/2005

Fonte: MEC/Inep. Censo Escolar

ETAPAS/ MODALIDADES DE ENSINO	Total	% brancos	% pretos	% pardos	% outros
educação infantil	6.085.316	48,3	8,4	41,0	2,3
ENSINO FUNDAMENTAL	27.821.352	40,3	9,5	47,7	2,5
ENSINO MÉDIO	7.215.948	43,4	10,4	43,8	2,3
EDUCAÇÃO ESPECIAL	313.832	52,5	10,1	36,0	1,5
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	4.350.274	34,0	14,3	49,4	2,3
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	491.047	61,3	8,7	28,1	1,9
TOTAL	46.277.769	41,6	10,0	46,1	2,4

Nota-se, ainda, que nas séries superiores o quadro não se altera, a média se mantém em 8,7%. Só aumenta a presença de pretos no item *Educação de Jovens e adultos* (leia-se alfabetização – sinal de que algo não correu bem nos anos iniciais de vida escolar) cujo índice é de 14,3%.

Dessa maneira, não surpreende, na região quilombola, o gosto pela palavra, pela conversa.

Nos quilombos do Vale do Ribeira, até quinze anos atrás, o acesso à escola – existente apenas nas sedes de municípios – era muito complicado. Transporte público escasso, quem morava nas comunidades mais próximas ia à pé, cavalo, canoa. Hoje, existe o

ônibus com a regularidade dos horários escolares e toda comunidade possui escola infantil e de ensino básico I (até a 4^a. série).

Porém, se a situação melhorou relativamente, ainda não é a ideal. Os ônibus circulam na “pista”. Os estudantes do “fundo”, ou seja, aqueles que moram mais para dentro da mata, afastados da estrada, sofrem para chegar ao ponto.

O pessoal do ITESP apurou que, na comunidade Nhunguara, por exemplo, existem duas escolas de 1^a. a 4^a. série. A escola de 5^a. a 8^a. séries localiza-se em Itapeúna, a aproximadamente 20 km de distância. As crianças que moram nos sítios mais distantes, acordam por volta das 3h30 da manhã e caminham cerca de hora e meia para pegar o ônibus que sai da comunidade às 5h30 da manhã, sendo que as aulas somente se iniciam às 7 horas. Os alunos do ensino médio freqüentam a escola em Eldorado ou em Iporanga.

Durante a realização deste trabalho, no dia 12/07/2003, jovens do Ivaporunduva voltavam da Escola em Eldorado. Após descer no ponto de ônibus, caminharam cerca de 1 km até a beira do Rio Ribeira para atravessá-lo de barco até a comunidade. Dependendo do dia e da disponibilidade de combustível, a travessia pode ser feita em barco a motor ou canoa, a remo. Alguns jovens deixam o material perto da beira do rio – protegidos por plásticos ou lonas, em locais estratégicos para não molhar ou sujar, e pegam no dia seguinte quando voltam aos estudos.

Na escola de Eldorado, os alunos considerados “fortes” estudam em salas separadas daqueles denominados “fracos”¹⁸³. Os jovens quilombolas, e outros ligados a bairros rurais, geralmente ficam nas salas fracas.

Nota-se que, nesses quilombos contemporâneos, mesmo no início do século XXI, a oralidade prevalece ainda – como tem sido desde tempos ancestrais.

¹⁸³ O que parece um absurdo, e fere o bom senso, é uma prática comum nas salas de aula municipais, estaduais e até privadas. Isso ocorre, segundo experiência própria, em todo o território nacional. Segundo os “educadores” adeptos desse método, isso facilita o trabalho do docente que pode realizar atividades diferenciadas em cada sala e favorecer o aprendizado dos discentes. O que nem sempre – ou quase nunca – acontece. Ocorre, sim, a perpetuação da discriminação, a ampliação da baixa auto-estima (de professores e alunos, posto que após a formação das salas, no início do ano, os mestres mais pontuados – mais experientes e/ou melhor formados – escolhem primeiro as melhores salas, deixando aos colegas menos pontuados – e, portanto, mais jovens e/ou tidos como menos capazes – as salas menos interessantes. Isso que gera um ciclo vicioso de não querer estudar e não se esforçar para ensinar.

Vansina afirma que na África, mesmo com o conhecimento da escrita, a palavra falada era privilegiada. Nas sociedades escravistas, como o Brasil, esse costume de dialogar, para preservar conhecimentos, favoreceu sobremaneira a convivência e sobrevivência mental/psicológica dos negros aqui chegados. A quem era negada a possibilidade de conhecimento através das letras, muito foi útil uma prática que não previa, necessariamente, a utilização do código escrito para se manifestar e transmitir idéias, manter tradições e conhecimentos da vida.

Fórmula, como percebeu-se ao longo da confecção deste trabalho, que ainda é freqüente e favoreceu o encontro entre sujeitos proposto no início desta trajetória.

As conversas com as famílias de quilombolas, representantes da Igreja, educadores, funcionários do ITESP de Eldorado fluiu bem, pois todos são habituados, por uma tradição visível em toda a região, a falar, a contar histórias... os “causos” das sociedades caipiras.

O presente capítulo expõe estes diálogos.

Herança quilombola que veio das senzalas e a elas chegou através dos navios negreiros, a tradição oral, segundo Hampaté Bâ¹⁸⁴, sofre preconceito “entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural.” Mas, continua,

*nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apóie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África.*¹⁸⁵

Isso também se pode afirmar dos quilombolas. O respeito às tradições, aos mais velhos, à oralidade. “A oralidade é uma atitude diante da realidade e não a ausência de uma habilidade.”¹⁸⁶ O que pode ser notado quando, apesar da frequência à escola, os costumes continuam a ser praticados, as histórias contadas, os antepassados reverenciados mesmo que, como reclamam alguns, a visita e convivência entre parentes e amigos tenha diminuído. Aliás, por influência da TV – outra forma de narrar, contar histórias, que valoriza a oralidade. Assim se preserva a

*sabedoria dos ancestrais, venerada no que poderíamos chamar elocução-chave, isto é, a tradição oral. A tradição pode ser definida, de fato, como um testemunho transmitido verbalmente de uma geração para outra. Quase em toda parte, a palavra tem um poder misterioso, pois palavras criam coisas. Isso, pelo menos, é o que prevalece na maioria das civilizações africanas.*¹⁸⁷

“Uma tradição é uma mensagem transmitida de uma geração para a seguinte”. Um comportamento, uma forma de ver a vida que justifique, que denuncie o pertencimento.

Assim, os estudiosos do ITESP, da Universidade, para contribuir com a lei que previa a titulação da terra aos que comprovassem a origem quilombola, tiveram que reaprender/renovar conceitos e práticas. Considerar o que antes era alvo de preconceito e prejuízo às suas teses: a ausência do documento escrito.

¹⁸⁴ HAMPATÉ BÂ, A. *A tradição viva*. In KI-ZERBO, op. cit., p. 181.

¹⁸⁵ Idem, *ibidem*.

¹⁸⁶ VANSINA, op. cit., p. 157.

¹⁸⁷ Idem, p. 159.

Aqui, as lendas também corroboram o pertencimento ao espaço.

Lendas que nascem juntamente com a ocupação da terra... da criação de laços afetivos entre as pessoas, a natureza e o sobrenatural que os ajudam a sobreviver e a se pensarem enquanto seres humanos.

Edgar Morin se auto-interroga: uma comunidade humana seria possível sem cimento mitológico?¹⁸⁸

A origem das tradições pode ser um testemunho ocular, um boato ou uma nova criação baseada em diferentes textos orais existentes, combinados e adaptados para criar uma nova mensagem.

*Tudo que uma sociedade considera importante para o perfeito funcionamento de suas instituições, para uma correta compreensão dos vários status sociais e seus respectivos papéis, para os direitos e obrigações de cada um, tudo é cuidadosamente transmitido. Numa sociedade oral isso é feito pela tradição, enquanto numa sociedade que adota a escrita, somente as memórias menos importantes são deixadas à tradição.*¹⁸⁹

Ninguém sabe a origem do Marinho, mas se pode dizer que este mito traz em si significados internos às comunidades – senão já teria sido esquecido. Ele confere identidade, demonstra o pertencimento do indivíduo à sociedade e vice-versa.

*As mitologias são narrativas (...) contam a origem do mundo a origem do homem, seu estatuto e seu destino na natureza, suas relações com os deuses e com os espíritos. Mas os mitos não falam somente da cosmogênese nem somente da passagem da natureza à cultura, mas também de tudo o que diz respeito à identidade, ao passado, ao futuro, ao possível, ao impossível, e de tudo o que suscita a interrogação, a curiosidade, a necessidade, a aspiração. Transformam a história de uma comunidade, cidade, povo; tornam-na lendária e, geralmente, tendem a duplicar tudo o que acontece no mundo real e no mundo imaginário para ligá-los e projetá-los no mundo mitológico.*¹⁹⁰

É um conjunto simbólico, imaginário e eventualmente real. Quem não pertence ao meio demora a entender, mas o significado de passar do mundo mítico para o real – a trajetória do Marinho, um ser encantado, talvez, impossibilitado de maiores esperanças –,

¹⁸⁸ MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Trad. J.M.da Silva. 2.ed. Porto Alegre, Sulina, 1999.

¹⁸⁹ VANSINA, op. cit., p. 159.

¹⁹⁰ MORIN, op. cit., p.175.

que assumir as venturas e desventuras de ser simplesmente “normal”, um mortal, exprime a própria trajetória do escravizado que, ao deixar o cativo, assume uma vida onde ele próprio pode decidir o seu destino.

Antes do Marinho sair das águas do Rio – ou antes do Gregório e do Pedro fugirem das senzalas – o que havia de importante no Mundo? No Vale do Ribeira?

E ser descendente desses heróis/ancestrais confere importância, mesmo que simbólica, a quem assume essa identidade e também àquele que conhece e se encarrega da manutenção da tradição.

Tem sempre alguém, no grupo, que representa o “guardião do conhecimento”. Respeitado na comunidade, é a quem os demais recorrem em caso de necessidade (material ou psicológico-religiosa), nas dúvidas sobre algum remédio ou indicação para uma entrevista.

Quando se esgota a conversa oficial nos órgãos institucionais – ITESP ou Igreja – e o bate-papo informal nos pontos de ônibus – ou dentro deles – vem a lembrança de alguém: “Fala com a Esperança, ela é do Sapatu... eu te mostro onde é, ela recebe todo mundo.”

Quando D. Esperança percebe que a conversa está ficando um pouco mais “política”, diz: “O Sr. Pedro mora ali adiante... e deve estar em casa agora.”

Os mais desconfiados indicam um “coletivo” inapropriado ou que custa a se juntar: “Espere a comissão de moradores... no fim de semana tem reunião na sede” ou “quem sabe sobre isso é a Associação quilombola” – mas esta é sempre a pior indicação, as instituições não guardam mais a espontaneidade de um descendente do Marinho... já passaram pelo filtro das “conveniências/convenções” sócio-políticas.

Mas todos, absolutamente todos individualmente, são porta-vozes da ancestralidade e tradição quilombola – aquela que se aprende vivendo e se modifica todos os dias para permanecer confiável... Mesmo os desconfiados, os medrosos, os discretos, os que têm vergonha de se identificar como quilombola...

O Marinho pode não ser verdade, mas também não é mentira...

A educação tradicional começa, em verdade, no seio de cada família, onde o pai, a mãe ou as pessoas mais idosas são ao mesmo tempo mestres e educadores e constituem a primeira célula dos tradicionalistas. São eles que ministram as primeiras lições da vida, não somente através da experiência, mas também por meio de histórias, fábulas, lendas, máximas, adágios, etc.

Os provérbios são as missivas legadas à posteridade pelos ancestrais. Existe uma infinidade deles.”¹⁹¹

Aqueles que possuem um pequeno sítio, cultivam bananas. Vendem para feirantes e fábricas de doces e salgadinhos (aqueles que parecem batatinhas fritas – chips). A comunidade Sapatu está implementando, em parceria com governo/ITESP uma pequena empresa de beneficiamento de banana, onde serão fabricados doces e salgadinhos. Isso será de grande ajuda aos Pereira e outras famílias que trabalham com a fruta.

Existe dificuldade na luta quando algumas pessoas não gostam de ser chamadas de quilombolas. “Tem gente que não gosta. Não quer nem ouvir falar.”

Outros, ao contrário, sentem orgulho de contar que é da quarta geração do Pedro Cubas, que é tataraneto do Marinho; que a terra foi conquistada com muita luta – é a terra da liberdade.

São dois problemas distintos que afetam as pessoas. O primeiro é político. Se dizer quilombolas e lutar ao lado da associação é admitir a titulação coletiva da terra. “Tem gente que quer sua parte para explorar/especular financeiramente.”

Os registros mais antigos se perderam nos fundos dos cartórios. Existiu uma época em que poucos se preocupavam com isso. Era muita terra. Era só plantar. Fazer o rodízio da terra, aguardar os anos necessários para renovar suas forças e plantar novamente. Mais

¹⁹¹ HAMPATÉ BÂ, op. cit., p. 194.

distante ou mais próximo da casa. Todos se alimentavam, a floresta era generosa e nunca deixou ninguém desamparado.

As comunidades quilombolas sempre se guiaram, informalmente – mais por tradição do que lei – num conjunto de regras hereditárias, por respeito aos ancestrais e aos descendentes, que proibiam a fragmentação do território comunitário. Essa era uma forma de garantir o trabalho, a alimentação, a sobrevivência e a descendência das famílias. Isso representava segurança para o grupo e garantia de manutenção da identidade.

No entanto, a produção agrícola sofreu uma diminuição drástica a partir da década de 1960, como já observado, por causa das restrições ambientais que atrelaram as comunidades à exploração ilegal do palmito. Com a diminuição da produção, e sem outras alternativas econômicas para os quilombolas, a terra passa por processo de mercantilização. Fazendeiros e grileiros de terras, atraídos pela construção de estradas e pelos incentivos fiscais para a implantação de agroindústrias, a partir da década de 70, chegam ao vale do Ribeira.

Nos momentos mais difíceis, quilombolas pressionados financeira, psicológica ou fisicamente, acabaram vendendo ou mesmo abandonando suas posses.

Foi em meados da década de 80 do século XX que pessoas estranhas começaram a chegar às comunidades.

As famílias que venderam seus direitos, ou suas porções de herança, fizeram a opção que, certamente, lhes pareceu mais razoável. Ou seja, preferiram mudar-se para perto da estrada e ter facilitado o acesso aos outros locais de trabalho a continuar morando em um lugar distante, no qual não poderiam mais praticar a agricultura.¹⁹²

Aconteceu no Nhunguara, no Sapatu, no Pedro Cubas e demais comunidades da região. Apareceram especuladores, grileiros de terra, advogados trazendo documentos que, até hoje, muitos não sabem se eram forjados. Por necessidade, muitos quilombolas permaneceram no local e foram contratados como funcionários e caseiros das fazendas que foram se instalando em seu território.

Na década de 1980, outros moradores do Sítio Pai Romão [na área de Pedro Cubas], descendentes de Edwiges Maria da Conceição [herdeira reconhecida do lugar], foram despejados a mando de Abel Bernardino de

¹⁹² RTCRCQ Nunhunguara, op. cit., 52-53.

*Santos, de Jundiá que (...) havia se apossado da terra. (...) Segundo os moradores, 'ele invadia e tomava a terra pela força, com capangas armados. Queimava as casas, houve mortes. Muita gente vendeu, de medo. Dito Chapéu foi despejado mais de uma vez, assim como Antonio Benedito Jorge e Adão Rolim Dias.*¹⁹³

De acordo com os moradores, o grileiro aparecia com a polícia de Eldorado e despejava todo mundo. Sem ter para onde ir, ficavam na casa de parentes em comunidades próximas. Muitos perderam lavoura, casa, móveis e ferramentas. Alguns passaram por esse problema várias vezes. Outros chegaram a morar na Favela Educandário, na Rodovia Raposo Tavares.

“Mas a situação melhorou bastante nos últimos anos”, afirma Pedro. “A organização, a luta. Tem o pessoal que ajuda – a paróquia, alguns advogados, mesmo o ITESP, que é do governo. A Associação nos fortalece. Sozinhos não somos nada”.

Por outro lado, ele reconhece, “tem o pessoal que tem vergonha, dizem que não querem voltar a ser vistos como escravos”. É, afirma ele, “uma questão “psicológica-pessoal que não pode ser ignorada”.

Isso é causado pelo preconceito? O pessoal por aqui sofre muita discriminação?

“A situação agora melhorou do ponto de vista legal. Estamos mais valorizados, nossa cultura está mais respeitada. Por causa da militância. Mas na cidade ainda tem gente que olha torto.”

Agora eles sabem se defender melhor. Ou conhecem quem pode defendê-los.

“Mas a juventude está cada vez mais distante da cultura. Sem ligação com os antigos. Não se faz mais como antigamente: sentar e conversar, visitar o compadre. Hoje, até se liga a televisão quando chega visita. Isso é a consequência do que se vê e ouve na cidade, na escola, na TV.”

Vejo que o senhor não tem TV nem parabólica?

“Não tenho nem tenho vontade de ter. Deixa os meninos preguiçosos. As histórias se perdem por causa da TV. Antes havia conversa ao pé do fogo. Agora, não. Os meninos chegam da escola e querem ver televisão.”

¹⁹³ Idem, pp. 18-19.

Algumas famílias, na região, aos poucos vão se rendendo.

Existem alguma forma de mudar o tratamento entre a população quilombola e o pessoal da cidade? Como os quilombolas se identificam hoje?

“Os quilombolas são os que vivem e tem tradição na terra. São descendentes dos primeiro ocupantes. O certo não é a cor, é o sangue.”

Ser ou não ser é, também para os habitantes da região, uma questão tão ou mais crucial do que foi para Hamlet. Porém, retomando Renato Queiroz (ver capítulo anterior), por mais que se tente ignorar – ou disfarçar – os que estão no meio rural são, em sua maioria, afrobrasileiros – mesmo o neto branco de D. Esperança. E, hoje, eles são, assumidamente, descendentes de escravos.

* * *

Durante a conversa, a tardinha chega e, aos poucos, as primeira estrelas começam aparecer. Os últimos raios de sol deixam a ponta do morro dourada. Um ventinho frio, que sopra dos lados do Rio, já anuncia a noite do Vale.

Se perder o ônibus dos estudantes noturnos, fica a noite inteira no escuro... no mato... no frio. É correr para pegá-lo.

No dia 11/06/2003, o passeio pela cidade leva até a casa paroquial, sede do **MOAB** – Movimento dos Ameaçados por Barragens. É lá também que se reúnem as pastorais da Igreja Católica. Num salão da frente realizam-se as festas e funcionou um curso de capoeira que não existe mais. As organizadoras da casa são as irmãs (freiras) Ângela Biagioni e Sueli Berlanga.

Naquele dia, cedinho, Ângela estava de plantão, enquanto Sueli havia saído para visitar algumas comunidades. Um corredor aberto, na lateral da casa, leva a um pequeno escritório nos fundos. Na salinha da frente, mesa com cadeira e máquina de escrever onde, geralmente, fica um jovem voluntário que ajuda a cadastrar famílias que recorrem à Igreja. A sala seguinte é uma mini-biblioteca com estantes onde se organizam livros que tratam sobre ecologia, a região do Vale do Ribeira e seus recursos naturais, construção de barragens, comunidades indígenas e, claro, quilombolas... além de fitas de vídeo sobre os mesmos temas.

Quando chegou na região, início dos anos 1990, a irmã Sueli já estava e representava a Igreja na luta pelos direitos das comunidades rurais.

“Os quilombolas são os primeiros ameaçados pela construção de barragens, suas terras estão muito próximas ao Rio, eles devem ter garantias. Nossa luta é neste sentido e também para a ampliação das consciências sobre raça e sociedade.”

Quer dizer que, antes, não havia consciência do que é ser quilombola/negro?

“Antes eram comunidades de negros, mas ninguém falava, ninguém comentava. Dizer negro era uma ofensa, havia muita discriminação. O pessoal olhava ‘torto’ para eles e eles desconfiavam da gente da cidade. Isso acontecia devido ao problema do isolamento. Hoje está melhor, mas ainda existe uma idéia de superioridade do branco em relação ao negro. E isso tem que ser trabalhado.”

A senhora fala do isolamento por causa da deficiência do transporte?

“Isso também, durante muito tempo. Mas o pior isolamento é o causado pela discriminação, se achar diferente, pior ou melhor. Perdura desde o tempo da escravidão, não melhorou muito com os anos. Temos que trabalhar muito ainda para combater isso. É trabalho de conscientização política, lutar pelos direitos...”

“Foi em Ivaporunduva, em 1991, que aconteceu o **primeiro encontro de para discussão sobre os destinos dos quilombos**. “Falou-se sobre questões da negritude, maneiras de valorizar a cultura, lutar por direitos.” A irmã Ângela participou como recém-chegada. A organização ficou por conta da **Educafro** e da Igreja católica. A irmã Sueli já estava na região há cinco anos, conhecia bem as comunidades e auxiliou o frei David – idealizador do Encontro que serviu para dar início ao resgate histórico da região e das comunidades.

“Era preciso dar uma motivação para a luta pelos direitos. A liturgia das missas era toda na tradição européia, e ninguém reclamava”

E isso mudou?

“Não. Em situação normal continua o mesmo. Mas em ocasiões especiais, as coisas são feitas de maneira diferente.” O importante é a consciência de que pode ser diferente.”

O que caracteriza o quilombo? Como vocês o reconhecem e eles se reconhecem?

“Claro, existem influências indígenas, algumas palavra são de origem indígena, a casa de pau-a-pique é influência dos indígenas com quem conviveram muito ao longo da história, mas eles têm modo próprio de agir, de falar. Os locais de construção são estratégicos e bem escondidos; o jeito de conviver e lidar com a terra e o rio... os costumes são de predominância negra/africana.”

Na realidade, as histórias sobre as fugas, a escravidão, as formas de construção e resistência ao longo dos anos, os ancestrais iniciadores das comunidades foram mantidas durante séculos. Reverenciadas, transmitidas através da oralidade. Mas a palavra quilombo foi reintroduzida no vocabulário local a partir da “Lei”. A necessidade de favorecer a luta, tomar posse definitiva e legal da terra levou a isso. Novamente, a nomeação chega de fora (como visto no primeiro capítulo e como se subentende na leitura de Renato Queiroz que, em sua pesquisa nos anos 1970, não fala em quilombos, mas em comunidades de “caipiras negros”). Outras denominações: terras de pretos; da irmandade (sempre consagrada a uma santo); dos ancestrais... raramente eram denominada quilombos.

A Associação tem cinco anos. Há 15 anos era **Associação de Pequenos Produtores Rurais**. Mas na enchente de 1997, os papéis de registro se perderam e precisou registrar novamente. A Igreja católica aconselhou que se registrasse, então, como **Remanescente de Quilombo** para fortalecer a luta.

A Igreja é muito ativa nas comunidades.

“As comunidades participam bastante da Igreja, das pastorais... Hoje, nas pastorais, eles se organizam, se mantêm unidos para a luta, conversam não só sobre questões religiosas. Todas as comunidades caminham sem o padre ou a irmã. Agentes pastorais leigos se encarregam da manutenção da fé e do trabalho. Temos as pastorais da criança, bíblica, litúrgica, etc – em cada comunidade uma predomina, mas sempre há representantes.”

As pessoas das comunidades são bastante pacíficas. Quem anda pela região – e eu fiz isso durante um dia inteiro – percebe. Ninguém deixou de atender bem, de abrir a porta. Recebem com familiaridade, como velhos conhecidos...

“É verdade. Eles são simples e acolhedores, o que chega a ser um perigo. Eles recebem todos muito bem. Não vêem o perigo como na cidade. Há alguns meses, um grupo veio, se instalou, visitou a região se hospedando nas casas da comunidade, depois foi embora. Comeram, beberam, viram as cachoeiras e foram embora, ninguém soube mais de

nada. Perguntamos às pessoas e nos disseram que não os conheciam. Provavelmente eram turistas que se aproveitaram da ingenuidade das pessoas, mas poderia ser gente perigosa.”

Os fazendeiros da região... como convivem com a proximidade dos quilombos? Existem litígios por causa da terra?

“Pode-se dizer que, aqui, os fazendeiros são mais calmos do que em outras partes do país. Mas os fazendeiros invadem, colocam peões para intimidar, ameaçam. Em São Pedro um quilombola foi morto em 1982. Depois disso, o índice de violência física foi diminuindo. Mas ainda permanecem as ameaças, intimidações psicológicas que também tendem a diminuir depois da “Lei”, da conscientização e busca de direitos. Agora todo quilombola sabe que pode contar com o esforço da Justiça.”

A TV prejudica os encontros, as festas? Alguns moradores estão muito preocupados com o aumento do número de aparelhos.

“Todas as comunidades têm festas. A TV não impede que elas aconteçam. Agora, no mês de junho, várias já estão acontecendo, são as mais tradicionais aqui da região. Santo Antônio, São João, São Pedro.”

Mas a preocupação é grande...

“Existem tradições que não se perdem. Há famílias negras que se mantêm no local conquistado pelos antepassados até hoje. Todos se conhecem, se ajudam, não tem desconfiança de ninguém. Vivem, normalmente, sem medo, sem grandes preocupações. Mantém seus costumes, suas tradições. Isso a TV ainda não conseguiu destruir.”

“Eles plantam, colhem preservam a natureza. Seu relacionamento familiar é exemplar, no quilombo não há criança abandonada nem velho desamparado. Assim eles vão vivendo, assim querem continuar existindo.”

Mas plantar, colher e manter a vida como “sempre foi” está meio impossível, não?

“É verdade que tudo muda. Com relação às roças, por exemplo, o **Parque Intervales** e as autoridades desconsideraram que se a Mata Atlântica está preservada até hoje é porque os quilombolas contribuíram para isso. Vivem e sobrevivem da natureza. Fazem parte dela.

* * *

A hora do almoço chegou e, durante cerca de duas horas, a cidade funciona com força mínima.

Com relação às escolas da região, o ideal é conversar com os diretores e, principalmente com as professoras de educação infantil – só possível de serem encontradas juntas na HTPC (reunião pedagógica) que seria realizada às 18 horas na EMEI Profa. Elisa Muniz Betim, onde todas eram lotadas independente de trabalharem na zona urbana ou rural.

Seria uma longa espera, ou não...

A irmã Ângela havia emprestado três fitas de vídeo – deveríamos devolvê-las no dia seguinte.

Como estômagos paulistanos não permitem almoço às 11 horas da manhã, resolvi assistir aos filmes e procurar as diretoras das escolas.

Na EMEI Profa. Elisa Muniz Betim agendei, sem problemas, uma visita para logo mais às 18 horas.

O plano de trabalho, no entanto, se transformou numa *via crucis*... com as fitas embaixo do braço... de porta em porta...

O aparelho de videocassete da casa paroquial estava quebrado. Tudo bem!

No hotel não tem. 'Tá certo!

A biblioteca pública está fechada. Mas informaram que nem adiantava ter esperanças. Preocupação!

Na única videolocadora da cidade, não pode.

O aparelho do ITESP está com defeito, falta de uso...

Quase perto do desespero, surge uma idéia: A Escola Estadual Profa. Maria Aparecida Viana Muniz.

O diretor não estava no momento, mas poderíamos aguardar. Agora, 12h30, o melhor era ir almoçar. Ele deveria chegar à escola perto das 13 horas, quando começaria o período vespertino.

Ele foi muito simpático, falou rapidamente das dificuldades da região e que sempre está pronto a ajudar quaisquer iniciativas ou propostas de melhorias para a cidade e para as comunidades. Os aparelhos, TV e videocassete, poderiam ser utilizados, desde que não atrapalhasse as aulas.

Por coincidência, uma professora de geografia ia passar parte de um dos filmes para alunos da 7ª. série. Para ganhar tempo, poderíamos assistir junto com a sala e, depois, ver o restante após a aula. Ótimo...

“A senhora poderia dizer umas ‘palavrinhas’ para os alunos?”

Claro!

Falei sobre os quilombos, o que era, a história, o que estava fazendo ali, a importância da pesquisa. Todos estavam sorrindo e prestando atenção. Muitos anotavam. Não vi ninguém que se parecesse ou se intitulasse quilombola. Seria a comprovação da denúncia feita no início deste capítulo? As salas para quilombolas eram separadas?

* * *

As pessoas, tanto da cidade como das comunidades, parecem relativamente satisfeitas com os estabelecimentos escolares e com as atuais possibilidades de estudo e progresso oferecidos. Os mais velhos se lembram de que há uns 15 anos era mais difícil.

Existem unidades de educação infantil em Batatal, Boa Esperança, Abobral, Margem esquerda, Ivaporunduva, André Lopes, Sapatu, Pedro Cubas, Poça, Nhunguara. Todas as comunidades possuem escolas de ensino básico (1ª. a 4ª. série). Há um movimento pedindo a implantação dos ensinos fundamental (5ª. a 8ª. séries) e médio (1º. ao 3º. anos) em pelo menos uma comunidade. A ideal, para começar, seria Pedro Cubas, a mais central, que permitiria a convergência mais fácil de alunos.

Os jovens que conseguiram terminar o ensino médio, contam com a ajuda da **Educafro** (cursinho pré-vestibular para negros e carentes). Naquela época, as aulas eram ministradas às quartas e quintas-feiras, à noite, e aos sábados pela manhã, no salão paroquial. Os professores e coordenadores do curso são voluntários. Não existem dados precisos, mas a irmã afirmou que “dezenove ex-alunos da **Educafro**, aqui da região, já cursam universidades. Faculdades como Metodista, São Francisco, São Camilo, Anhembi, UNIP, PUC têm convênios com a entidade. A Metodista dá 80 % de bolsa.” Para merecer a ajuda, além do vestibular, os alunos devem fazer uma prova de cidadania e apresentar comprovação de que prestam serviços comunitários e que seus estudos servirão para este trabalho.

Conversando com coordenadores em São Paulo, apurou-se que, atualmente, cinco quilombolas cursam faculdades na capital. Não houve precisão nas informações. No sítio do grupo (www.educafro.org.ber) não existem dados disponíveis a este respeito. Os dados transmitidos foram copiados de fichas manuscritas que, segundo disse o informante, poderiam estar desatualizados. E estavam mesmo.

Em 2003, a irmã Ângela informou que havia “um recém-ingresso na São Francisco e outros 14 concorrendo a bolsas dessa universidade” O cursinho era freqüentado por 55 alunos. Hoje (2006) não existem dados/acompanhamento sobre o destino desses estudantes.

Mas continua a esperança de que retornem para trabalhar pela comunidade.

* * *

18h00: hora de encontrar as professoras na HTPC. Nossa reunião começou às 18h30 para não atrapalhar a pedagógica.

Todos os dias, as professoras se deslocam para as comunidades Sapatu, Nhunguara e André Lopes, respectivamente. À noite, duas vezes por semana, fazem um curso de aperfeiçoamento na **Aldeia Cultural**, que é um centro de cultura e venda de artesanato local da cidade. O curso pedagógico é organizado pela Uniararas (www.uniararas.br) e consiste em teleaulas apostiladas com a coordenação de um tutor vindo da Universidade. É um curso de aperfeiçoamento de professores, faz parte de programa de participação da instituição.

Em conversa não muito animada – as professoras vinham de um dia de trabalho, duas horas de HTPC e se preparavam para a teleaula da noite – apurou-se que muitos trabalhos, na área de Educação, foram desenvolvidos na região. Houve uma pesquisa desenvolvida para edição de um livro didático, específico para as crianças quilombolas, em que as professoras participaram. Este trabalho teve o apoio do Governo Federal e a coordenação da antropóloga Heloísa Pires (consultora do MEC para o projeto **Vida e História das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Brasil**).

Consistiu de coleta de dados para escrever um livro ou cartilha – as professoras não conseguiram especificar – sobre a região. Se esse material seria usado em escolas quilombolas, também não souberam informar ao certo.

Por solicitação dos quilombolas, o MEC ofereceu capacitação para as professoras – com duração de 120 horas. As 60 horas-aula iniciais foram teóricas. No restante do tempo, desenvolveu-se um trabalho prático que consistiu de pesquisa de campo para obtenção de material (depoimentos, fotos, levantamento de dados) para elaboração da publicação. Esse trabalho foi solicitado devido à inexistência de material didático específico para comunidades negras rurais.

As professoras informaram que já há uma cartilha para os Kalunga, de Goiás e que a intenção era fazer uma para as comunidades da região do Vale do Ribeira. O curso deu ênfase à valorização das raízes culturais afrobrasileiras.

“Acho que vai haver um segundo curso”

Quando?

“Não informaram.”

Como foi este que vocês fizeram?

“Aprendemos a trabalhar na prática.”

E como é esta prática?

“A gente vai e dá aula.”

Existe alguma especificidade, alguma coisa diferente que vocês fazem para o aprendizado das crianças negras?

“Não, de jeito nenhum! Trabalhamos todas as crianças da mesma forma!”

Nesse ponto a conversa começou a ficar complicada. Como não faziam “nada” de diferente, se o curso foi realizado justamente para se trabalhar com esta diversidade?

Refazer a pergunta, eis a solução. Três vezes mais, de formas diferentes, e a resposta foi a mesma. Será que não estavam entendendo o meu ponto de vista? Algo não ia bem...

A única negra do grupo tentava participar o menos possível da conversa.

Talvez usando uma linguagem mais didática: Veja, eu sou negra da periferia de São Paulo. Fui à Universidade, aprendi um monte de coisas que tento aplicar nas minhas aulas na Zona Leste. Sei que a linguagem que falo aos jovens da periferia é diferente – tem que ser – da que utilizo na Universidade. A linguagem para a capital é diferente da que utilizo no interior. A linguagem que utilizo na rua é diferente da que uso com a minha mãe em casa. Ou seja, existem especificidades... Para o processo do ensino, então, isso é óbvio.

Paulo Freire aconselhava a utilização de termos que se aproximassem, o máximo possível, da realidade do educando. O Educador tem que fazer isso, perceber as sutilezas. Por isso há grande evasão escolar nas periferias, onde a quantidade de jovens negros é maior... e todos nós sabemos que os livros didáticos mais utilizados, e o treinamento dos professores em geral, não favorecem o entendimento e valorização da diversidade brasileira – histórica, social, étnica...

Isso para mim parecia lógico. Mas todas estavam caladas.

Olhei para a professora negra: o que você diz como negra?

“Eu...?” – olhar de súplica... ela estava visivelmente assustada.

Sim, nós negras percebemos melhor essas questões, suponho! Você não é quilombola?

“Não...”

Ah! Você foi criada na cidade?

“Não, eu sou da comunidade Batatal.”

E Batatal não é quilombo?

“É agora, mas nem sempre foi.”

Mas eu não estou falando de denominações, estou falando de cultura, de práticas, de vivências e convivências que aprendemos desde crianças... Ia começar outro discurso quando percebi que não adiantaria. Ela me olhava com uma cara pasma, quase desespero, e a minha não deveria estar melhor.

Nesse ponto convém lembrar o que Pedro havia falado, confirmado também pelo discurso da irmã Ângela. Nem todos admitem ser quilombolas, por várias razões. Ser ou não ser, às vezes, é um problema! Vergonha, medo da discriminação, de voltar às práticas do passado...

Mas a professorinha parecia desconhecer, ou negar, o fato de ser negra! Será que ninguém a havia avisado até aquela data? Ou será que o preconceito que sofreu ao longo da vida a empurrou para a negação de fato tão evidente?

De todas as entrevistas que realizei durante organização e finalização deste trabalho, foi a que mais permaneceu em minha memória. Por isso, termino com sua transcrição. Os questionamentos continuam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Terra da liberdade

Recife. Julho de 2003. Universidade Federal de Pernambuco. 55^a. Reunião Anual da SBPC. Algumas pessoas se surpreendem quando apresento o tema de minha pesquisa. Não por causa do assunto, lá também existem quilombos... mas pela localização: existem remanescentes de quilombos em São Paulo?

A imagem de São Paulo – “a locomotiva da nação” – vem fácil às mentes de qualquer brasileiro: as indústrias, os carros indo e vindo, os ônibus e o metrô sempre lotados e, agora, as facções criminosas que incendeiam, matam, assustam uma população que não respira... também por causa da poluição...

A mesma imagem que, hoje, os quilombolas do Vale do Ribeira (cerca de 240 Km da capital progressista) assistem em suas TVs.

- Você quer ir para São Paulo, Pingo?

- Não, eu tenho medo! Lá tem muitos carros... eu vi na televisão.

Hoje, o filho de D. Pedrina, deve assistir coisas piores... e ter mais medo ainda.

Tão perto é o Vale do Ribeira... mas tão distantes estão os quilombolas. Quem olha para eles?

*No ano de 1988, o Brasil se voltou para eles devido ao inusitado da redescoberta!. Clovis Moura afirmou que **remanescente de quilombo** é uma expressão que deveria se evitada. Mas porque, se foi ela que arrastou a questão para a ordem do dia?*

*Enchente também dá **Ibope** para a área:*

“A gente vive de teimoso... a gente insiste com a vida para que haja vida... Se for pegar a ciência e a técnica, a gente não vive, a gente passa! Não tem ajuda, nem do lado do prefeito, nem do lado do governador, nem do lado do presidente... Nunca teve ajuda... algumas pessoas podem até dizer que ajudaram. Nos últimos dias do mês de janeiro, por causa a enchente [do Rio Ribeira que inundou toda a cidade de Eldorado e adjacências], foi a primeira vez na história que apareceu muita roupa, muitos presentinhos, sapatinhos... mas foram pessoas de bom senso, de bom coração... nada de governo.”¹⁹⁴

Houve uma época que era tanto jornalista... tanto estudante... apareciam de repente, pegavam o que queriam (uma boa história) e iam

¹⁹⁴ SANTOS, **Planeta Inquieto**, op. cit., p. 61. (Depoimento do Sr. José de Paula França, sobre a enchente de 1997).

embora... rapidinho, assim, como haviam chegado. Sem cerimônia ou dores na consciência.

Mas agora os quilombolas querem mais.

No dia 20 de novembro de 2002, uma jornalista entrou em contato e pediu telefones e e-mails de pessoas, do Movimento Negro, que possam falar sobre o *de sempre*: lutas, conquistas, postura frente à questão das cotas para minorias nas universidades, etc, etc, etc. Informei tudo e fiquei disponível para quaisquer outros esclarecimentos.

Dias depois:

- Desculpe, mas a matéria não vai sair, fica para outra oportunidade.

- Tudo bem, estamos acostumados a viver de oportunidades – que na maioria das vezes nós mesmos criamos – e datas comemorativas.

Também há a esperança de que algum negro faça sucesso, apareça na “mídia” e se lembre de dizer algo que faça diferença para a comunidade. A pauta dos jornais não vem de graça.

Isso é ruim? Não. Mas também não é bom. É uma relação que, de tanto tempo, acabou acostumando! Não é possível reputar como normal uma relação que depende de “momentos” de interesse da sociedade. Falam sobre indígenas no 19 de abril, da luta contra

a discriminação no 13 de maio, dos quilombos no 20 de novembro... assim nunca falta pauta.

Os quilombolas contemporâneos, a exemplo dos companheiros da luta urbana que desde o início do século passado buscaram os jornais e revistas para suas reivindicações aprenderam a utilizar isso a favor de seus interesses. Nas “datas” em que as emissoras e jornais estão mais alvoroçados à procura de informação que recheie satisfatoriamente sua programação, eles aproveitam para mostrar a luta que sempre foi, é e será travada, organizada e vencida aos poucos... mas que permanece escondida e desinteressante nos “dias normais”.

As comunidades quilombolas nunca estiveram verdadeiramente isoladas (ver mapa histórico, anexo ao segundo capítulo), mas sempre sentiram o peso da distância a que eram submetidos pela sociedade do entorno, mesmo após a abolição da escravidão. Foi a partir da “redescoberta de 1988” que viram aumentar as chances de seus sonhos e reivindicações se tornarem realidade – através da luta pela inserção/visibilidade no mundo da comunicação, apesar das conseqüências da utilização tardia, por estes grupos, da tecnologia das mídias eletrônicas (rádio, internet, mas principalmente a TV).

Nas comunidades do Vale do Ribeira, alvo desta pesquisa, as antenas parabólicas – de dez anos para cá – foram fator decisivo para o aprimoramento das lutas, posto que favoreceu a inserção destes grupos “atualidade”. Pois no mundo globalizado não basta existir, é necessário mostrar a existência para que efetivamente se alcance a credibilidade. A forma de ver e discutir a vida e as suas necessidades foram modificadas, ir ao encontro de novas tecnologias e linguagens se tornou essencial para a (re)organização de discursos e lutas para conquista definitiva de suas terras.

Vários grupos minorizados (indígenas, negros, mulheres, homossexuais), nas décadas finais do século XX, aprenderam que não basta conviver com os meios de comunicação, atentaram para a necessidade de utilizá-los para dar visibilidade às suas lutas, inclusive evitando deturpações através de interpretações mal feitas por parte de jornalistas e pesquisadores leigos ou mal intencionados. Dos velhos tempos do “cacique grava tudo!” – depois deputado Juruna – chegamos à atual possibilidade de produção independente e transmissão nos canais sociais.

Durante o levantamento de dados para o curso de mestrado¹⁹⁵ contatamos grupos que, a partir do trabalho dirigido com o vídeo comunitário, se tornaram sujeitos de seus discursos e necessidades a partir do encontro, da busca conjunta, da apropriação verdadeira dos meios eletrônicos. Realizaram trabalhos de resistência à ditadura (1964-1985) e conscientização para a reconstrução política após a redemocratização do País.

A TV no quilombo, porém, ainda é utilizada principalmente como forma de lazer, após um dia exaustivo de trabalho – como, aliás, a maior parte da população do país. É também a principal fonte de informação e inserção no mundo. No mesmo período foram entrevistados técnicos do ITESP da cidade de Eldorado que informaram que uma grande dificuldade é encontrar o jornal do dia.

Segundo relato de funcionário do escritório do ITESP de Eldorado, na cidade só chegavam dois exemplares do Estado de S. Paulo que, muitas vezes, tinham que ser lidos na casa de quem o comprava primeiro, mediante empréstimo. A outra solução era aguardar os noticiários da TV... torcendo para que a recepção não fosse impedida pelos morros ou um mal tempo. Sem falar da inexistência de salas de cinema e a dificuldade de encontrar um aparelho de videocassete – problema que enfrentamos quando precisamos assistir algumas fitas emprestadas pela casa paroquial. O da própria estava quebrado; o do ITESP, após tempos de ociosidade, não funcionou; o da dona do hotel estava indisponível. Só encontramos aparelho em condições na escola de Ensino Fundamental da cidade. (relatado no capítulo 4).

Se tal dificuldade foi encontrada no pequeno núcleo urbano do município, o que dizer dos bairros afastados (quilombos)? Hoje, é impossível pedir para que as antenas parabólicas deixem de ser instaladas. A informação é necessária para a manutenção, inclusive, da luta para a conquista definitiva das terras.

Considero, aliás, que está na hora de um salto qualitativo na utilização das mídias eletrônicas: é hora de partir para a produção. Mas não sem antes estabelecer um olhar crítico sobre os programas já inseridos na grade televisiva e que chegam aos telespectadores.¹⁹⁶

¹⁹⁵ SANTOS, Sandra. **Vídeo Popular e Democracia (estudo comparativo de dois casos – Brasil e Chile)**. São Paulo, PROLAM-USP, 1999. (Dissertação de mestrado).

¹⁹⁶ Existem ensaios de produção própria, mas ainda coordenados por agentes/militantes de fora das comunidades. Produtores e cineastas oriundos, principalmente da capital, ainda falam **sobre** quilombos. Ainda não há o exercício dos quilombolas falares para si e para o mundo, em produções independentes.

A mesma Carta Magna já citada, em seus artigos 215 e 216, prevê que O Estado deve garantir “o **pleno exercício dos direitos culturais** e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização das manifestações culturais (...) populares, indígenas e **afro-brasileiras.**” E que “Constituem **patrimônio cultural brasileiro** os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem (...) as formas de expressão [e] *os modos de criar, fazer e viver; (...)*

Apesar da bela retórica que embala a lei, ainda há uma dificuldade na concretização de ações que a implementem. Apesar dos discursos e trabalhos de grupos (independentes e ligados ao governo), ainda faltam iniciativas que tornem tudo isso mais evidente na vida dos quilombolas modernos.

Por outro lado, já seria um bom começo se se exigisse das mídias comerciais que apurassem suas pesquisas e brindassem o público com um material de melhor qualidade e culturalmente mais plural, ou seja, dar maior visibilidade aos interesses de certos segmentos da população que, aos poucos chega ao mercado “consumidor” de imagem e, portanto, de bens compráveis – se é que somente esse é o parâmetro tomado pelas emissoras, e parece que é...

Possuir, então, antenas parabólicas e melhor acesso às imagens do mundo não é um mal em si – como querem alguns militantes entrevistados ao longo desta pesquisa. O necessário é o aprimoramento da recepção dessas imagens, através de discussões, debates e análises e, posteriormente, interferência di

14 de julho de 2006. Começo a escrever estas últimas linhas deste trabalho. Mas sei que ele não está terminando. Assim como também não se iniciou naquele dia 1º. de maio – trabalho – de 1997. Foi quando vi um quilombo pela primeira vez... Um remanescente de quilombo, para ser mais precisa. Meu interesse, no entanto, não começara ali... assim como não terminará quando colocar o último ponto final nesta página.

A imagem que povoava minha imaginação, há quase dez anos, era a mesma que provavelmente a maioria dos habitantes do Brasil ainda hoje têm.

As figuras míticas do Herói Zumbi... da guerreira Dandara.

Encontrei a D. Antonia e o Sr. José...

Acabei de ler um texto do Florestan Fernandes que começa assim:

“Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra-escolar que recebi através das duras lições da vida. Para o bem e para o mal – sem invocar a questão do ressentimento, que a crítica conservadora lançou sobre mim – a minha formação acadêmica superpôs-se a uma formação humana que ela não conseguiu distorcer nem esterilizar. Portanto, ainda que isso pareça pouco ortodoxo e antiintelectualista, afirmo que iniciei minha aprendizagem sociológica aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto (...)” (FERNANDES, F. *A sociologia no Brasil*. 2.ed.Petrópolis, Vozes, 1980, p. 42)

Talvez eu não fosse a jornalista ou a professora que sou hoje; talvez não pensasse como penso se também não fosse militante do Movimento Negro há 25 anos.

Não teria ido a Eldorado disposta a conhecer e dialogar... não teria me importado com aquela senhora que saía da casa paroquial cheia de sacolas. Não me importaria com suas idéias, as suas militâncias... não teria ido conversar com seu marido.

E é por causa desses 25 anos que este trabalho não termina aqui. Não acaba porque a vida continua...

Não é um trabalho para resolver problemas, mas para discuti-los. Antes apresenta-los de forma a permitir a manutenção de vários outros – sociais, técnicos, políticos que agora se desenvolvem junto a estas e outras comunidades.

Agora eu sei que não estava em dívida com meus ancestrais.

Pois é caminhando que se acerta o passo... Assim como temos feito desde que pisamos neste território pela primeira vez. Afrodescendentes, eurodescendentes... chegantes que se encontraram com os indígenas que já estavam e formaram a matriz deste povo que ainda hoje caminha...

Sem conclusões...

*Vila Ema – 15 de julho de 2006.
00:11.*

BIBLIOGRAFIA - Ecos de Zumbi

ANDRADE, Tânia e outros. **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do Território**. 2.ed. São Paulo, ITESP/ Página & Letras, 2000. (Cadernos ITESP, 3).

BAIOCCHI, Mari de Nasaré. **Negros de Cedro**; estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo, Ática, 1983.

BRUNO, Ernani Silva. **Viagem ao país dos paulistas**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.

_____. **São Paulo, Terra e Povo**. Porto Alegre, Globo, 1967.

CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

_____. **Consumidores e cidadãos**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1994.

CÂNDIDO, Antonio. **Parceiros do Rio Bonito**; estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 2.ed. São Paulo, Duas Cidades, 1971.

CARRIL, Lourdes. **Terras de Negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. São Paulo, Mestrado/FFLCH-USP, 1995.

_____. **Terras de negros; herança de quilombos**. São Paulo, Scipione, 1997.

CASHMORE, Ellis; BANTON, Michael (et al.) Dicionário de relações étnicas e raciais. Trad. D. Kleve. São Paulo, Summus/Selo Negro, 2000.

CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e Anti-racismo na educação: **repensando nossa escola.** São Paulo, Summus/Selo Negro, 2001.

CEZERILO, Antonia Quintão....

DALLARI, Dalmo. *Negros em busca de justiça* in LEINAD, Ayer de Oliveira (org.). **Quilombos, a hora e a vez dos sobreviventes.** São Paulo, Comissão pró-índio, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes.** São Paulo, 1965.

_____. **A sociologia no Brasil.** 2.ed. Petrópolis Vozes, 1980.

FONSECA, Maria Nazareth S. (org). **Brasil Afrobrasileiro.** Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata.** São Paulo, IEB-USP, 1969.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** 46.ed. Rio de Janeiro, Record, 2002.

_____. **Sobrados e mucambos.** 14.ed. São Paulo, Global, 2003.

FRY, P. e VOGT, C. **Cafundó no Brasil: Linguagem e Sociedade.** São Paulo, EdUnicamp/Cia. das Letras, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 23.ed. São Paulo, Nacional, 1989.

GOMES, F. S. **Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro – século XIX.** Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1995.

GUIMARÃES, Carlos Magno. **A negação da ordem escravista; quilombos em Minas Gerais no século XVIII.** São Paulo, Ícone, 1988.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. T. Silva e G. Louro. 10.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HAMPATÉ BÂ, A. *A tradição viva.* KI-ZERBO, J. **História Geral da África: Metodologia e pré-história da África.** São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982.

LEINAD, Ayer de Oliveira (org.). **Quilombos, a hora e a vez dos sobreviventes.** São Paulo, Comissão pró-índio, 2001.

LEITE, I. B. (org.) **Negros no Sul do Brasil**; invisibilidade e territorialidades. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1996.

LOPES, Nei. Enciclopédia Brasileira da Diáspora Africana. São Paulo, Selo Negro, 2004.

MALACHIAS, Rosangela - **Práticas educomunicativas e Teorias interdisciplinares no combate ao racismo** - – Revista científica do GEPEC - Facopp-Unoeste; Vol. 01; n.º. 3; novembro de 2003. (ISSN 1678-0782). – p.68-73.

MALACHIAS, Rosangela - **Os sonhos podem acontecer**. Teorias e práticas à ampliação do discurso preventivo ao abuso de drogas, com a inclusão de jovens negros e mulheres. Doutorado ECA/USP, 2002.

MATOS, Cauê (org) **Ciência e Inclusão**. São Paulo, Estação Ciência/Terceira Margem, 2002.

MATTOSO, Kátia Q. **Ser escravo no Brasil**. Trad. James Amado. 3.ed. São Paulo, Brasiliense, 2001.

MIRANDA, Oldack e JOSÉ, Emiliano. **Lamarca, o capitão da guerrilha**. São Paulo, Global, 1980.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo, Ática, 1986.

_____. **Modo de se, Mo'dizer**. São Paulo, ECA-USP/doutorado, 1989.

_____. **Povo e personagem**. Canoas, ULBRA, 1996.

_____. **Símbolos e Narrativas**; rodízio 97 na cobertura jornalística. São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

_____. **A arte de tecer o presente**. São Paulo, Summus, 2003.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala** (quilombos, insurreições, guerrilhas). São Paulo, Zumbi, 1959.

_____. **Quilombos: resistência ao escravismo**. 2.ed. São Paulo, Ática, 1989.

_____. **Dicionário da escravidão negra no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2004.

MOURA, C. e JOFFILLY, B. **Mapa dos Quilombos**. São Paulo, PC do B, 1995.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. Lisboa, Edições Europa-América, sd.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Trad. J.M.da Silva. 2.ed. Porto Alegre, Sulina, 1999.

MÜLLER Nice L. **Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo, Boletim no. 132 da FFCL da USP (Geografia, 7), 1951, pp. 27 a 32

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**. Belo Horizonte, Autêntica, 2004.

_____. (org.) **Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, 1999.

LOPES, Nei. **Enciclopédia brasileira da diáspora africana**. São Paulo, Selo Negro, 2004.

PETRONE, P. **A Baixada do Ribeira: estudo de geografia humana**. São Paulo, FFLCH, 1967.

PORTO, Ilza. **Lendas do Vale do São Francisco**. Maceió, Sergasa, 1990.

PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira**. 5.ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.

PROJETO em torno de Zumbi (Navio Negreiro; Batuque no Quilombo). São Paulo, Estação Ciência, novembro de 1995 a junho de 1996.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros rurais paulistas**. São Paulo, Revista do Museu Paulista, 1967.

_____. **O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis, Vozes/São Paulo, Edusp, 1973.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo, T.A. Queirós, 1991.

RAMOS, M.L. *O papel do observador na constituição da realidade* in VASCONCELOS, M.S. e COELHO, H.R. **1000 rastros rápidos - cultura e milênio**. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

REIS, J. J. e GOMES, F. S. (orgs) **Liberdade por um fio – história dos quilombos no Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro; a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo, Cia. das Letras, 1995, p. 82.

ROBLES, Suely. *Algumas notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial* in **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, Museu Paulista, 1967..

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena; experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Sandra. *Militando a Resistência* in MEDINA, Cremilda(org.) **Axé**. São Paulo, ECA-USP/CNPq, 1996.

_____. *Tomando posse da vida* in MEDINA, C. e GRECO, Milton. (orgs.) **Agonia do Leviatã**; a crise do Estado Moderno. São Paulo, ECA-USP/CNPq, 1996.

_____. *O acento mestiço das vozes do Hemisfério Sol* in MEDINA, C. e GRECO, M. (orgs.) **Caminhos do Saber Plural**; dez anos de trajetória. São Paulo, ECA-USP, 1999.

_____. *Alunos, estes desconhecidos* in ANDRADE, Elaine (org.) **RAP e Educação; RAP é Educação**; São Paulo, Summus/Selo Negro, 1999.

SANTOS, Sandra. *Fogo do caos* in MEDINA, C. e GRECO, M. (orgs.) **Planeta inquieto**. São Paulo, ECA-USP, 1998.

_____. *Herdeiros de Zumbi* in **Quilombos em São Paulo**; tradições, direitos e lutas (vários autores). São Paulo, Conselho da Comunidade Negra/ITESP/Governo do Estado de São Paulo, 1998.

_____. **Vídeo popular e democracia**; estudo comparativo de dois casos (Brasil e Chile). São Paulo, Mestrado/PROLAM-USP, 1999.

_____. *Marcas de pé descalço* in MEDINA, C. (org.) Ó Freguesia, quantas histórias. São Paulo, ECA-USP, 2000.

_____. *Mobilizações políticas entre as décadas de 60 e 90 (vídeo popular* in **Identidade Científica** – Revista científica do GEPEC - Facopp-Unoeste; Vol. 01; n.º 2; novembro de 2003. (ISSN 1678-0782).

_____. *Zona Leste somos nós* in MEDINA, C. (org.) **USP Leste e seus vizinhos**. São Paulo, ECA-USP, 2004. pp. 55-79.

SCHWARCZ, L. M. S. e REIS, L. V. (orgs) **Negras imagens – ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo, EDUSP, 1996.

SILVA, Dilma de Melo. **Por entre as dórcades encantadas**: os Bijagó da Guiné-Bissau. São Paulo, Terceira Margem, 2000.

SILVA, Dilma de Melo e CALAÇA, Cecília. **Arte africana e Afro-brasileira**. São Paulo, Terceira Margem, 2006.

SILVA, D. S. (org.) “Regulamentos de Terras de Negros no Brasil” in **Boletim Informativo do Núcleo de Estudos sobre identidade e Relações Inferências**. Vol. 1, no. 1. Florianópolis, UFSC, 1996.

SILVA, Eduardo. **As Camélias do Leblon e a abolição da escravatura**; uma investigação de História Cultural. São Paulo, Cia. das Letras, 2003.

SILVA QUEIROZ, Renato da. **Caipiras negros do Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. São Paulo, FFLCH-USP, 1980.

TERRAS de Preto (**Mocambos, Quilombos: histórias de nove comunidades negras do Brasil**). Ricardo Teles (fotografias); Clóvis Moura, Givânia da Silva, Ivo Fonseca e Ricardo Teles (textos). São Paulo, ABooks, 2002.

TIJUCO ALTO; saiba porque ela não interessa ao Vale do Ribeira. São Paulo, Instituto Socioambiental, novembro/2002, p. 6.

TRINDADE, Liana Salvia. *O negro em São Paulo no período pós-abolicionista* in PORTA, Paula (org.) História da cidade de São Paulo. Vol. III (a cidade na primeira metade do século XX, 1890-1954). São Paulo, Paz e Terra, 2005.

VALENTIN, Agnaldo. **Nem Minas, nem São Paulo**; economia e demografia na localidade paulista de Apiá (1732-1835). São Paulo, Mestrado/FFLCH-USP, 2001, p 22.

VANSINA, J. *A tradição oral e sua metodologia* in KI-ZERBO, J. **História Geral da África**: Metodologia e pré-história da África. São Paulo, Ática; Paris, Unesco, 1982.

VASCONCELOS, Maurício S. e COELHO, Haydée. **1.000 rastros rápidos**; cultura e milênio. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.

VOGT, Carlos e FRY, Peter. **Cafundó, África no Brasil**. Campinas, Edunicamp, 1996.

Outros documentos:

Relatório técnico científico sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo Pedro Cubas de Cima. Município de Eldorado – SP. Setembro de 2003.

Relatório técnico científico sobre a Comunidade de Quilombo do Sapatu, localizada no município de Eldorado, no Vale do Ribeira – SP. Outubro/2000.

Relatório técnico científico sobre a Comunidade de Quilombo do Nhunguara, localizada no município de Eldorado, no Vale do Ribeira – SP. setembro/2000.

Sítios interessantes:

www.socioambiental.org

www.unb.br

www.mec.gov.br

www.palmares.gov.br

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)